COLEÇÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE GUSTAVO BARROSO - 3

1

HISTÓRIA SECRETA DO BRASIL

GUSTAVO BARROSO

GUSTAVO BARROSO

HISTÓRIA SECRETA DO BRASIL

VOLUME I

1ª REEDIÇÃO

1990

Desenhos de Flávio Barroso

Conferindo e divulgando a História

Caixa Postal 10.466
90001 - Porto Alegre - RS

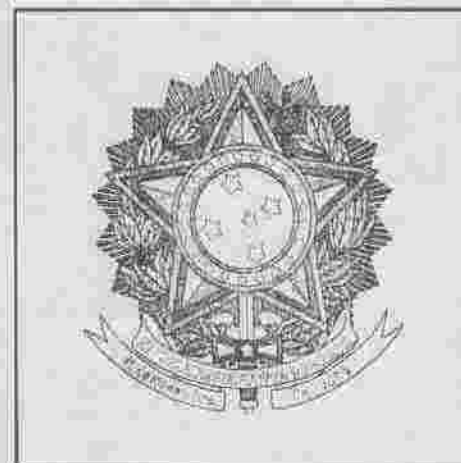
REVISÃO EDITORA LTDA., dentro do seu lema "CONFERINDO E DIVULGANDO A HISTÓRIA", tem a honra de comunicar aos leitores que acertou a Reedição das importantes obras de autoria de Gustavo Barroso, criando uma coleção intitulada COLEÇÃO CENTENÁRIO DE GUSTAVO BARROSO.

Tratam-se de obras de grande profundidade e valor histórico destinadas a todas as classes sociais, principalmente aos jovens, que desconhecem totalmente quem foi este grande PATRIOTA.

Montagem: Murilo Alves Lopes
Capa: Sérgio Miguel

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

GUSTAVO BARROSO

BIO - BIBLIOGRAFIA

PRAÇA MARECHAL ÂNCORA
RIO DE JANEIRO - BRASIL
1958

GUSTAVO BARROSO

DADOS BIOGRÁFICOS

Nascido em Fortaleza, Estado do Ceará, a 29 de dezembro de 1888.

Filho de Antônio F. Barroso F. Barroso e Ana Dodt.

Educado no Liceu do Ceará, Fortaleza, 1906. Cursou a Faculdade de Direito de Fortaleza, 19/7/1909, Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, 1910/1911, onde colou grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

ATIVIDADES CULTURAIS

Redator do **Jornal do Ceará**, 1908/1909.

redator do **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 1913/1919.

Redator do jornal humorístico **O Garoto** de Fortaleza.

Secretário Geral da Comissão de Defesa da Borracha, Rio de Janeiro, 1913.

Secretário de Estado do Interior e Justiça, no Ceará, 1914.

Deputado Federal pelo Estado do Ceará, 1915/1918.

Secretário da Delegação Brasileira à conferência da Paz, em Versalhes, 1919.

Inspetor Escolar, Rio de Janeiro, 1919/1922.

Secretário Geral da Junta Americana de Jurisconsultos, 1927.

Secretário Geral da Academia Brasileira de Letras, 1928, 1931-1949.

Presidente da Academia Brasileira de Letras, 1931-1932, 1950.

Diretor da Revista **Fon-Fon** desde 1916.

Diretor e Fundador do Museu Histórico Nacional desde 1922.

Representante do Brasil na Comissão Internacional de Monumentos Históricos (criada pela Liga das Nações)

Representante do Brasil nas comemorações dos Centenários de Portugal, 1940.

Representante do Brasil no Congresso Ibero-Americano de Berlim, 1940.

Colaborador de **A Manhã**, desde 1942.

Colaborador da Revista **O Cruzeiro**, desde 1948.

Colaborador da Revista **Ilustração Brasileira**, desde 1942.

Representante do Brasil a Assembléia Gervantina em Madrid, 1947.

Diretor e Professor do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, desde 1932.

Convidado pela Universidade de Coimbra para fazer conferências em maio de 1950.

Embaixador do Brasil em Missão Especial na solenidade de posse do Presidente eleito da República Oriental do Uruguai em fevereiro de 1951.

Delegado do Brasil à X Conferência Interamericana de Caracas, 1954.

Embaixador do Brasil em Missão Especial na solenidade de posse do Presidente do Peru, 1956.

Membro da comitiva do Ministro dasRelações Exteriores Embaixador José Carlos de Macedo Soares, na sua visita oficial ao Chile, 1957.

SOCIEDADES CULTURAIS A QUE PERTENCIA

Membro da Academia Brasileira de Letras.
Membro da Academia de Ciências de Lisboa.
Membro da Academia Cearense de Letras.
Membro da Academia de História de Portugal.
Membro da Real Academia Espanhola de la Lengua.
Membro do Instituto Libertador Ramos Castilla do Peru.
Membro da Academia Espanhola de História.
Membro da Academia de Belas Artes de Portugal.
Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará.
Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.
Membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.
Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.
Membro do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro.
Membro da Royal Society of London.
Membro da Sociedade de Geografia de Lisboa.
Membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.
Membro da Sociedade de Geografia de Lima, Peru.
Membro do Instituto de Coimbra, Portugal.
Membro da Sociedade dos Arqueólogos Portuguêses.
Membro da Sociedade de Numismática de Bruxelas.
Membro da Sociedade de História Argentina.
Membro da Sociedade Capistrano de Abreu.
Sócio Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
Conselheiro do Instituto Cultural Brasil-Alemanha.
Presidente do Conselho Geral do Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica.
Presidente do Colégio de Armas e Consulta Heraldina do Brasil.
Presidente do Instituto de Cultura Brasil-Síria.
Presidente da Sociedade Boliviana do Brasil.
Presidente de Honra do Instituto Guatemala-Brasil.
Presidente de Honra do Instituto Peru-Brasil.
Presidente de Honra do Instituto de Cultura Grécia-Brasil.

PSEUDÔNIMOS

Assinava com os seguintes pseudônimos: Nautilus, João do Norte, Jotaenne, Cláudio França.

CONDECORAÇÕES

Gran Cruz do Mérito da Síria.
Gran Cruz de São Tiago de Portugal.
Gran Cruz da Instrução Pública de Portugal.
Gran Cruz da Coroa da Itália.
Gran Cruz da Ordem do Santo Sepulcro.
Gran Cruz de Cisneros da Espanha.
Gran Oficial de Cristo, de Portugal.
Gran Oficial do Salvador, da Grécia.
Gran Oficial da Ordem do Sol, do Peru.
Gran Oficial dos Serviços Distintos, do Peru.
Gran Oficial do Condor dos Andes da Bolívia.
Gran Oficial do Mérito Aeronáutico, do Brasil.
Oficial da Ordem da Instrução Pública de França.
Comendador da Ordem de Santo Olavo da Noruega.
Comendador do Mérito Militar do Brasil.
Comendador do Mérito Naval do Brasil.
Comendador do Mérito Naval do Peru.
Comendador da Ordem Nacional do Mérito do Brasil.
Comendador do Leão Branco de Tcheco-Eslováquia.
Comendador da Ordem do Libertador da Venezuela.
Comendador da Ordem de Leopoldo II da Bélgica.
Comendador da Ordem da Polônia Restaurada.
Cavaleiro da Legião de Honra, de França.
Cavaleiro da Ordem de Malta.

MEDALHAS

Cincoentenário da República Brasileira.
Souza Aguiar.
Marechal Hermes.
Imperatriz Leopoldina.
Estácio de Sá.
Rio Branco.
Rui Barbosa.
Pacificador.
Sesquicentenário da Fábrica da Estrela.
Sílvio Romero.
Anchieta.
Maria Quitéria.
Cruz Vermelha de Portugal.
Benemerência de Portugal.
Socorros Humanitários de Portugal.
Ouro da Legião Portuguesa.
ouro do Liceu Literário Português.
Presidência do Governo da Nicarágua.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS E OPÚSCULOS

Alma sertaneja (contos trágicos e sentimentais do sertão) Rio de Janeiro, Benjamin Constallat & Miccolis, 1923, 159p.
Almas de lama e de aço (Lampeão e outros cangaceiros) São Paulo etc., Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1930, 124p.
O annel das maravilhas... Texto e figuras de João do Norte. Rio de Janeiro, Pimenta de Mello & Cia., 1924, 44p.
Antes do bolchevismo (novella) Rio de Janeiro, Officinas graphicas do Jornal do Brasil, 1923, 32p.
Ao som da viola (folk-lore) Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1921, 733p.
Ao som da viola (folclore) Nova edição correta e aumentada. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1949, 595p.
Apólogos orientais (moralistas e fábulas) São Paulo etc., Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1928, 86p. (Biblioteca da Adolescência, Série 3, Livro 2).
Aquém da Atlântida, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1931, 288p.
Através dos folclores, S. Paulo etc., Companhia Melhoramentos, 1927, 196p.
A balata... Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1913, 22p. (Exposição Nacional de borracha de 1913) Monografia nº 20.
O bracelete de safiras. Rio de Janeiro, Editora Americana, s.d. 198p.
Brasil colônia de banqueiros (história dos empréstimos de 1824 a 1934) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934. Várias edições, 259p.
Brasilien — eine Kolonie der Bankiers (Geschichte der Anleihen von 1824 bis 1934) Curitiba, Impressora Paranaense, s.d., 179p.
O Brasil e a restauração de Angola, pelo acadêmico titular brasileiro Gustavo Barroso. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942, p. 43-70 (Separata dos "Anais" Volume 7).
O Brasil na lenda e na cartografia antiga. Edição ilustrada. São Paulo, etc., Companhia Editorial Nacional, 1941, 203p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, Sér. 5ª Brasiliana, v. 199).
O Brasil em face do Prata... 2ª ed. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1952, 456p. (Biblioteca do Exército, vol. 171-172).
O Brasil em face do Prata. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930, 452p.
Casa de maribondo (contos) Por João do Norte, pseud., São Paulo, **Revista do Brasil**, Monteiro Lobato & Cia., 1921.

Catálogo descritivo e comentado da exposição do Museu Histórico Nacional, organizado por Gustavo Barroso... 1940, 134p. (Comissão brasileira dos centenários de Portugal, pavilhão do mundo português e pavilhão do Brasil independente).

Catálogo geral da 1ª secção: archeologia e história do Museu Histórico Nacional, organizado pelo director Gustavo Barroso. Rio de Janeiro, s.e. 1924. 204p.

Catálogo da coleção Sérgio Silva organizado por Gustavo Barroso... Rio de Janeiro s.e., 1949, 40p.

Caxias. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1945, 46p.

Caxias no Museu Histórico Nacional pelo Dr. Gustavo Barroso. Rio de Janeiro. Imprensa nacional, 1938, p. 67-69 (Separata da Revista Militar Brasileira, n. 3, v. 35, 1936).

Cinza do tempo (contos) Rio de Janeiro, A Noite, s.d. 240p.

A coleção Miguel Calmon no Museu Histórico. Rio de Janeiro. Imprensa nacional, 1944, 263p.

As colunas do templo: erudição, folclore, história, crítica, filologia. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1932, 358p.

Comunismo, cristianismo e corporativismo. Rio de Janeiro. Editora A.B.C., 1938, 164p.

O Consulado da China, 3º volume de **Memórias**. Rio de Janeiro, Getúlio Costa s.d., 274p.

Coração da Europa. Rio de Janeiro, A.J. Castilho, 1922, 260p.

Coração de menino. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa, 1939, 320p. (1º volume de **Memórias**).

En el tiempo de los zares por Gustavo Barroso (*In* La novela semanal, Buenos Aires, 1925, ano 9, n. 404, p.3-17).

O espírito do século XX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936, 290p. 2ª ed. em 1937.

O estudo da cerâmica nos museus do Brasil. (*In* Estudos Brasileiros, Ano 3, v. 8, n. 23, p. 173-203).

Fábulas sertanejas. Rio de Janeiro, Biblioteca Infantil do Tico-Tico s.d., 60p.

A guerra de Artigas, 1816-1820. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1930, 190p.

A guerra de Artigas, 1816-1820. 2ª ed. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa, 1939, 191p.

A guerra do Flores: contos e episódios da campanha do Uruguai 1864-1865. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1929, 202p. 2ª ed. em 1930.

A guerra do Flores: contos e episódios da campanha do Uruguai, 1864-1865. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa, 1939, 202p.

A guerra do Lopez (contos e episódios da campanha do Paraguay) São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1928, 206p. 2ª ed. e 3ª ed. em 1929.

Guerra do Lopez: contos e episódios da campanha do Paraguai 4ª ed. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa, 1939, 239p.

A guerra do Rosas (contos e episódios relativos à campanha do Uruguai e da Argentina 1851-1852) São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1929, 241p. 2ª ed. 1939.

A guerra do Vídeo: contos e episódios da campanha da Cisplatina, 1825 a 1828. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1930, 254p.

A guerra do Vídeo: contos e episódios da campanha da Cisplatina, 1825 a 1828. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa, 1939, 216p.

Heróis e bandidos (Os cangaceiros do nordeste)... São Paulo, Rio de Janeiro, F. Alves, 1917, 278p. 2ª ed. em 1931.

História militar do Brasil: edição ilustrada com cerca de 50 gravuras e mapas. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935, 341p. 2ª ed. em 1938. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Ser. 5ª: Brasiliana, v. 49).

Histór... do Palácio Itamarati por Gustavo Barroso. Rio de Janeiro, I.B.G.E., 1956, 186p.

História secreta do Brasil. Primeira parte: do descobrimento à abdicação de D. Pedro I. Desenhos de Flávio Barroso. São Paulo etc., Companhia Editora Nacional, 1937, 369p. 3ª ed. em 1939. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Ser. 5ª: Brasiliana, v. 76).

História secreta do Brasil. Segunda parte: da abdicação de D. Pedro I à maioridade de D. Pedro II. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937, 394p.

História secreta do Brasil. Terceira parte: da maioridade à República. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938, 379p.

Idéias e palavras. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurilio, 1917, 260p.

Inscrições primitivas no sertão do Ceará. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1930, 65-71. (Separata dos Annaes do XX Congresso Internacional de Americanistas, vol. II, parte 1ª).

O integralismo de Norte a Sul. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S/A, 1934, 187p.

Integralismo e catolicismo. Rio de Janeiro. Editora A.B.C., 1937, 286p.

O integralismo em mancha. Rio de Janeiro, Schmidt, 1933, 143p. 2ª ed. em 1936.

O integralismo e o mundo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936, 290p. 2ª ed. em 1937.

Inteligência das coisas. Rio de Janeiro, Annuario do Brasil, 1923, 221p.

Introdução à técnica de museus... Rio de Janeiro, Gráfica Olimpica, 1946-47. 2 volumes, 2ª ed. em 1951.

Judaismo, maçonaria e comunismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937, 234p.

Liceu do Ceará, 2º vol. de **Memórias**. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa, 1940, 220.

O livro dos enforcados. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa, 1934, 185p.

O livro dos milagres. Rio de Janeiro etc., Francisco Alves, 1924, 204p.

Luz e pó. Rio de Janeiro, Renascença, 1932, 249p.

Mosquita muerta por Gustavo Barroso. (*In* La novela semanal, Buenos Aires, 1921, Ano 5, n. 172, 18p. não numeradas).

Mula sem cabeça. São Paulo, Ed. Olegário Ribeiro, 1922, 131p.

Mulheres de Paris (Ilustrações de J. Carlos, Paulo Werneck e Daniel) Rio de Janeiro, Marisa Editora, 1933, 179p.

Mythes, contes, et légendes des indies: folk-lore brésilien. Paris, A. Ferroud-F. Ferroud, 1930, 179p.

A ortografia oficial por Gustavo Barroso (João do Norte)... Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1931, 90p. Várias edições.

Osório, o centauro dos Pampas. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1933, 196p.

Osório, o centauro dos Pampas. 2ª ed. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa, 1939, 198p.

A palavra e o pensamento integralista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935, 217p.

D. Pedro I (peça histórica em 3 atos e 4 quadros)... s.l., Gráfica da Prefeitura, 1951, 47p.

Pergaminhos. Ilustrado por Correia Dias. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia., 1922, 91p.

Pero Coelho de Souza por Gustavo Barroso... Lisboa, Editorial Ática, 1940, 60p.

Portugal, semente de impérios. Rio de Janeiro, Getúlio Costa s.d., 271p.
Praias e varzeas. Ilustrações de Alfredo de Morais. Rio de Janeiro etc., Francisco Alves, Aillaud & Bertrand, 1915, 142p.
Os protocolos dos sábios de Sião... Texto completo e apostilado por Gustavo Barroso. São Paulo, Minerva, 1936, 238p. 2ª ed. em 1936 e 3ª ed. em 1937.
Quando nosso senhor andou no mundo (contos para crianças com figuras de M. Constantino) por João do Norte, pseud. Rio de Janeiro etc., F. Alves, 1936, 84p.
O quarto império. Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, 177p.
O que o integralista deve saber... Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935, 203p.
Quinas e castelos. São Paulo, Editora Panorama, 1948, 236p.
O ramo de oliveira. Rio de Janeiro, Edição do Anuario do Brasil, 1925, 335p.
Reflexões de um bode. Rio de Janeiro, Gráfica Educadora Ltda. s.d., 178p. 2ª ed. sem data.
A ronda dos séculos por Gustavo Barroso (João do Norte). Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurilio, 1920, 352p.
A ronda dos séculos por Gustavo Barroso... 3ª ed. São Paulo, José Olympio, 1933, 350p. 4ª ed. em 1937.
Roosevelt es judio trad. directa del portugués de Mario Busatto, Buenos Aires, La Majorca, 1938, 34p.
O santo do brejo (romance) Rio de Janeiro, Renascença, 1933, 194p.
Seca e meca e olivais de Santarém. São Paulo, Presença, 1946, 218p.
Segredos e revelações da história do Brasil. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1958, 287p.
A senhora do Pangim (romance). Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1932, 203p.
A senhora de Pangim. 2ª ed. brasileira rev. e documentada, Rio de Janeiro, Getúlio Costa, pref. 1940, 165p.
A senhora de Pangim por Gustavo Barroso... Lisboa. Agência Geral das Colônias, 1940, 127p.
A senhora de Pangim. Rio de Janeiro, Editora Brasil América Ltda., Edição em quadrinhos.
O sertão e o mundo. Rio de Janeiro, Livraria Leite Ribeiro, 1923, 301p.
As sete vozes do espirito (poesias) s.n.t., 1956, 209p.
A sinagoga paulista. Rio de Janeiro, Editora A.B.C., 1937, 269p. Várias edições.
Tamandaré, o Nelson brasileiro. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1933, 219p.
Tamandaré, o Nelson brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro, Getúlio M. Costa, 1939, 205p.
Tamandaré, o Nelson brasileiro. Rio de Janeiro, Editora Fon-Fon e Seleta, 1956, 268p.
Terra de sol (natureza e costumes do Norte) Rio de Janeiro, B. de Aquila, 1912, 274p.
Terra de sol (natureza e costumes do Norte) 2ª ed. Rio de Janeiro, B. Aquila s.d., 273p.
Terra de sol (natureza e costumes do Norte) 3ª ed. Rio de Janeiro etc., F. Alves, 1930, 272p.
Terra de sol (natureza e costumes do Norte) 5ª ed. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1956, 265p. Esta edição deveria ter sido a quarta.
Tição do inferno (romance barbaro) Rio de Janeiro, B. Costallat & Miccolis, 1926, 206p.
Uniformes do exército brasileiro. Obra comemorativa do centenário da independência do Brasil. Edição especial do Ministério da Guerra. Desenhos, aquarelas e documentos de J. Washt Rodrigues, direção geral e organização do texto por Gustavo Barroso (João do Norte) Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1912, 110p. 223 est. col.

OBRAS EM COLABORAÇÃO, COMPILAÇÃO E ADAPTAÇÃO

Os melhores contos históricos de Portugal por Alexandre Herculano — Conde de Saburgosa — Eça de Queiroz e outros. Prefácio e seleção de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro, Edição Dois Mundos, 1943, 305p. (Coleção clássicos e contemporâneos, dirigida por Jaime Cortesão).
Pequeno dicionário brasileiro da lingua portuguesa organizado por Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso e revisto na parte geral por Manuel Bandeira e José Baptista da Luz. 9ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro etc., Civilização Brasileira, 1957, 1310p.
Vocabulário das crianças. álbum de figuras coloridas para uso das escolas infantis... Ilustração de Simões da Fonseca. Versão e adaptação de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro, Paris, Livraria Garnier, 1920, 63p.

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

A alma das catedrais. Rio de Janeiro, 1921 (Conferência pronunciada na Associação Cristã de Moços, 1921).
O Brasil dos brasileiro. São Paulo, Impressora IPSIS, 1930, 15p. (Palestra realizada na Faculdade de Direito de São Paulo em 1930).
Conferências na Bahia.... Salvador. Artes Gráficas, 1951, 65p.
Duas conferências cervantinas. Lisboa, Sociedade Astória, 1948, 59p.
Eterna será a presença de Portugal no Brasil. Eterna será a presença de Portugal no mundo. s.n.t., 1950, 14p. (Discurso pronunciado em 10 de setembro de 1949, na sessão comemorativa do 81º aniversário do Liceu Literário Português).
A mensagem de Camões e de Portugal ao mundo. Salvador, Manú, 1956. (Conferência pronunciada no "Dai de Portugal" no Gabinete Português de Leitura da Bahia).
A morte de Gonçalves Dias. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1948. (Conferência realizada na Academia Brasileira de Letras).
Recepção do Sr. Gustavo Barroso em 7 de maio de 1923. Discurso do recipiendario e resposta do Sr. Alberto de Faria. Rio de Janeiro. Anuário do Brasil, 1924, 61p.
Tradições militares... Rio de Janeiro, s.e., 1918, 34p. (Conferência lida no Club Militar).

PREFÁCIOS

Albuquerque Maranhão, João de — História da indústria açucareira no nordeste (o papel social de Catende) Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia., pref. 1949, 127p.
Alvarez, José Martins d' — O norte canta... (poesia popular) Ed. ilus. Pref. de Gustavo Barroso, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1940, 128p.
Coutinho Filho F. — Violas e repentes: repentes populares, em prosa e verso, pesquisas folclóricas no nordeste brasileiro. Recife, Saraiva, 1953, 276p.
Cunha, Lourdite — Quintino Cunha no conceito de seus contemporâneos. Capa de Rubens Azevedo. Rio de Janeiro, Pongetti, 1955, 229p.
Cunha, Ovidio da — Ensaio de perspectiva da história. Rio de Janeiro, H. Antunes, 1936, 183p.

Dodt, Gustavo Luiz Guilherme — Descrição dos rios Parnahyba e Gurupy com illustrações e mapas (Prefácio de Gustavo Barroso) São Paulo etc., Comp. Ed. Nacional, 1939. 233p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Ser. 5ª: Brasiliana, v. 138).
Miranda, Antonio Leal de — O milagre (novela sertaneja) Prefácio de João do Norte... Rio de Janeiro, Officinas graphicas do Jornal do Brasil, 1922. 56p.
Olympio, Domingos — Luzia — homem, 2ª ed. Prefácio de Gustavo Barroso, Rio de Janeiro, Livraria Castilho, 1929, 326p.
Pereira Reis Junior — Maria Quitéria. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1953, 71p.
Pires de Lima, Fernando de Castro — Os três principes e outros contos para crianças, adaptados da tradição popular por Fernando de Castro Pires de Lima. Prefácio de Gustavo Barroso. Desenhos de Laura Costa. Porto, Majora s.d. 136p.

TRADUÇÕES

Adam, Karl — Jesus Cristo. Tradução de Gustavo Barroso, 3ª ed. Petrópolis etc. Vozes, 1950, 264p.
Aragón, J. de — O continente aéreo. Tradução de Gustavo Barroso, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. 190p. (Coleção Terramarear, v. 43).
Aragón, J. de — A destituição da Atlântida (em 2 volumes) Tradução de Gustavo Barroso, São Paulo, Editora nacional, 1936, Coleção Terramarear, v. 44) 191p.
Benoit, Pierre — A castelã do Libano (romance) Tradução de Gustavo Barroso, Rio de Janeiro, Vecchi Editora, 1937, 237p.
Bertrand, I — A maçonaria seita judaica, suas origens, sagacidade e finalidades anticristãs. Tradução de Gustavo Barroso, São Paulo, Minerva, 1938, 152p.
Dekobra, Maurice — A madona dos trens noturnos (romance) Trad. rev. por Gustavo Barroso, Rio de Janeiro, Ed. Vecchi, 1939, 252p.
Farrere, Claude — A batalha (romance) Tradução de Gustavo Barroso, São Paulo, Editora nacional, 1935, 268p. (Coleção "Para todos" nova fase, v. 7).
Farrere, Claude — Os civilizados. Tradução de Gustavo Barroso, São Paulo etc., Companhia Editora Nacional, 1938, 272p. (Coleção "Para todos", v. 19).
Farrère, Claude — Os homens novos. Tradução de Gustavo Barroso, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936, 271p. (Coleção "Para todos", v. 12).
Goethe, Wolfgang — Fausto. Tradução de Gustavo Barroso (João do Norte) Rio de Janeiro, Paris, Livraria Garnier, 1920, 218p. (Coleção dos autores célebres da literatura estrangeira).
Gray, Oscar — O enigma de Bagschott. Tradução de Gustavo Barroso. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934, 255p. (Série negra, v. 4).
Maurois, André — Lyautey. Tradução de Gustavo Barroso, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934, 262p. (Coleção "Vidas célebres", v. 2).
Merezhkowsky, Dmitry S. — Jesus desconhecido; trad. de Gustavo Barroso, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935, 362p.
Musset, Alfred de — Comédias e provérbios. Tradução de Gustavo Barroso (João do Norte) Rio de Janeiro, Paris, Livraria Garnier, 1924, 2 v.
Perdriel-Vaissiere, Jeanne — O bosque encantado. Prefácio e tradução de Gustavo Barroso, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934, 220p. (A nova biblioteca das moças).
Rengade, J. — A viagem submarina. Tradução de Gustavo Barroso, São Paulo, Editora nacional, 1934, 192p. (Coleção Terramarear, vol. 30).
Schlichthorst, C. — O Rio de Janeiro como é 1824-1826 (huma vez e nunca mais)... Tradução de Emmy Dodt e Gustavo Barroso, apresentada, anotada e comentada por este, Rio de Janeiro, Getúlio Costa, s.d. 300p.
Versalhes, Tratado de, 28 de junho de 1919 — Tratado de paz. Tradução do Dr. Gustavo Barroso... Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurilio, 1919, 387p.
Yarach, M. — Lições de moral e de instrução cívica adaptada ao uso das escolas brasileiras por Gustavo Barroso (João do Norte) 2ª ed. Rio de Janeiro, Paris, Garnier s.d. 163p.
Walter, Gerard — Marat, o amigo do povo. Tradução de Gustavo Barroso, Rio de Janeiro, Editora Vecchi, 1941, 337p.
Wells, Herbert Georges — Pequena história do mundo. Tradução de Gustavo Barroso. Capa de Santa Rosa. 3ª ed. acrescida de três novos capitulos e 32 mapas e diagramas. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1944, 409p.

Gustavo Barroso, Soldado sem Farda!

Civil, historiador, escritor, jornalista, folclorista, museólogo, homem de saber incicIopédico, poucos como GUSTAVO BARROSO, terão dedicado as Forças Armadas tanto de suas atenções. E a atenção de GUSTAVO BARROSO por elas sempre se revestiu de culto, carinho e exaltação. Talvez por esse motivo tenha sido, em tempos recente, um autor discriminado pelas esquerdas.

No ano de seu centenário, o Museu Histórico Nacional, do qual foi o fundador e primeiro diretor, prestou-lhe homenagens nos dias 17, 18 e 19 de outubro, apresentando um painel sobre sua vida, personalidade e obra, além de uma exposição de armas que foi das prediletas do homenageado. Foram conferencistas, no painel, JOSÉ NEVES BITTENCOURT, GUSTAVO BARROSO NETO, AURELIANO DIAMANTINO DA SILVEIRA, PLÍNIO DOYLE, SOLANGE DE SAMPAIO GODOY e o General UMBERTO PEREGRINO.

Também o Arquivo Histórico do Exército promoveu, no dia 20 de outubro, uma homenagem a esse "soldado sem farda" que foi GUSTAVO BARROSO. Sob a direção do Coronel CLAUDIO MOREIRA BENTO, o Arquivo Histórico do Exército, fez realizar, naquela data, uma concorrida sessão comemorativa, presentes militares e civis da mais alta expressão intelectual, falando, na oportunidade, os Professores HERCULANO MATIAS e PIMENTEL WINZ sobre a obra de GUSTAVO BARROSO como historiador e museólogo militar.

Do Jornal de Militares "Ombro a Ombro", nº 5, de outubro/88.

"O mundo é governado por personagens muito diferentes das que imaginam os indivíduos cujo olhar não penetra nos bastidores".

(Benjamim d'Israeli, lord Beaconsfield, - Coningsby, 1844).

"O que é verdadeiro vale por si mesmo; mas há verdades amargas e verdades doces, verdades úteis e verdades perigosas..."

(Marius André,- La fin de l'empire espangnol d'Amérique, pg. 67).

"Entre as falsas histórias que contares, lhes contarás a minha verdadeira...".

(Tomás Antonio Gonzaga, - Lira XVIII).

"Sob este critério é que deve ser pensada a nossa história, a história do subterrâneo dos acontecimentos".

(Máro Sáa - A invasão dos judeus, pg. 10).

"Lendo as histórias... deparamos com este fato singular: em toda a parte o judeu aparecendo em luta com a nação em cujo seio habita".

(Hugo Wast, - Oro, pg. 7-8).

"Na sociedade, que é a humanidade no espaço, e na história que é a humanidade no tempo, há bacilos e toxinas de forma humana que o olhar das gerações não descobre, que o olhar dos historiadores ignora ou, muitas vezes, finge ignorar, mas cuja existência não é um mistério para o bacteriologista da sociedade e da história"...

(Emmanuel Malynski e León de Poncins, - La Guerre Occulte, pg. 90).

Í N D I C E

Na "HISTÓRIA SECRETA DO BRASIL", propõe o Sr. Gustavo Barroso desprender da complexidade das forças que trabalharam na preparação dos acontecimentos políticos do Brasil, aquela que lhe parece predominante, senão decisiva, e, portanto, suficiente para nos dar, desses fatos, uma perfeita compreensão. É uma sondagem profunda a que procede, a procura da verdade histórica ou melhor da "história subterrânea dos acontecimentos". Terá o ilustre escritor encontrado o fio da meada? Terá o mergulhador conseguido trazer suas sondagens, a pérola da verdade histórica ou uma parcela da verdade? Nos dramas, representados por personagens conhecidos, nos largos cenários das agitações públicas, ou nos palcos dos teatros políticos, terá seu olhar penetrado os bastidores? A todas essas perguntas que se reduzem, afinal, a uma só, responderão os seus leitores, que serão muitos e os seus críticos que serão bastante competentes para julgar da imparcialidade, segurança e penetração do historiador brasileiro.

É certo que, como diz Disraeli, citado pelo próprio autor, "o mundo é governado por personagens muito diferentes dos que imaginam os indivíduos cujo olhar não penetra os bastidores". Mas, quantas vezes esses "personagens diferentes" longe de serem "causa", não passam de "instrumentos" das forças reais e profundas que governam os acontecimentos políticos? E quantas vezes, dada a complexidade dos fenômenos sociais, e, daí a dificuldade de ver claro, o que se aponta como bastidores reais, não é mais do que a armadura de cenários fabricada pela parcialidade ou erguida pela imaginação? Em todo caso, este livro que representa um grande esforço de pesquisa, é realmente digno de exame e de reflexão, pela documentação abundante que nele se recolheu; e das discussões e divergências que suscitar a sua leitura, poderá saltar um pouco de luz sobre as "zonas de mistério" de nossa história.

A presente é a 1ª de uma série de 6 (seis) volumes que compõe a obra completa da HISTÓRIA SECRETA DO BRASIL.

O CONCEITO DA HISTÓRIA

A história não é propriamente uma ciência; é antes uma arte. Muitos espíritos avançados do século XIX se esforçaram para dar à história esse conceito científico. Havia a mais generalizada do cientificismo. Seus esforços, porém, como que se anularam ante a concepção atual da história. O espírito do século XX é outro e não admite mais esses exageros do cientificismo generalizado, querendo impor a todos os departamentos e categorias do pensamento humano seus canones empíricos ou pragmáticos.

A investigação dos fatos, a fixação das datas, a interpretação das dúvidas, o confronto e a análise dos documentos, devem certamente obedecer a princípios rigorosamente científicos. Mas a narração dos acontecimentos e sua fixação precisa no tempo e no espaço, não são a verdadeira história, não formam completamente a história. Além disso, há coisa mais importante, substancial, a projeção dos homens e dos acontecimentos no espelho das épocas, as idéias de cada século, seu espírito, seu gênio próprio. São as mudanças dos aspectos intelectuais do mundo que transformam os critérios dos homens.

Para que a história deixe de ser uma cronologia seca, um rol de fórmulas mnemônicas, é necessário iluminá-la com o esplendor solar das idéias, com a luz maravilhosa da vida espiritual. Assim, a história se reflete melhor na obra dos pensadores, escritores, poetas, dramaturgos e críticos do que na enumeração dos governantes, na série das batalhas ou nos salões dos congressos diplomáticos. Por isso, em geral, o que se aprende na história são movimentos dos corpos sociais, ignorando-se a ação e a vida das almas sociais, das almas dos povos. A verdadeira história seria a revelação da vida espiritual dos homens.

"A história é obra representativa - escreve um mestre - e, portanto, deve ser uma obra de arte. Não nego os méritos da investigação científica no campo da história. Sobre essa investigação se identificaram os mais belos monumentos da arte, no gênero mais difícil entre os gêneros literários. Entre a obra de arte histórica e a investigação que lhe serve de base, há a mesma diferença que entre a anatomia e a escultura estatuária. O escul-

tor precisa conhecer a fundo, cientificamente, a anatomia do corpo humano; entretanto, isso não é o bastante para que sua obra seja considerada científica. Nas formas humanas representadas no mármore, revela-se um espírito, na emoção e nos sentimentos expressos pelas atitudes e gestos da estátua".

Esta página do magnífico livro "La Guerre Occulte" de Emmanuel Malynski e Léon de Poncins termina com essas palavras profundas, que resumem a história da humanidade nos últimos tempos: "Ainda se tem em vista toda a hierarquia humana, quando o mundo começa a se afastar de Cristo, no Renascimento. Ainda se têm em vista os Príncipes e os Reis, quando se afasta do Papa e do Imperador, na reforma. Ainda se têm em vista a burguesia quando se retiram a nobreza Reis e Príncipes, que são os seus pontos culminantes, na Revolução Francesa. Ainda se têm em vista o Povo, quando se ultrapassa o plano da Burguesia de 1848 à 1917. E não se têm mais em vista senão a borra social guiada pelo judeu, quando se vai além das massas, em 1917".

Todo esse plano, em todas as nações, foi cuidadosamente elaborado e lentamente executado pelo judaismo, raramente descoberto e sempre embuçado nas sociedades secretas. Judaismo e maçonarias criaram um meio social propício à guerra do que está embaixo contra o que se acha em cima, desmoralizando e materializando a humanidade pelo capitalismo mamônico, dividindo-a e enfraquecendo-a íntimamente pela democracia, separando-a e tornando-a agressiva pelo exagero dos nacionalismos, dissolvendo-a e descaracterizando-a pelo cosmopolitismo, encolerizando-a pelas crises econômicas e enlouquecendo-a com o comunismo. Conhecendo isso, é que se pode dar seu verdadeiro caráter aos acontecimentos históricos e mostrar a verdadeira fisionomia das revoluções.

Até hoje se têm escrito histórias políticas do Brasil. Empreendo, neste ensaio, a história da ação deletéria e dissolvente dessas forças ocultas. Até hoje se escreveu a história do que se via a olho nu, sem esforço. Esta será a história daquilo que somente se descobre com certos instrumentos de ótica e não pequeno esforço. É a primeira tentativa no gênero e, oxalá possa servir de ensinamento à gente moça, a quem pertence o futuro.

GUSTAVO BARROSO

"Há duas histórias, a oficial, mentirosa, **Ad Usum Delphini**, e a secreta, em que estão as verdadeiras causas dos acontecimentos, **História Vergonhosa**".

(Balzac, "Les illusions perdues" t. III).

CAPÍTULO I

O monopólio do pau-de-tinta

Amanhecera o dia 25 de setembro do ano da graça de 1498 e o que ia acontecer teria repercussão mais tarde nos destinos do Brasil, que ainda não fora descoberto. A armada portuguesa de Vasco da Gama ancorara diante da costa baixa e emoldurada de palmeiras da ilha de Anchediva, a doze léguas de Goa. Das longas vergas e das inclinadas antenas das naus se desdobravam, secando lentamente ao sol matutino, as lonas das velas em que a salsugem dos mares nunca d'antes navegados esmaecera a cor vermelha das cruzes da Ordem de Cristo.

Sobre o castelo de popa, lavrado de douraduras e eriçado de falconetes (1) de bronze, fundidos nos arsenais de Gênova, o almirante conversava com os capitães, olhando a faina de limpeza a que se procedia em alguns navios. No seu, a capitânea "S. Gabriel", contra-mestre e maruja preparavam as espias que deviam puxá-lo até a praia lisa onde morriam, sorrindo em espumas, as ondas do Oceano Índico, a fim de ser raspada a carena crostada de mariscos e algas na longa travessia dos mares tenebrosos.

O vigia do "S. Gabriel" assinalou um barco ao longe que se aproximou, arfando sobre a toalha azul das águas debaixo da concha muito azul do céu. Era um parau que vinha de Goa, tangido pela sua vela pardusca de esteira. Encostou a nau. Um homem galgou o portaló e saltou no convés. Vestia-se de maneira hindu: **mundaçó** à cabeça, terçado à cinta, brincos nas orelhas. O nariz adunco se encurvava para os beiços úmidos e sensuais.

Queria falar ao almirante a quem abraçou, como se usa no Oriente, com expansões. Curvando-se em salamaleques, disse em péssimo italiano que era cristão levantisco, viera muito criança para as terras do mouro Sabayo, senhor da ilha e da cidade de Gôa. Enquanto falava, seus olhos, miúdos e vivos, como os de um camundongo, espreitavam todo o navio, detendo-se, sobretudo, na artilharia,

(1) Pequenas peças de artilharia.

como a computar-lhe o número de peças e a força de cada uma.

Vasco da Gama sorria na sua barba açoitada pelo vento. De repente:

- Mestre!

Um português moreno e seminu, de farta bigodeira, de braços peludos e atléticos, levantou a cabeça dentre os marujos que desenrolavam os cabos de cânhamo. E o almirante deu-lhe esta ordem:

- Amarre este espião ao mastro e meta-lhe o calabrote!

Num abrir e fechar de olhos, o levantino estava nu da cintura para cima, amarrado ao mastro grande, e um chicote de cabo alcatroado cantava-lhe nas carnes que se tingiam de sangue.

- Eu digo toda a verdade! uivou o supliciado na sua algaravia.

Os açoites pararam, o almirante aproximou-se e o homem disse a verdade: não era cristão nem levantisco; era judeu e natural da Polônia. Os azares de sua vida aventureira e errante haviam-no trazido à Índia. O Sabayo mandara-o como espião, mas preferia servir aos portugueses. A armada do Sabayo era grande e poderosa, bem tripulada de rumens (2) e bem provida de canhões venezianos...

No dia 26 de setembro, a frota dos Lusíadas fazia-se de vela para Portugal e levava a bordo o astuto e inescrupuloso judeu polaco, "por ser de grande experiência e muito conhecedor das coisas da Índia, o qual foi, mais tarde, batizado e recebeu o nome de Gaspar da Gama, sendo vulgarmente conhecido por Gaspar das Índias. Este judeu conversava muitas vezes com El Rei D. Manuel, que folgava de lhe ouvir falar sobre as coisas da Índia, e lhe fez muitas dádivas e mercês. A Vasco da Gama e outros almirantes portugueses, Gaspar das Índias prestou inestimáveis serviços (3)".

---

(2) Soldados muçulmanos da Índia, mercenários levantinos ou turcos, Cf. Alberto O. de Castro, "A cinza dos myrtos", pág. 193; Dalgado, "Glossário, Luso-Asiático, t. II, págs. 264 e segs.

(3) Solidônio Leite Filho, "Os judeus do Brasil" ed J. Leite & Cia., 1923, pág. 24 e 25. A documentação do resto do capítulo está em Gaspar Corrêa, "Lendas da Índia", tomo I. Entre as mercês, segundo Damião de Góis, "Crônica d'El Rei D. Manoel", pág. 32. fê-lo cavalheiro de sua casa, deu-lhe tenças, ordenados e ofícios.

Dois anos depois, vestida de luto, como era de praxe na época, quando as armadas iam em busca de terras desconhecidas, a corte manuelina assistia do eirado da torre de Belém a partida dos navios de Pedro Álvares Cabral. O judeu Gaspar embarcara na nau do capitão-mor como língua e conselheiro, hoje diríamos intérprete e técnico, em coisas e negócios das Índias. Seus olhos vivos e espertos, olhos de rato fugido dos ghetos da Polônia, viram o nosso Brasil no primeiro dia de seu amanhecer. Ao lado de Pedro Álvares Cabral, "de quem não se apartava", avistou o vulto azul do Monte Pascoal nos longes do horizonte, contemplou a terra virgem e dadivosa, a indiada nua e emplumada de cocares, assistiu a primeira missa celebrada por frei Henrique de Coimbra e ouviu a leitura da carta de Pero Vaz de Caminha.

O judeu Gaspar da Gama fez toda a viagem de Pedro Álvares Cabral: Moçambique, Melinde, Cananor, Calecut, Cochim; tornou às Índias em 1502 e 1505 com seu padrinho, Vasco da Gama. Na última dessas expedições, encontramo-lo com o nome de Gaspar de Almeida, "por amor de Viso-Rei, de quem era estimadíssimo", declara um panegirista dos judeus (4). Por adulação e baixeza, afirmamos diante dos fatos. Batizado por Vasco da Gama, o israelita tomou, de acordo com o costume em má hora instituído por D. Manuel e que estragou, na judiaria, os grandes apelidos da nobreza lusa, o nome de família do seu padrinho; mas, quando a estrela do navegador se foi empanando ante a glória de Dom Francisco de Almeida, o poderoso Vice-Rei do Ultramar, o hebreu mesquinho abandonou o nome de Gama e adotou o de Almeida, sem cerimônia...

Ao tempo do governo de D. Francisco de Almeida, o judeu Gaspar da Gama, de Almeida ou, simplesmente, das Índias, casou-se com uma judia, "grande letrada na lei". Veja bem como os Gama, os Cabral e os Almeida, não seriam ilaqueados na sua boa fé de navegadores rudes e heroicos batalhadores pela lábia e a solércia do judeu polonês! Batizado, sua conversão era tão **sincera** que se unia, não a uma cristã, mas a uma israelita ferrenha, talmudista pra-

---

(4) Solidônio Leite Filho, op. cit., pág. 27.

ticante. Foi ela quem fez com que os judeus das sinagogas hindus comprassem as bíblias hebraicas que vendia Francisco Pinheiro, filho do Corregedor da corte de D. Manuel, o doutor Martim Pinheiro, por mando deste, decerto cristão-novo ou cristão judaizante. O episódio mostra como os judeus secretamente, influenciavam as decisões dos grandes navegadores (5), manobravam nos bastidores da governação das Índias e até faziam proselitismo e propaganda religiosa através do próprio Corregedor da Corte magistrado cuja maior atribuição era perseguir ao judaísmo. A história, referida pelos cronistas, da **arca de bíblias**, EM HEBRAICO, enviadas de Lisboa para a Índia, é um tanto escura. Não há, infelizmente, documentação que faça suficiente luz sobre o interessante assunto.

A vinda do judeu Gaspar ao Brasil está iniludivelmente comprovada pelas instruções dadas ao capitão-mor Pedro Álvares Cabral, conservadas entre os documentos da Torre do Templo, que se referem pessoalmente a ele. Fugido às perseguições que, do meado do século XV ao começo do XVI, se desencadearam na Polônia contra os israelitas, cortara as gadelhas reveladoras de sua procedência e afundara-se no Oriente, tendo alcançado às Índias, depois de viver em Jerusalém e Alexandria. Segundo o autor das "Lendas da Índia", Gaspar Corrêa, o rei Dom Manuel noel recomendou que ele servisse com Pedro Álvares Cabral, porque lhe havia dado "muita informação das coisas da Índia".

Em Porto Seguro, quando as naus portuguesas lançaram ferros, no ano da Graça de 1500, o judeu procurou entender-se com os silvículas, recorrendo às línguas e dialetos que aprendera no Oriente. Não se fez entender nem entendeu patavina. Mas compreendeu o que poderia valer a nova terra, na qual, se quisesse plantar, daria tudo, como anunciava o escrivão da feitoria de Calecut embarcado na Real Armada.

(5) C. Solidônio Leite Filho, op. cit. pág. 25. "A sua voz (do judeu Gaspar) foi sempre acatada nos conselhos dos capitães". Na Índia, até o grande Afonso de Albuquerque, conforme depõe Gaspar Corrêa, "Lendas da Índia", tomo II. pág. 177, muito se aconselhava com seu intérprete o judeu Hucefe. A tola confiança do cristão no judeu é que permite a este dar os seus botes...

Para não sermos taxados de fantasista ou parcial, damos a palavra ao panegirista dos judeus, Sr. Solidônio Leite Filho, grifando suas afirmações mais importantes: "**Talvez por seu intermédio tivessem os israelitas percebido, desde logo, a importância do novo descobrimento**, que pouco impressionara o ambicioso espírito do Afortunado monarca português, cujas atenções estavam inclinadas para as riquezas da Índia. **Aproveitando-se desta opinião** conseguiram **alguns cristãos-novos**, a cuja frente se achava Fernando de Noronha, **arrendar a terra havia pouco descoberta**. Sabiam eles PERFEITAMENTE que o comércio do pau-Brasil, por si só, os indenizaria das despesas (6).

Estes grifos auxiliam a clara visão do primeiro capítulo da história do Brasil, tão diferente do que nós aprendemos nas escolas. Aos meninos e rapazes somente se mostra o palco e ninguém se lembra de levá-los aos bastidores, onde os atores mudam de vestimenta e estão à vontade. Aprende-se unicamente a aparência da história, que é o melhor meio de ocultar a sua essência. Na verdade, um judeu aventureiro da Polônia, apanhado por Vasco da Gama em flagrante delito de espionagem, adere aos lusos que o chicoteiam, batiza-se, toma nome fidalgo, casa com uma judia talmudista e vem, com Cabral, ao Brasil que examina em primeira mão. Os portugueses estão hipnotizados pela Índia, sonham epopéias e conquistas. Ele não sonha nada, olha praticamente a vida, calcula todas as vantagens materiais. Que lhe importam os açoites amarrado ao mastro do "S. Gabriel" e a água lustral do batismo? Por esse preço pagou o direito de assoprar **informações** ao ouvido de D. Manuel o Venturoso e de dar hábeis

(6) Op. Cit., págs 36 e 37. Vejamos como **sabiam** perfeitamente. A 28 de abril de 1500, as equipagens de Pedro Álvares Cabral descem à terra para cortar lenha e pela primeira vez o machado dos civilizados retumba nos troncos das virgens florestas do Brasil. Cf. J. M. de Macedo, "Efeméride Histórica do Brasil", Tip. do Globo, Rio. 1877, pág. 261. Nesse corte de madeira, com certeza, o judeu Gaspar descobriu o **pau-brasil**, pois conhecia, como prático das coisas do Oriente, o **verzino colombino** de Ceilão. Nada disse à Cabral nem ao Rei; mas informou os cristãos-novos, seus irmãos. Não é claro como água?...

pareceres, logo aceitos, nos "conselhos dos capitães". Sua raça continuará a hipnotizar os lusos na conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, a fim de que se possa enriquecer com os produtos que afloram por toda a vasta extensão da Terra de Santa Cruz, que um esforçozinho de cartógrafos e cosmógrafos judeus, ou inspirados por judeus mais adiante mudará a Terra do Brasil (7).

Compulsemos Capistrano de Abreu em suas notas a **Varnhagen** e este em suas notas ao "Diário de Navegação" de Pero Lopes de Souza. O cristão-novo Fernando de Noronha, que tomara este nome fidalgo com a mesma desfaçatez com que o judeu polônio tomara os de Gama e Almeida, em 1503 associado a outros cristãos-novos, equipara uma frota e saíra do Tejo, no mês de maio, rumo ao oeste. Navegação feliz. A 24 de junho, dia de São João, pôs a capa sobre uma ilha penhascosa, de praias brancas, aqui e ali vestida de vegetação luxuriante. Os marujos deram-lhe o nome de São João devido à data do descobrimento. Os israelitas mudaram-no, mais tarde, para o do próprio armador e comandante da frota, Fernando de Noronha.

Como e por que vinham tão cedo, mal findara a viagem redonda de Cabral e com eles conversara seu irmão Gaspar das Índias sobre as riquezas da nova terra? O judeu Fernando de Noronha e seus sócios haviam arrendado o Brasil a D. Manuel, que continuava dentro do sortilégio, "deslumbrado com as maravilhas da Ásia". Pelo contrato de arrendamento, os judeus deviam mandar todos os anos seis navios ao Brasil, para explorar ou descobrir trezentas léguas de costa para além dos pontos já conhecidos, fincando um forte no extremo em que tocassem. Esses navios poderiam levar qualquer produto para a metrópole sem pagar o menor imposto, tributo ou finta, no primeiro ano; pagando um sexto do valor, no segundo, e um quarto no terceiro. O prazo de arrendamento, como se vê, era de

---

(7) Simão de Vasconcelos. "Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil". ed. A. J. F. Lopes, Lisboa, 1765, pág. XXXII, 9: "...Terra de Santa Cruz, título que depois converteu a cobiça dos homens em Brasil, contentes do nome de outro pau bem diferente do da cruz e de efeitos bem diversos".

três anos (8).

No dia 24 de janeiro de 1504, D. Manuel fez doação da ilha de S. João a Fernando de Noronha, a qual foi confirmada por D. João III em 3 de março de 1522. Desta sorte, antes de dividindo o Brasil em capitanias hereditárias muito antes das primeiras concessões de sesmarias, origem dos primitivos latifúndios, a coroa portuguesa alienava uma parte do Brasil, dando-a de mão beijada a um judeu traficante do pau-de-tinta, que era a anilina daquele tempo.

Terminou o prazo de arrendamento da costa brasileira em 1506. Fernando de Noronha agenciou, na corte, sua renovação ou prorrogação, obtendo-a por dez anos, em troca do pagamento anual de quatro mil ducados, o que deixa ver que os lucros auferidos no comércio da madeira de tinturaria, único no amanhecer da vida brasileira, não tinham sido de desprezar. Além da prorrogação, os judeus obtinham o monopólio do negócio, pois que o rei se obrigava a não permitir mais o "trato do pau-brasil com a Índia". Era, com efeito, do Oriente que vinha o pau-de-tinta, **berzi**, ou **verzino**, segundo Muratori e Marco Polo. O descobrimento do nosso País, em verdade, graças às informações levadas pelo astuto judeu que Vasco da Gama açoitara e conduzira à pia batismal, tivera como resultado a formação, para empregar a linguagem moderna. de um **TRUSTE DAS ANILINAS**. Naturalmente, que era o monopólio do comércio da madeira tintória, desde que o **sapang** de Java e Ceilão fora corrido dos mercados europeus, senão isso? tanto assim que os navios do **consórcio** Fernando de Noronha carregavam por ano de nossas matas litorâneas a bagatela de "vinte mil quintais da preciosa madeira"! (9). O primeiro carregamento foi levado logo em 1503, dois anos após o descobrimento (10). A famosa nau "bretôa", que em 1511 veio ao Brasil carregar o pau, batendo a costa até o Cabo Frio, foi armada e despachada por Fernando de No-

---

(8) Piero Rondinelli, "Raccolta Colombiana", 3ª parte, vol. II, pág. 121.

(9) Solidonio Leite Filho, op. cit. pag. 37: Leonardo de Chade Messer in "Livro Comemorativo do Descobrimento da América", ed. da Academia de Ciência de Lisboa.

(10) Melo Morais, "Crônica do Império do Brasil", 1879, pág. 19.

ronha e seus amigos (11).

Neste primeiro capítulo da nossa história, encarada por um método novo e verdadeiro, se vêem o palco e os bastidores. No palco: a armada de Cabral com as velas pendentes em que o sol empurpurava as cruzes heráldicas; a cruz erguida na praia, diante da qual um frade diz a primeira missa; um padrão cravado no solo virgem da terra descoberta em forma de cruz, a cruz nos punhos das espadas linheiras que retiniam de encontro aos coxotes de aço fosco; a cruz nas bandeiras alçadas, os nomes de Vera Cruz e Santa Cruz impostos a toda a nova região americana: o idealismo cristão, o heroismo cristão, o sentido cristão da vida, a propagação da Fé e a dilatação do Império que a gesta dos Lusíadas cantaria com o ritmo do rolar das ondas.

Nos bastidores, manobrando os cenários e arranjando as vestiduras, o judeuzinho de Goa, o cristão-novo Fernando de Noronha, os Cristãos-novos e israelitas do seu consórcio comercial, inspirados pela sinagoga e pelo kahal, realizando o lucro à sombra do idealismo alheio; ganhando o ouro à custa do esforço e do sangue dos outros; apagando o nome da Cruz com o nome do pau-brasil, o que indignou a João de Barros (12); usando a epopéia da navegação e o poema do descobrimento para a fundação trivial de um monopólio de anilinas...

---

(11) Solidonio Leite Filho, idem, idem. Capristano de Abreu, "O descobrimento do Brasil", pág. 267, Varnhagen, "História Geral do Brasil", 1ª ed., I, págs. 427-432 "Diário do Pero Lopes", Rio de Janeiro, 1867.

(12) "Décadas"... como que importava mais o nome de um pau que tinge panos que daquele pau que deu tintura a todos os sacramentos por que somos salvos...

CAPÍTULO II

O empório do açúcar

Passaram-se muitos anos antes que a coroa portuguesa desse fé do Brasil. Monarca e povo "tinham os olhos ofuscados pelos resplendores das predarias do Oriente (1)".

Esse pensamento repete-se de tal modo nos historiadores filo-judaicos que somos forçados a admitir o propósito por parte dos judeus em conservar as atenções voltadas para outro lado, afim de poderem, à vontade, não só tirar, sem grande trabalho, à custa de bugigangas dadas ao índio, milhares e milhares de quintais de pau-brasil, produtor de tintura, ou de canafístula produtora de mirra (2), como de preparar uma espécie de refúgio para a sua raça deste lado do Atlântico. "Aconteceu que os judeus foram obrigados a emigrar, açoitados por uma perseguição feroz (1506). Seu instinto mercantil **adivinhara** (3) as riquezas naturais do Novo Mundo. Teriam aqui tranqüilidade e segurança, o Santo Ofício não os inquietaria (4)". Tanto assim que a ordem dos Dominicanos, à qual estava quase sempre afeto este tribunal, nunca logrou estabelecer-se no Brasil. Em todo o nosso vastíssimo país, não existe um único convento de S. Domingos. O número e a influência dos cristãos-novos impediram o funcionamento da Inquisição entre nós. Houve somente **visitações** e quem lê seus processos fica assombrado da persistência do judaísmo nos marranos convertidos e que viviam dentro da religião católica com

---

(1) Solidonio Leite Filho op. cit. pag. 39.

(2) "Livro do Centenário", I, 42 carta de Américo Vespúcio a Pedro Soderini.

(3) O grifo é nosso. O historiador diz **adivinhara**, porque não se lembrou do espião Gaspar da Gama, que veio reconhecer a terra e levou, em 1501, informações à sinagoga lisboeta. Em 1503, o pau-de-tinta já estava sendo carregado!

(4) Pedro Calmon, "História da Civilização Brasileira", ed. da Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1933, pág. 12.

o simples fito de auferir vantagens. Aliás, esse sistema vem do fundo dos séculos: em Roma, já havia os cripto-judeus ou judeus ocultos (5).

Citemos dois exemplos elucidativos dessa persistência: o cristão-novo Jorge Fernandes, que veio para cá no tempo do segundo Governador-Geral, D. Duarte da Costa, e faleceu em 1567, antes de morrer pediu que lavassem e sepultassem o cadáver segundo os ritos da sinagoga; o cristão-novo Afonso Mendes, vindo com Mem de Sá, costumava, às escondidas, açoitar o crucifixo... Até freiras claustradas judaizavam... (6).

No Reino, as Ordenações puniam com rigor os cristãos-novos judaizantes. Num país bárbaro em vias de colonização, as leis eram, naturalmente, interpretadas com maior benevolência e liberalidade, permitindo o próprio meio, melhor defesa para os acusados, até mesmo a facilidade da fuga e da ocultação. Fechavam-se os olhos sobre muita coisa (7). "Não admira, pois, que as famílias hebréias tivessem emigrado para a América Portuguesa, onde, livres dos tribunais do Santo Ofício, viviam na mais absoluta tranqüilidade, **guardando a lei de Moisés** (8)". Vieram, assim, para o Brasil, nos primeiros tempos, os Guilhens, os Castros Boticários, os Mendes, os Rabelos, os Antunes, os Valadares, os Bravos, os Nunes, os Sanches, os Diques, os Cardosos, os Coutinhos, os Montearroios, os Cirnes, os Ximenes, os Peres, os Calaças, os Teixeiras, os Rodrigues, os Barros, os Siqueiras. Anos e anos deslizaram sobre muitos deles sem lhes abrandar a impenitência talmudista. Continuaram, como rezam os documentos coevos, convictos, fictos, falsos, simulados, variantes, revogantes, impenitentes, profluentes, diminutos, conflitentes, negativos e

(5) Chamberlain, "Die Grundlagen des neunzehnten Iahrhunderts".

(6) Rodolfo Garcia, "Os Judeus no Brasil Colonial" **in** "Os judeus na História do Brasil", págs. 13, 14 e 41, ed. do vendedor de livros judeu Uri Zwerling. Este israelita fez o livro como propaganda judaica, mas, muito ignorante, coitado! aceitou o que lhe quiseram dar e a obra é um repositório de documentação anti-judaica.

(7) Cf. João Ribeiro, "História do Brasil", pág. 78.

(8) Solidônio Leite Filho, op. cit. pág. 46.

pertinazes", merecendo as penas inquisitoriais (9). Rodolfo Garcia (10), acha que "O Caramuru", João Ramalho, Francisco de Chaves, o próprio misterioso Bacharel de Cananéia aquele castelhano que vivia no Rio Grande do Norte, entre os Potiguaras, com os beiços furados como os deles, e tantos outros desconhecidos - seriam, quem sabe, desse número de judeus, colonizadores espontâneos das terras de Santa Cruz".

Com efeito, "os navios que, enviados pela coroa portuguesa, aportavam às nossas plagas duas vezes por ano traziam **somente** judeus e degredados, com os quais se formou o primeiro núcleo de população (11)". Isto confirma a suposição de Rodolfo Garcia, da qual só discordamos quanto a Caramuru. A religiosidade de Paraguassu, sua mulher, como que demonstra o espírito profundamente católico do marido, o que não se dá com os cristãos-novos. Vede como João Ramalho, por exemplo, se obstina em não praticar o culto católico e entra em luta contra os padres da Companhia de Jesus.

O monopólio da madeira de tinturaria, habilmente conseguido por Fernando de Noronha e seu grupo, vivia de alimentar a desatenção do rei D. Manuel quanto ao Brasil, levando-o a só dar tento aos negócios da Índia. Enquanto isso, por via da proibição do comércio do pau-de-tinta com o Oriente, o consórcio judaico ia se enchendo de ouro. Cada quintal de madeira posto em Lisboa, ficava com todas as despesas, por meio ducado. Era vendido em Flandres por dois e meio a três ducados (12). Lucro formidável! Esse lucro atraiu, naturalmente, "a cobiça dos corsários europeus", sobretudo **diepeses** e **maloínos**. Seus barcos percorreram a costa, arribaram as abras e enseadas, comercializando com o gentio e carregando o Brasil. Não era mais unicamente o judeu luso que exercia a função comercial de **brasileiro**. Outros a disputavam: franceses, alemães, espa

(9) Vide "Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil" pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, ed. de Paulo Prado, 1922, 1925, 1929.

(10) Loc. cit. pág. 10.

(11) Solidônio Leite Filho, op. cit. pág. 40. cf. W. Sombart "Die Juden in des Wirtchafts'eben, pág. 34.

(12) Peragalo, "Memória do Centenário", pags 83-84.

nhóis, ingleses, e, entre eles, muitos judeus dessas procedências.

Aí, os sócios de Fernando de Noronha e ele mesmo, de certo, compreenderam que era necessário reagir contra os piratas audazes, que vinham de Honfleur, Dieppe, Saint-Malô, San Lucar, Corunha e outros portos para a Terra dos Papagaios, considerada **res nullius**. Para comerciar e lucrar, os judeus do grupo Noronha estavam sempre prontos; mas, para trocar tiros mortíferos de bombarda e arcabuz de navio a navio, no balanço das ondas, ou saltar de terçado em punho nas abordagens furiosas a bordo do barco inimigo, eles absolutamente não tinham sido feitos. Povo eleito para tudo, menos para a luta armada, o judeu segue o preceito do Talmud, que diz: "Na guerra sê o último a partir e o primeiro a voltar"... Todavia, como expelir aos piratas que prejudicavam o futuroso negócio da tinturaria? Era preciso apelar para o rei Afortunado, que perseguia o judaísmo, mas se deixava influenciar pelos conselheiros hebreus, entre os quais o sabido Gaspar da Gama. Ele, sem dar por isso, ia servir para defender os inocentes cristãos-novos que gannavam o mínimo de dois ducados em cada quintal de pau-brasil. Era chegada a hora de entrar em cena o cristão-velho a fim de derramar seu sangue, batendo-se contra os corsários que estavam prejudicando, grandemente, os lucros opimos do kahal...

Eis porque, logo, o soberano voltou sua atenção para o Brasil. Os hebreus a desviaram, quando assim era preciso; agora, a solicitavam."Foi graças aos israelitas - escreve seu panegirista (13) - que Portugal começou já nos últimos tempos de D. Manuel, a perceber a importância da Terra de Santa Cruz". O rei observou também "os esplêndidos resultados colhidos pelos hebreus em **prejuízo do erário** (14); e decidiu a colonização do novo país. Desde mais ou menos 1516, começou a tomar medidas nesse sentido, bem como assecuratórias do comércio do pau-brasil. Naquele ano, Cristovam Jaques vem com dois navios policiar a costa e fundar uma feitoria em Pernambuco, a qual floresce. Nela se faz a primeira experiência do plantio da cana-de-açúcar, riqueza que, em breve, vai suceder à da extração da madeira de tinturaria. O ciclo da indústria extrativa vai desaparecer e será substituído pelo da indústria açucareira, cujo empório enriquecia aos judeus e marcava o segundo período da história colonial. Em 1530, Martim Afonso de Souza dá caça aos corsários franceses, reaviva o vestígio do domínio de Portugal, distribui povoadores, bate a costa até o Prata e traça o primeiro contorno político da colônia (15). Em cananéia, encontra servindo de língua ou intérprete, o judeu Francisco de Chaves; em São Vicente, no meio dos goianases, o judeu João Ramalho. Aí se lançam os fundamentos de uma verdadeira colônia, a primeira que se construiu à boa maneira portuguesa (16)".

A coroa dava licença a quem quisesse tentar fortuna no Brasil, com a condição de pagar-lhe o quinto dos produtos; a Casa da Índia fornecia instrumentos de lavoura a quem desejasse ir povoar a nova terra; favorecia-se com os meios necessários a quem fosse capaz de dar princípio a engenharia de açúcar (17).

No século XVI, o açúcar era raro e caro. Até o achado do caminho das Índias, pelos portugueses, o pouco açúcar que chegava à Europa vinha do Oriente, trazido e distribuído pelos venezianos. As populações européias, na sua maioria, contentavam-se com o mel das abelhas para suas comidas e bebidas. Só os ricos conheciam o açúcar oriental. Imagine-se a revolução econômica produzida pela entrada à larga do açúcar nos mercados em que antes não aparecia.

Já nas ilhas de S. Tomé, Cabo Verde e da Madeira se cultivava cana; porém, na mão dos judeus, o Brasil iria ser o verdadeiro instrumento dessa revolução, cujas últimas cenas ainda estão se desenrolando em Cuba.

Morto D. Manuel, D. João III prossegue no intuito de povoar e colonizar o Brasil. Além de fazer várias doações de latifúndios a fidalgos ilustres e de confirmar outras, do seu antecessor, como a ilha de S. João ao cristão-novo Fernando de Noronha, dividiu o imenso território em doze capitanias hereditárias. Esses feudos de cinqüenta a

(13) Solidonio Leite Filho, op. cit. pág. 40.
(14) Idem.

(15) Pedro Calmon, op cit págs 13-15.
(16) Idem pag. 14.
(17) Varnhagen, "História Geral do brasil", pág. 145. Solidônio Leite Filho op. cit. pág 41.

cem léguas de litoral foram concedidos e escolhidos capitães cobertos de serviços, como Duarte Coelho, Martin Afonso, Pero Lopes, Aires da Cunha, Pero de Góis e Vasco Fernandes Coutinho; a homens ricos, como Pero de Campos Tourinho; a altos funcionários do Reino e outros, como Jorge de Figueiredo Correa, Fernando Álvares de Andrade, Antônio de Barros Cardoso e João de Barros.

A cargo dos donatários das capitanias, deixou o governo real povoação e defesa das novas terras e dos estabelecimentos que montassem, o que não era coisa fácil pois os piratas costumavam destruir o que podiam. Em 1530, um galeão francês não arrasou o primeiro engenho de açúcar da América, o do capitão Pero Capico, em Pernambuco, fundado em 1516 (18)? A fazenda real não se podia consumir nesse serviço e por isso largava em mãos dos concessionários todo o peso da colonização. Dois deles meteram ombros à empresa e suas capitanias progrediram: Pernambuco e S. Vicente. Outros abandonaram as doações. Ainda outros apelaram para os judeus ou lhes venderam suas terras.

"Não podendo recusar trabalhadores, os capitães-mores estenderam às pessoas de origem hebraica, os favores concedidos às demais. Fundados nos privilégios excepcionais que lhes davam doações e forais, trouxeram algumas famílias israelitas (19), tendo um dos donatários contratado com judeus laboriosos a montagem de engenhos em Pernambuco... Quando os capitães-mores chegaram às suas terras, aí encontraram, exercendo grande influência sobre o gentio, vários cristãos-novos, vindo durante os trinta anos em que o governo português as deixara em quase completo abandono. Qualquer perseguição contra eles provocaria o ódio dos índios, o que tornaria dificultosíssima, senão impossível, toda tentativa de estabelecimento. Para a colonização das capitanias, seu auxílio era, portanto, precioso e necessário (20)".

O exemplo de João Ramalho é, desse ponto de vista, o mais concludente possível. "Bastaria para demonstrá-lo o ódio que sempre teve pelos jesuítas, mantendo contra eles

---

(18) Pedro Calmon, op. cit. pág. 13.

(19) Varnhagen, "Antonio José da Silva" **in** "Revista do Instituto Histórico", vol. IX pág. 114.

(20) Solidonio Leite Filho, op. cit. págs. 41-42.

uma luta incessante, o que naquela época de fanatismo e submissão ao clero era de estranhar". O mesmo autor destas linhas, que é judeu (21), acrescenta: "Mas o que confirma incontestavelmente a origem judaica de João Ramalho deu origem a inúmeras controvérsias. Grande número de historiadores negava-lhe todo valor, achando que se tratava de um traço sem sentido; outros afirmavam o contrário, sem apresentar, porém, argumentos convincentes. No princípio deste século foi publicado um trabalho em que o **Kaf** de João Ramalho era apresentado como um signo esotérico, cabalístico, o que, apesar de não se prender bem ao caso, viria indicar que João Ramalho era um estudioso da Cabala, **como a maioria dos judeus daquela época** (!). Hoje, porém, com os recentes estudos do Sr. Ben Israel, diretor deste almanaque (22), podemos afirmar que a questão se acha plenamente esclarecida e pela afirmativa. Trata-se de um **Kaf**, um verdadeiro **Kaf** sem sentido cabalístico e esse **Kaf** demonstra que João Ramalho era judeu, do mais puro sangue.

O Sr. Ben Israel demonstra que todo judeu pertencente a estirpe dos "cohannin", plural de "cohen" (descendentes de Aarão, sacerdotes hereditários do povo judeu), acrescentam, ainda hoje, à sua assinatura duas letras hebraicas, um **Kaf** e um **Tzedek**, iniciais das duas palavras: "cohen tzedek", isto é, cohen puro. Destas duas letras formou-se até um nome: Katz, que é hoje o sobrenome de muitas famílias israelitas. O cohen que por qualquer modo infringe a religião não pode ser considerado puro e não tem direito a usar o **Tzedek**. Deve, portanto, limitar-se a assinar com o **kaf**, simplesmente. Ora, João Ramalho, que tinha casado com uma gentia, a filha de Tibiriçá, infringira as regras da proibição (**que racismo!**) e tinha deixado de ser um cohen puro,"cohen tzedek", tornando-se,

---

(21) Dr. Isaque Izeckson, "A contribuição judaica na formação da nacionalidade brasileira", **in** "Almanaque Israelita do Brasil", 5695-96, 1935 pág. 5.

(22) "Almanaque Israelita do Brasil". O trabalho sobre o Kaf de João Ramalho a que o autor se refere com essa fingida displicência é o erudito volume de Horácio de Carvalho "O Kaf de João Ramalho" tip. do "Diário Oficial", S. Paulo, 1903, com prefácio de Teodoro Sampaio É uma obra admirável que revela os segredos da cabala judaica.

um "cohen" simples, que só tinha direito a assinar com o Kaf. O sr. Israel demonstra, pois, cabalmente, que João Ramalho era um judeu, **tão consciente de seu judaísmo que, apesar de isolado num mundo distante, não deixa de cumprir, na medida do possível, os preceitos de sua religião** Com isso fica afirmado que o movimento inicial para a formação da grande metrópole, que é a São Paulo de hoje, foi um movimento promovido por um judeu. Ele não foi, porém, o único. Tangidos pela inquisição, que então era rigorosa em Portugal, inúmeras famílias judaicas ou cristãs-novas, como então se chamavam, vieram estabelecer-se na Paulicéia. São de origem judaica os Pintos, Costas, Silvas, Pereiras, Castros, Salgados, Buenos, Mesquitas, etc.".

A citação é um tanto longa, mas preciosa, não pelo estilo, que é horrível, sim pelo documento que representa. Vemos por ela a infiltração judaica no Sul, através de S. Vicente, subindo ao planalto piratiningano, do mesmo modo que a vimos no Norte, em Pernambuco. As duas capitanias que prosperavam, chamavam logo a judiaria. Mostra ainda essa página judaica seu racismo até em relação ao gentio, a persistência dos ritos e dos estudos cabalísticos, o ódio ao missionário jesuíta catequizador do indígena, que o judeu queria tão somente escravizar para explorar-lhe o trabalho.

A América meridional era um ótimo refúgio para os judeus convictos e para os disfarçados. Vinham aos milhares Lendo a obra de Argeu Guimarães, verifica-se o perigo social que representavam; infiltrados no próprio cerne do catolicismo. No ano de 1581, a Inquisição queimou em Lima dois padres portugueses idos do Brasil, porque os mesmos praticavam o judaísmo: frei Álvaro Rodrigues e frei Antonio Osório da Fonseca. Nos primeiros séculos da nossa história, houve um grande comércio de ouro e prata, por terra, com o Peru. Os homens que se ocupavam dessa espécie de contrabando de metais preciosos, na maioria judeus eram até denominados peruleiros (23). Muitos peruleiros judeus ou judaizantes foram pilhados pela rigorosa inquisição espanhola, em Lima, e lavados à fogueira. Entre outros, Baltazar Rodrigues de Lucena e Duarte Nunes, em 1600; Gregório Dias, Diogo Lopes de Vargas e Duarte Henriques, em 1605; Diogo de Andrade, João Noronha e Manuel de Almeida, em 1625; Manuel Batista Pires em 1639.

Não se vá pensar que o judeu entrou com entusiasmo na indústria do açúcar que nascia. Do mesmo modo que veio na sombra dos descobridores, examinar a terra e ver o que nela havia de mais facilmente aproveitável - o pau-brasil esperou que o negócio do açúcar fosse desbravado por outros até chegar a um bom ponto. Eis como se explica a falência dos primeiros edificadores de engenhos. Perdido o capital inicial, o judeu adquiriu os engenhos abandonados e, como neles não invertera as somas que os cristãos haviam perdido, seus lucros teriam de ser muito grandes. Assim, agiria, mais tarde, com o ouro: o bandeirante audaz descobriria, após mil tormentos, as lavras; eles se apoderariam delas, depois, pela traição. Toda a história do Brasil é assim: uma aparência - o idealismo construtor do português, do mameluco e do brasileiro, dos cristãos; uma realidade - o utilitarismo oculto do judeu, explorando as obras do idealismo alheio. Os agricultores e os guerreiros, diz o imparcial João Lúcio de Azevedo, são os elementos produtores e construtores das pátrias. O judeu não é nem agricultor nem guerreiro.

Vejam o quadro dos desbravadores, dos bandeirantes do açúcar, pintado por Pedro Calmon (24): "...fracassaram todas as empresas de grandes cabedais, - início do desenvolvimento mundial do comércio - que se aplicaram a explorá-los: ou porque os portugueses só sabiam trabalhar para si não para capitalistas, que, à moda da Holanda, esperavam em Lisboa o seu provento, ou porque não se antecipara aos trabalhos um reconhecimento da terra e sua efetiva ocupação. Assim, em Ilhéus, Lucas Giraldes, que comprou a capitania ao seu donatário, fez edificar oito engenhos, e tanto foi roubado pelo feitor (que depois se estabeleceu no Recôncavo com engenho próprio) como pelos Aimorés, que tu

---

(23) A obra de Argeu Guimarães intitula-se: "Os cristãos-novos portugueses na América Espanhola". Sobre os peruleiros e o tráfico da prata, vide "Diálogos das Grandezas", ed. da Academia Brasileira, pág. 37 e 144; Pedro Taques, "Nobiliarquia Paulistana", ed. de Escragnolle Taunay, I, 245; Pedro Calmon, "História da Civilização Brasileira", cap. **o caminho do perú**, págs. 76 e 77.

(24) Op. cit. pág. 16.

do perdeu... Em Porto Seguro, o duque de Aveiro, que adquiriu a capitania ao seu dono, igualmente mandou construir vários engenhos que pereceram. Vasco Fernandes Coutinho donatário do Espírito Santo e homem opulento, inverteu a riqueza grangeada na Índia em engenhos poderosos, e de tal forma lhes atacou o gentio, que morreu sem lençol para mortalha. Desgraça maior ocorreu ao capitão da Bahia, que gastou numa boa frota sua fortuna, começou dois engenhos, teve-os demolidos pelos Tupinambás e acabou trucidado por eles".

A indústria do açúcar, porém, progrediu admiravelmente em duas capitanias: Pernambuco e S. Vicente. Os engenhos eram movidos por água ou por bois. A lavoura da cana era feita, primeiramente, pelos índios escravizados, depois pela escravaria africana. Maquinário simples, de fácil montagem, de mais fácil reparo e de custo relativamente baixo. Mão-de-obra abundante e barata. O açúcar começou a criar para o judaísmo negócio novo e lucrativo: o tráfico dos negros.

O açúcar era negociado com os mercados das Flandres desde 1532, quando Martim Afonso de Souza se associara ao holandês (25) Erasmo Schetz, cujo engenho sessenta anos mais tarde valeria quatorze mil ducados (26). D. João III via com bons olhos essa nova fonte de riqueza ultramarina e mandava passar ao Brasil vários lavradores de cana das

(25) De acordo com a documentação reunida por Alcibíades Furtado em "Os Schetz da Capitania de S. Vicente", Rio de janeiro, 1914 creio que há um certo **foetor judaicus** nessa dinastia de homens de negócios. Tinham casa bancária em Antuérpia sob a firma **Erasmus ende Sonen**, Erasmo & Filhos, Erasmo comprou as partes da capitania de S. Vicente de Martin Afonso e do piloto Francisco Lobo Os Schetz estavam ligados ao banqueiro João Venistre ou Wenix de Lisboa. Um filho de Erasmo, Gaspar Schetz foi tesoureiro de Felipe II nos Países Baixos. O Rei o enobrecera com títulos e senhorios, o que os reis costumavam fazer com seus ecônomos judeus. Os filhos de Gaspar manejavam cabedais em Bruxelas.

(26) "Publicações do Arquivo Nacional", vol. XIV, 20-I; Ferrand Donnet. "Notes à L'histoire des emigrations des anversois".

ilhas da Madeira e Cabo Verde (27).

O fidalgo-agricultor, o **gentilhomme-compagnard**, o hobereau, riqueza social de todos os países, ligado profundamente à terra pela tradição, pela alma e pelo interesse é encontrado sempre, no Brasil colonial, encabeçando todas as iniciativas com sua coragem e seu idealismo. À sua sombra caminha agachado o judeu, negaceando, buscando o proveito de suas conquistas com o maior e menor risco possíveis. Duarte Coelho é quem manda, em 1549, buscar homens práticos, isto é, técnicos, no Reino, nas canárias e na Galiza à sua custa, para montar os engenhos (28). São homens de prol os que iniciam o plantio de cana na Bahia, vencendo todas as dificuldades (29). É o nome usual de senhor de engenho, transmitido até nossos dias, tem um sabor de título nobiliárquico.

Diz o "Diálogo das grandezas" que o soberano o dava em cartas e provisões (30). Assim se formou a nossa primeira aristocracia rural. A esse novo feudalismo não faltou até uma das mais comuns e interessantes instituições de caráter socialista da Idade Média: a banalidade. Havia os "engenhos reais", idênticos ao "lagar do príncipe" em Portugal ou ao "moulin banal" de França, destinados a moer a cana da gente pobre, que plantava sem ter engenho (31).

O açúcar espalhava-se por toda a Europa que o consumia com avidez, tantos e tantos séculos fora privada de coisa tão deliciosa, dependendo a sua pastelaria do mel

(27) Pedro Calmon, "História da Civilização Brasileira", pág. 18.

(28) Capistrano de Abreu, **nota** a Porto Seguro, I, 230-I.

(29) Pedro Calmon, op. cit. 19. Valia a pena vencê-las. Os lucros eram convidativos. Em 1699, um quilo de açúcar valia 2 mil réis no porto da Bahia, "preço fabuloso para época". Cf. Escragnolle Taunay, "Na Bahia Colonial", separata da "Revista do Instituto Histórico Brasileiro", Imprensa Nacional, Rio de janêiro, 1925, págs. 303.

(30) Edição da Academia Brasileira, pág. 33.

(31) Frei Gaspar da Madre de Deus, "Memória para a História da Capitania de S. Vicente", ed. Taunay, pág. 171

das abelhas! Que estupendo país esta Terra dos Papagaios, ou do Brasil, surgida do seio do Mar Tenebroso! Dali vi nha a madeira corante que tingia os panos flandrenses. D li vinha mais o doce, coisa rara, cujo preço dobrava, tr plicava nos mercados flandrinos, onde pontificavam, depoi dos judeus do pau-brasil, os judeus do açúcar brasileiro. Os Países-Baixos, como Nova York hoje, eram a Judéia d época. Pinta o quadro um historiador que ninguém poder taxar de anti-semita, mas que conhece a documentação e que alicerça suas afirmativas: "os judeus que vendiam a çúcar enriqueciam a termos de estender-se a cultura pelos Açores e Canárias, febrilmente fomentada, a ocupar gran**des organizações financeiras que teciam, entre as várias praças européias, a rede de crédito** (32). Duarte Coelho contou em Pernambuco com o auxílio daqueles capitalistas-comissários (33); Subrogavam-se nas responsabilidades d governo para intensificar, criar uma economia, que lhes **devolveu com altos juros** os cruzados do empréstimo (34). Não houve melhor negócio na época e aos impulsos dessas c biças resolveu João III dar ao Brasil um governo regular. Em 1549, depois de ter comprado aos herdeiros de Francisco Pereira Coutinho a capitania da Bahia, mandou Tomé de Souza fundar a capital da colônia (35)".

Desta sorte, a primeira cidade e o primeiro governo resultam do comércio açucareiro, que os judeus internacio nais manobram das Flandres por meio de uma **rede de crédito**.

A emigração israelita, que fugia à Inquisição peninsular, bifurcava-se para as Índias e para o Brasil. Estabelecido o Santo Ofício em Goa, a corrente veio toda para

---

(32) Data de longe o internacionalismo do capital judaico...

(33) É bem claro, manifesto, o papel do judeu como intermediário. Os grifos em toda citação são nossos.

(34) Velha e conhecidíssima técnica. A história precisa ser lida às vezes, nas entrelinhas. Quanto segredo escondido! "Fundemo-nos todos em haver dinheiro, porque, quer seja nosso, quer seja alheio, é Deus verdadeiro". Gil Vicente "Obras", ed. Mendes dos Remédios, tomo I pág. 182.

(35) Pedro Calmon, op. cit. pág. 19.

nós. A esse sangue judaico, que inúmeras vezes se misturou ao sangue cristão, deve quiçá a maioria dos brasileiros os defeitos que lhes são apontados: falta de fixidez no caráter, inclinação a não levar nada a sério, capacidade de deformar todas as idéias, indisciplina inata e prazer do despistamento. Muitos judeus permaneceram puros até nossos dias, fingindo-se mesmo de cristãos, mas conservando às ocultas a fé talmúdica, praticando os ritos, judaizando, como diriam os inquisitores (36). Outros se fundiram na consciência e na raça, exemplo raro, talvez único no mundo inteiro. O Brasil absorveu-os completamente. Tantos milhares de hebreus se encaminharam para nossa terra que, em 1532, D. João III proibiu a saída dos cristãos novos do Reino com mudança de casa e venda de propriedades, sob graves penas. Eles porém, continuaram a fugir para cá, forçando o governo real a novos alvarás de mais rigorosa proibição, em 1567. Dez anos mais tarde, premido pelas necessidades de dinheiro para a infeliz jornada de África, D. Sebastião revogou as proibições por duzentos e vinte cinco mil cruzados que lhe pagou o Kahal de Lisboa, o que motivou uma representação da Inquisição ao poder real, em 1578. O cardeal D. Henrique revalidou os atos de D. João III (37).

A enxurrada judaica encheu o Brasil que amanhecia, atirando-se aos negócios de mascate, de açúcar e de escravos. Dia a dia, o número de israelitas crescia nos primitivos núcleos da população. Suas sinagogas, que o povo denominava **esnogas**, multiplicavam-se. Havia-as em casas particulares, como a de Matuim, na Bahia, na residência do

---

(36) As **visitações** do Santo Ofício citadas e o livro de Mário Sáa. "A invasão dos judeus", demostram a permanência do judaísmo e do judeu dentro das populações de Portugal e do Brasil. Em 1714, o viajante Frezler observa que a devoção religiosa na Bahia servia "para capear o judaísmo," pois estava a Bahia **repleta de judeus**. "Havia bem pouco, depois de longos anos de falsa devoção exterior, fugira subitamente para a Holanda um vigário carregando as alfaias de sua igreja e, uma vez ali, chegado, mostrara o que era, correndo à sinagoga". Taunay. "Na Bahia Colonial", pág. 345.

(37) Solidonio Leite Filho, op. cit. págs. 47-48.

cristão-novo muito conhecido Heitor Antunes. Havia-as nos próprios engenhos, como a do cristão-novo Bento Dias de Santiago, em Camaragibe, "onde, nas luas novas de agosto, em carros enramados, os judeus da terra iam celebrar o YOM KIPPUR e outras cerimônias do rito judaico" (38). As grandezas do Brasil servem aos diálogos judaicos. O **Brandônio** dos "Diálogos das Grandezas do Brasil" era o judeu Ambrósio Fernandes Brandão, ex-feitor do engenho sinagogal de Bento Dias de Santiago, onde também fora empregado o cristão-novo Nuno Alvares, "por ventura o interlocutor **Alviano** dos referidos diálogos" (39), como feitor dos **dízimos reais** que o seu patrão arrematava, consoante o velho hábito dos publicanos hebreus.

Essa judiaria do primeiro século do ciclo de negócio do açúcar, adorava tranqüilamente, apesar de batizada, o Deus de Israel (40). Eram todos como aquele Diogo Fernandes, natural de Viana, a quem se referem os documentos, o qual, na agonia, quando lhe diziam que chamasse por Jesus "virava sempre o focinho e nunca o quis nomear" (41).

Depois de caído Portugal sob o domínio Espanhol, o número de famílias judaicas no Brasil não cessou de aumentar (42). No reinado de Filipe III, o alvará de 4 de abril de 1601, conseguido pelo Kahal a peso de ouro, e a bula papal de 23 de agosto de 1604, que custou à judiaria um milhão e seiscentos mil cruzados, permitiram aos cristãos-novos deixar as terras peninsulares e sair dos cárceres inquisitoriais. Mal se apanharam soltos, foram vendendo o que tinham e fugindo. Assim, quando veio a cobrança do que haviam prometido dar pelo alvará e pela bula, o rei não conseguiu receber nem a metade. Indignado, o soberano revogou a licença de saída e estabeleceu a obrigatoriedade de uma provisão real para cada emigrante com quitação do que a fazenda devia a cada israelita pela sua quota (43).

---

(38) Rodolfo Garcia, loc. cit. pág. 49

(39) Idem pág. 20.

(40) Solidonio Leite Filho, op. cit. pág. 48.

(41) Rodolfo Garcia, loc. cit. pág. 18.

(42) Solidonio leite Filho, op. cit. pág. 49. Os portugueses da Bahia eram geralmente de raça judia, observou o viajante Froger, no fim do século XVII. Cf. Taunay, "Na Bahia Colonial", pág. 291. Por isso, antes dele, diz outro viajante, Pyrard de Laval, eram na maioria, criminosos ou **falidos**. Como a indústria judaica de falência é antiga! Cf. op. cit. págs. 251.

Nada disso impediu a emigração judaica para a América Portuguesa e Espanhola. No começo do século XVII, os judeus são quase donos do Brasil através do comércio do açúcar, que manejam; através das profissões liberais, que exercem; através da própria Igreja, na qual se infiltram, fingindo servi-la (44); através da magistratura, que invadem, conseguindo vencer as eleições para os juizados (45); através do professorado, no qual enxameiam, ensinando os moços, embora as desfavoráveis ausências que de alguns dos professores judeus se fazem (46). Usam-se sinais secretos para suas reuniões secretas. Um guarda do varadouro de Olinda, o judeu Tomás Lopes, vulgo Maniquete, servia, por exemplo, para um desses sinais. Quando devia haver reuniões dos **roschim** do Kahal na **esnoga** de Camaragibe, ele andava pelas ruas, com um pé descalço e um pano atado acima do artelho. Os judeus já sabiam o que isso significava (47).

Daí a necessidade das visitações do Santo Ofício desde 1593 e as proibições da coroa, em 1624, sobre negócios e ensino. De novo, o ouro judaico tilintou aos ouvidos do monarca espanhol, mundano e dissipador. Uma lei de 1629 permitiu a saída de judeus e conversos, que se derramaram pelo Brasil e Holanda. As ligações entre as comunidades de lá e as de cá vão permitir a conquista e ocupação do Nordeste pela Companhia das Índias Ocidentais e as grandes negociatas de açúcar, como veremos oportunamente. Já os holandeses eram os transportadores do açúcar graças à barateza dos fretes marítimos. "Sob a capa de negociantes de Lisboa, Porto e Viana", como diz Frei Vicente do Salvador, os judeus portugueses se entendiam com os de Flandres, também de origem portuguesa, do mesmo modo que com

---

(43) Idem, idem.

(44) Fortunato Almeida, "História da Igreja em Portugal", tomo III, parte II, pág. 112.

(45) Códice dos séculos XVI e XVII, **in** "Revista da Faculdade de Direito" nº 103, pág. 11.

(46) Rodolfo Garcia, loc. cit. pág. 21.

(47) Idem pág. 25. Como coxeasse quando assim andava, até hoje em Pernambuco e na Paraíba o povo chama aos coxos **cohens**...

os dos engenhos brasileiros. Da Holanda se mandavam por ano, para o Brasil, 3 a 4 mil bíblias em hebraico, como já vimos que eram mandadas para a Índia, o que documentam as denunciações do Santo Ofício.

Para o Brasil e para a Europa, o século XVI fora o do pau-de-tinta, das anilinas, por assim dizer; o século XVII foi o do açúcar. Nas primeiras décadas do centenário, o desenvolvimento da indústria açucareira se tornou **impetuoso** (48). Em 1610, segundo um viajante observador, era o **único meio de vida** (49). Os preços subiam ao ponto de criar nos senhores de engenho esse delírio de gastos, grandezas e luxo, que vimos contemporaneamente nos donos de seringais da Amazônia e nos fazendeiros de café...

É o que dizem os cronistas: Cardim, Soares, Barlaeus Frei Vicente. Segundo os estudos de J. Lúcio de Azevedo (50), em 1610, a produção de açúcar foi de 735 mil arrobas, no valor de 1500 contos, soma respeitável para a época.

O trabalho braçal do escravo, a fortuna dos fidalgos e sua iniciativa, bem como as de outros portugueses cristãos, criaram no Brasil o Empório do Açúcar (51). Nas trevas, unidos os de Portugal, os da colônia nascente e os da Holanda pelos seus Kahals, os judeus exploram essa riqueza como intermediários, armadores, especuladores, fornecedores de capitais, onzeneiros cruéis (52). Mas isso ainda não é bastante para eles: precisam apoderar-se do empório, dominá-lo completamente, fazer pesar sua mão-de-ferro sobre os ricos e senhores de engenho, orgulhosos de sua linhagem e de sua crença, e tirar vingança dos soberanos peninsulares, arrancando precioso florão de sua coroa. Os Estados Gerais de Holanda, regorgitando de ouro judaico

(48) Pedro Calmon, op. cit. pág. 79.

(49) Pyrard de Laval, "Voyages", Paris, 1615, pág. 580.

(50) "Épocas de portugal Econômico", pág. 271.

(51) Pedro Calmon, op. cit. pág. 81: "Tornava-se o porto do Recife o maior **emporium** do açúcar em todo o mundo".

(52) Vide as acusações do judeu João Nunes: "largo de consciência", me matéria de usura, **in** Rodolfo Garcia, loc. cit. pág. 17.

(53), podiam iniciar a desagregação do império colonial luso-espanhol, conquistando o Brasil, terra do açúcar, e Angola, terra do escravo que plantava a cana, aquém e além Atlântico. Que têm sido sempre o judeu senão o fermento desagregador dos impérios e das civilizações? Ele faltaria ao chamamento do seu destino, se não tentasse abocanhar o empório do açúcar (54), com expedições pagas e companhias organizadas com o dinheiro ganho com o próprio açúcar...

(53) Pedro Calmon, op. cit. pág. 52.

(54) "A influência dos negociantes israelitas estendia-se ao engenho produtor, à firma embarcadora, ao intermediário de Lisboa a quem era consignada a mercadoria, às praças consumidoras do centro e do sul da Europa. Quando a Espanha se colocou de permeio entre os engenhos do Brasil e os compradores flamengos, estes imaginaram a organização de uma companhia mercantil de conquista e empreendem a guerra de 1624-1654". Pedro Calmon, "Espírito da Sociedade Colonial". Companhia Editora Nacional São Paulo, 1935, pág. 36. Cf. Frei Vicente do Salvador, "História do Brasil", 3ª ed. pág. 404.

CAPÍTULO III

O tráfico de carne humana

DEPOIS de haver sido a terra do pau-de-tinta, "o Brasil era o açúcar e o açúcar era o negro", afirma documentado historiador de nossos dias (1). Está de acordo com o velho cronista Antonil que assegura serem os escravos **pés e mãos** dos senhores de engenho (2). É a mesma opinião que se encontra no "Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas": sem escravos, os engenhos não podiam moer. Monocultura latifundiária, a da cana de açúcar, exigia enorme massa de escravos (3). Florescia, pois, o comércio de carne humana à medida que prosperava a indústria açucareira. O suor do negro cimentava a riqueza do segundo ciclo da colonização. Ligados, o comércio de escravos e a produção do açúcar, acabariam caracterizando toda a economia ultramarina (4).

A escravização do índio, tupí ou gé, realizada a princípio brutalmente; depois, legalizada pelas famosas cartas-régias, pelos alvarás e provisões das guerras de corso e pelas condenações ao cativeiro (5), não satisfez as exigências de mão-de-obra para o plantio e moagem da cana.

O índio furtava-se pela fuga, pela resistência, pela selvatiqueza e pela própria morte ao trabalho braçal, ao papel forçado de **coolie** a que o colonizador o queria submeter. Era inadaptável e indomável. Morria aos montões, declara o padre Antônio Vieira. E sua captura custava maior desperdício de gente e de esforços do que a obtenção e transporte dos negros da África (6).

Demais, o catequizador, alçando a cruz, defendia o indígena e o aldeava. Por isso, segundo Gilberto Freyre, os jesuítas eram "inimigos terríveis dos senhores de engenho (7)". A luta entre padres e escravizadores foi longa e áspera. Começou em Piratininga com o judeu cohen João Ramalho e terminou, infelizmente, com a vitória dos escravizadores. Foi mais acesa em São Paulo, porque ali o sítio "oferecia melhor acolhida à imigração judia (8)". No Norte, os senhores de engenho viviam endividados (9), presos à usura judaica. O judaísmo os manobrava e forçava a lançar mão do operário africano, que os negreiros, também enfeudados a Israel, iam buscar do outro lado do Oceano Atlântico.

Assim, desde os albores do ciclo do açúcar, começou o emprego da mão-de-obra negra. O horror à atividade manual e a instituição do trabalho escravo, ambos caracterizadores das colonizações peninsulares, tiveram como primeiros impulsionadores os judeus de Portugal (10).

A metrópole estava sob o domínio judaico, que se exercia através de uma rede de créditos, do giro de fundos, das alianças de sangue, do exercício dos cargos técnicos, da usura, da agiotagem, da corrupção, da própria influência dos médicos, na quase totalidade hebreus, no seio das famílias, influência que contrastava até a dos capelões, curas e confessores (11). Ali, desde o recuado tempo das monarquias visigóticas, os judeus haviam se especializado no comércio de escravos (12). O que estava de pleno acor-

(1) Gilberto Freyre, "Casa Grande e Senzala", 2ª ed Schimidt, Rio, 1936, pág. 196.

(2) André João Antonil. "Cultura da Opulência do Brasil por sua drogas e minas", ed. Taunay, S. Paulo-Rio 1923.

(3) Gilberto Freyre, op. cit. prefácio, pág. XII.

(4) Pedro Calmon, "História da Civilização Brasileira", pág. 29.

(5) Gustavo Barroso, "Idéias e Palavras", Rio, 1917, cap. **Cartas Régias Alvarás e Provisões** D. Domingos do Loreto Couto, "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco", ed. da Biblioteca Nacional, Rio, 1904 pág. 69.

(6) João Lúcio de Azevedo, "Os jesuítas no Grão-Pará".

(7) Op. cit. prefácio, pág. XVIII, e pág. 135. No seu livro "O templo Maçônico", o maçon Dario Veloso tem a desfaçatez de dizer que eram os jesuítas que escravizavam os índios...

(8) Paulo Prado, "Paulística".

(9) Gilberto Freyre, op. cit. pág. 39.

(10) Idem, idem pág. 165.

(11) Varnhagen, "História Geral do Brasil".

(12) Chamberlain, "Die Grundlagen des neuenzehnten Iahrhunderts".

do com o código judaico CHOSCHEN HAMISCHPOT, em 227,26:

"É permitido explorar um não-judeu, porque está escrito que não é permitido explorar seu irmão (13)". Como negar ainda a intromissão judaica no tráfico de carne humana, quando um judeu de nota declara textualmente que:

"não há exagero em afirmar que não há quase fato histórico de importância nos quatrocentos anos de vida nacional, no qual não tenham influído ou colaborado, às vezes proeminentemente, elementos de raça hebraica (14)". Ora, que fato de maior importância histórica para nós do que a escravidão? O comércio de escravos é tão fundamentalmente semita que sempre foi denominado "tráfico fenício".

Visando os lucros fáceis do comércio de escravaria, por si e pelos seus prepostos, a judiaria de Espanha e Portugal se entregou ao tráfico. Toda a Europa, depois seguiu o horrível exemplo (15). O açúcar exigia braços negros para enriquecer o judaísmo sem entranhas, que manobrava a sua produção e seu comércio, tanto nas praças da metrópole lusitana como nas bolsas das cidades flamengas.

Os judeus portugueses, na quase totalidade, possuíam cabedais nas companhias mercantís dos Países-Baixos (16). Uma simbiose de interesses e finalidades unia as sinagogas de Lisboa e do Porto às de Roterdam, Amsterdam, e Antuérpia. As Flandres protestantes e revés à casa de Austria eram o refúgio natural do ouro judaico e das pessoas judaicas, as quais tinham suspenso sobre a cabeça, continuamente, na Península, o gládio vingador do Santo Ofício. Há uma correspondência constante entre o judaísmo que age no Mar do Norte e o judaísmo que age no estuário do Tejo. Dentro da história dos tempos coloniais, é impossível tratar de um sem ter o outro em conta. Ambos se articulam no sentido vingativo de destruir a riqueza, de abater o prestígio e de minar a força dos reis católicos. Um dia, quando as circunstâncias se mostrarem favoráveis, com

(13) Werner Sombart, "Le Bourgeois", pág. 323.

(14) Dr. Isaque Izecksom. "A contribuição judaica na formação da nacionalidade brasileira" **in** "Almanaque Israelita do Brasil", ed. Samuel Weiner, Rio 1935.

(15) A. Cochin, "L'abolition de l'esclavege", Paris, 1851, vol. II pág 281

(16) João Lúcio de Azevedo, "História dos cristãos-novos portugueses, pág 183 e 186.

as armas dos mercenários holandeses, os judeus se lançarão sobre a presa cobiçada. Amsterdam, declara o escritor judeu E. Eberlin, era uma Nova Jerusalém, onde se haviam acolhido os israelitas expulsos da Espanha em 1492, de Portugal em 1497 e 1498, de Nápoles em 1519, de Gênova e Veneza em 1550 (17). A sua sinagoga chamava-se Casa de Jacob e foi célebre.

O negócio de escravos se torna "o mais lucrativo e amplo da terra" (18). Régulos e sobas de Dahomey, de Angola, da Serra Leoa, do congo e da Guiné vendiam os prisioneiros capturados em suas **razzias** bestiais ou os próprios compatriotas condenados, por certos crimes, à escravidão. Vendiam-nos por búzios que serviam de moeda, por fumo em corda, por um galão de aguardente. Três rolos de fumo bastavam para pagar um negro forçudo. Com essa massa negra se atulhavam os infectos porões dos horrendos navios negreiros. E cada escravo custava no Brasil, nos primeiros tempos, 150 a 200 mil réis. Na segunda metade do século XVI, começou o infame negócio, que durou três séculos. Trouxeram negros da Guiné, do Congo, de Angola, do Senegal, do Sudão, da Hotentócia e de Moçambique. O grande entreposto era a baía de Cabinda (19). De 1575 a 1591, somente de Angola vieram 52.053, favorecidos por uma redução de direitos (20). Barbinnais calcula as entradas de

(17) E. Eberlin. "Les juifs d'aujourdhui", ed. Rieder, Paris, 1932, pág. 36.

(18) Pedro Calmon, op. cit. pág. 26. Os judeus não podiam deixar de lado negócio tão amplo e lucrativo. E não o deixaram. Leiam-se estes trechos de um **Memorial** de 1602 citado de Mário Sáa, "A invasão dos judeus", pág. 75: "Haverão **os da maçam** (os judeus) mais o contrato dos negros da Guiné... feitores **cristãos-novos** que têm arrendado o comércio da província da Guiné, Santo Domingo, Rio Grande; e estão por senhores destas partes, aonde contratam com os negros, e haverá nestes dois pontos e terra, de gente perto de mil vizinhos **que resgatam negros** para mandarem **às Antilhas**..."

(19) Visconde de Paiva Manso. "História do Congo", Lisboa, 1877, pág. 84.

(20) Idem, págs. 84 e 140.

escravos em 15 mil anualmente (21).

Segundo o alvará de D. João III, de 29 de março de 1549, cada senhor de engenho "montado e em estado de funcionar" podia receber 120 negros da Guiné e São Tomé (22). Para mostrar a quantidade de negros introduzida no Brasil, basta dizer que a população total do país em 1798, era computada em 3.250.000 habitantes, sendo escravos 1.361.000; em 1818, em 3.817.000, sendo escravos 1.728.000!

O comércio judaico de carne africana corre parelho com o comércio judaico do açúcar. Pero de Magalhães Gandavo calcula, no seu tempo, a produção açucareira anual de 6 a 10 mil arrobas (23). No século XVII, o mascavo valia 20 shillings a arroba (24). Um negócio da China, obtido pelo braço negro com a direção e iniciativa do reinol ou do ilhéu agrícola, que encheu de ouro a judiaria luso-flamenga!

Desde que o judeuzinho de Goa, o inconstante e ladino Gaspar da Gama, desceu no primeiro bote da armada de Cabral em Porto Seguro e "foi, talvez, o primeiro a desembarcar (25)", reconhecendo a nossa terra antes de todos e com certeza, verificando a existência do lenho que os naturais chamavam ibirapitanga, o pau-vermelho, **já encontrado pelos castelhanos nas suas conquistas** (26); desde o alvorecer do Brasil, o judaísmo o explorava. Primeiramente, tomou conta da indústria extrativa do pau-de-tinta; depois dominou a do açúcar e o negócio de escravos, do qual ela dependia. Com este, além de se engorgitar de ouro, ainda conseguiu a formação de uma sociedade fácil de ser dominada através da depravação social que fatalmente decorre da passividade da escravidão. Quantos proveitos num saco?

Na sua ânsia de tirar desforra dos reinos católicos da Península, onde eram, de certa maneira vigiados e, uma vez por outra, perseguidos, os judeus procuraram firmar-se bem nos países protestantes do Norte e, com suas armadas e soldados, desferir golpes mortais no poderio colonial peninsular. As rivalidades entre Inglaterra e Castela, Holanda e Portugal, foram criadas, desenvolvidas e exploradas pelo judaísmo. Enquistados, primeiramente, nos Países-Baixos, procuraram, depois, penetrar na Inglaterra, de onde outrora haviam sido expulsos por exigência dos povos cansados de suas traficâncias. Haviam participado da revolução de Cromwell por portas travessas, como sempre, tirando a sardinha com a mão do gato. Aliás, na opinião de grande publicista judeu, foi o espírito judaico que triunfou com o protestantismo (27). As colônias judaicas, de Hamburgo e da Holanda, compostas de "marranos escapos à Inquisição espanhola", como escreve Bernard Lazare, acharam meios de se entenderem com o governo do Protetor, a fim de poderem os judeus voltarem à Inglaterra, de onde há séculos, tinham sido banidos (28).

Encontraram facilidades no caminho. Em primeiro lugar, existiam "incontestáveis afinidades" entre o espírito mercantil do judeu e o espírito positivo do inglês, "cujo caráter, diz Emerson, pode ser reduzido a um dualismo irredutível, que fez desse povo o mais sonhador e o mais prático do mundo, o que igualmente se pode dizer dos judeus (29)". Depois, que é o puritanismo, no apogeu do poder de Cromwell? Sombart diz que é o mesmo que o judaísmo (30). Macaulay considera os puritanos judaizantes fanáticos que se encerravam nas doutrinas e práticas do Antigo Testamento, única fonte, para eles, da vida religiosa, civil e política (31). Taine sente neles o farizaísmo es-

---

(21) "Nouveau voyage autor du monde", Paris, 1728, págs. 111 e 181.

(22) Perdigão Malheiros. "A escravidão no Brasil", tomo III, págs. 6-7.

(23) "História da Província de Santa Cruz", Rio, 1924.

(24) William Dampier, "Voyage aux Terres Australes, a la Nouvelle Hollande, etc., en 1699", Amsterdam, 1705.

(25) Dr. Izaque Izeckson, loc. cit. pág. 4.

(26) Varnhagen, "História Geral do Brasil", vol. I, pág. 21. Os orientais chamavam ao Brasil **sapang** segundo diz Marco Polo, V. na ed. Yule.

(27) Bernard Lazare, "L'Antisémitisme", ed. Crés, Paris, 1934, tomo I, pág. 225.

(28) Idem, idem pág. 240.

(29) Idem, idem, idem.

(30) "Le Bourgeois", cap. XI e V.I, pág. 292-295.

(31) Lord Macaulay, "Histoire D'Angleterre depuis l'avénement de Jacques II", trad. Montégut, cap. I.

treito (32), embora lhes reconheça a grave e rude energia semi-bárbara dos nórdicos. Aliado ao judaísmo, o puritanismo setentrional, na opinião de Vermeil, construirá o mundo moderno. No seu pensamento dogmático, os bens materiais são um dom de Deus e é a própria religião que inspira e encoraja o espírito empreendedor aventureiro (33). E, afinal, Cromwell ia se tornar o protetor dos judeus e do judaísmo na Inglaterra.

"Nenhum homem no mundo, entre os não-judeus, estava mais imbuído de judaísmo do que Cromwell; nenhum terá, talvez, contribuído mais para a judaização da civilização moderna **no mundo inteiro.** Cromwell é o profeta no sentido hebraico da palavra, o profeta que não hesita em se pôr à testa dos descontentes e a dirigir a revolução, buscando suas inspirações e justificações na bíblia, profundamente convencido de ser o eleito de Deus, o instrumento da Divina Providência (34)".

O maior instrumento de aproximação entre os judeus holandeses e hamburgueses, quase todos de origem lusa, e Cromwell foi o célebre Manassé-ben-Israel, que se serviu dos bons ofícios do cristão Edward Nicolas. Os sentimentos nacionais eram vivamente contrários à entrada dos judeus no país, apesar do puritanismo das hostes do Protetor e das inclinações pessoais deste. O parlamento opôs-se. Depois de dissolvido, Manassé voltou a insistir. Enfim, os judeus "fixados à margem do rio Tâmisa, tinham amigos, parentes e espiões em todas as comunidades (**Kahals**) do continente. Demais, havia-os nas colônias e por toda parte. Por meio dessas mil inteligências, toda a diáspora estava a serviço de Cromwell. E, sobretudo, dispunha do poder do ouro (35)".

Outro judeu que muito serviu nas negociações para a entrada dos israelitas na Inglaterra foi aquele circuncidado natural da terra portuguesa de nome Manuel Martins Dormido, que emigrara para as Flandres e lá passara a chamar-se **David Abravanel**. Ele "fez penetrar no convencimento de Cromwell as vantagens em aceitar os judeus naquele país, dando-lhes todas as liberdades de culto... O judeu errante achou acolhimento na Grã-Bretanha. E é hoje a Sinagoga de Londres que exerce hegemonia em todo o mundo sobre o povo de Israel (36)". Seu descendente, Salomão Dormido, foi o primeiro corretor da Bolsa de Londres.

O ouro judaico, obtido em maior parte nos comércios e indústrias resultantes dos descobrimentos e conquistas dos peninsulares, mudava de pouso ao sabor dos intereses da gente sem pátria, criando e desfazendo hegemonias. O século XVII é o grande século do comércio negreiro. Os judeus vão exercê-lo manobrando habilmente por trás do governo inglês conquistado desde Cromwell, de cujas boas graças dispusera à vontade o riquíssimo Antônio Fernandes Carvalhal, o Rotschild da época. Em 1560, escreve Gina Lombroso, de raça judaica, baseando-se em fontes inglesas, a Inglaterra toma à Espanha "o comércio que mais lucros lhe iria dar", o dos escravos (37)! "Os navios ingleses são os navios negreiros por excelência e enxameiam a re-

---

(32) "Histoire de la littérature anglaise", tomo II, pág. 7.

(33) E. Vermeil, "Etudes sur la Reforme", pág. 907.

(34) Georges Batault, "Le probléme juif", ed. Nourrit Paris, pág. 189.

(35) L. Hennebicq. "Genése de l'imperialisme anglais", Paris, 1913, pág. 118.

(36) Mario Sáa, "A invasão dos judeus", 1935 pág. 47.

(37) Gina Lombroso, "La rançon du machinisme", ed Payot, Paris, 1931, pág. 136. A respeito do judeu luso Antonio Fernandes Carvalhal, o Rotschild do tempo de Cromwell, citado um pouco antes, V. João Lúcio de Azevedo, "História dos cristãos-novos portugueses", pág. 422. Em 1696, Carlos II de Espanha assinou contrato com a companhia judaico-portuguesa da Guiné para o fornecimento de escravos à América Espanhola, o qual foi rompido em 1701 por abusos. Os armadores judaico-franceses organizaram a Compagnie Royale de Guiné e contrataram o tráfico com a Espanha. O testa-de-ferro dos judeus era Dubasse, governador de S. Domingos. Deviam **fornecer 4.800 peças por ano.** Adiantaram ao Tesouro 200 mil escudos para fornecer mais 800. Em 1712, o negócio foi feito com o próprio Governo Britânico. Como, depois, a Espanha o não quisesse renovar, diz o "Grande Dicionário Universal do Século XX", a Inglaterra acendeu a guerra na Europa, obrigando Portugal a entrar nela contra a Espanha, a fim de prejudicar o tráfico franco-espanhol. Cf. Taunay "Na Bahia Colonial", págs. 321-322.

ceber a carga infame nas abras e enseadas da costa da Guiné. A moeda inglesa Guinéu guarda a memória do tráfico de carne preta (38). O governo britânico recompensa com títulos nobiliárquicos os grandes negreiros. João Hawkins, por exemplo, é elevado a baronete pelo impulso dado ao comércio de escravos (39).

Os cuidados da judiaria inglesa, alarpadada à sombra do governo real, pelo vil e rendoso negócio, se manifestam a cada passo, durante séculos, nos tratados diplomáticos.

Pelo tratado de Utrecht, em 1713, a Inglaterra consegue o monopólio do comércio de escravos por trinta anos.

Pelo tratado de Paris, seguido da Paz de Quebec, em 1763, a Inglaterra obtém o direito de ancorar navios em Porto Franco e Porto Belo, nas Antilhas, bases de contrabando e do "monopólio do tráfico para América do Sul(40)". Em 1799, o ministro Cannig declara, sem pejo, ao parlamento, com todas as letras, que efetivamente, a Grã-Bretanha "exercia o monopólio do tráfico". Mais tarde, a confissão de Benjamin Disraeli, primeiro ministro, nos dará a conhecer que não era a Inglaterra, mas os judeus governando-a e servindo-se dela...

No século XIX, mal o Brasil se tornou independente de Portugal, a Inglaterra esqueceu que havia exercido o infamante monopólio do comércio de carne humana, que o havia advogado e defendido com unhas e dentes, que o havia consagrado nos tratados internacionais e nas discussões do parlamento, e começou a fazer da sua supressão, **em nome da**

(38) Cf. Cunnigham, "The growth of english industry and commerce in modern times", Cambridge University Press, pág 25. Sobre o comércio de escravos exercido pela Grã-Bretanha é conveniente ler o cap. I da obra de Anton Zishka, "Der Kampf mundie Welmacht Baumwoll". Os ingleses chegaram a organizar fazendas de reprodução de escravos na Virgínia, verdadeiros **Haras** de negros! De 1680 a 1700, em vinte anos, tiraram da Africa 300 mil pretos nos três primeiros decênios do século XVIII, 150 mil. Dizia-se que "Liverpool era calçada com crânios de negros". Era o monopólio da força motriz, então muscular.

(39) Nina Rodrigues, "Os africanos no Brasil", pág. 13.

(40) Gina Lombroso, op. cit. pág. 163.

humanidade, "uma questão de honra". Contra o Brasil fraco, desarmado, ameaçou até empregar a força (41). É que ao judaísmo do Kahal londrino, dominador do mundo, não convinha se desenvolvesse na América do Sul um grande império, sendo necessário, para entravar-lhe o progresso desde logo, diminuir-lhe a mão-de-obra e desmantelar-lhe a economia.

Nos bons tempos do século XVII, a Inglaterra não fora tão humanitária. O judaísmo anglo-holandês enchia-se com o ouro do açúcar produzido pelo suor do escravo e com o ouro do preço do escravo. O açúcar vinha de Pernambuco. O negro que o produzia vinha de Angola. Um e outro lado do Atlântico tropical davam o mesmo resultado: ouro! Não seria melhor, ao invés de continuar ganhando como intermediário e fornecedor de mão-de-obra, tornar-se o dono incontestado das duas fontes de riqueza? Os ganhos se multiplicariam. A esse pensamento, a cobiça do judaísmo se alvoroçou. Os estados-maiores das sinagogas estudaram a questão e, ajudados da política européia em que influíam, lançando protestantes contra católicos e vice-versa, decidiram o golpe. A conquista do Nordeste brasileiro e de Angola e Luanda pela companhia das Índias Ocidentais revela um plano judaico de grande envergadura. A documentação histórica mostra-o na sua limpidez. O conde de Nassau, fidalgo alemão a serviço do Kahal, quando toma o lugar de preposto ou procônsul da colônia judaica de Pernambuco, traz com escopo principal, tornar o Recife "o centro distribuidor da escravaria (42)".

Logo em 1640 ou 41, uma expedição mandada do Brasil holandês se apoderava de São Paulo de Luanda (43). Então, o tal centro distribuidor de escravos pode funcionar do

(41) Armitage, "História do Brasil", págs. 189-191. Todas as misérias, infâmias e violências praticadas pelo governo judaico da Inglaterra em matéria de tráfico negreiro, que ela explorava, se encontram descritas no panfleto "A liberdade dos mares ou o governo inglês descoberto", traduzido livremente do espanhol, sem nome de autor, tipografia Miranda e Carneiro, Rio, 1833.

(42) Hermann Watjen, "das Iudentum und die Aufgang der moderne Kolonisation", **apud** "Der Hollandische Kolonisation in Brasilien", Gotha, 1921.

(43) Barlaeus, "Res Gestae".

seguinte modo: as urcas holandesas saíam dos portos da Zelândia ou do Texel em demanda da África, enchiam os infectos porões de escravos e vinham de rota batida para Pernambuco, de onde voltavam à Holanda, carregadas de açúcar (44). Cada viagem redonda, ida e volta, era, assim, admiravelmente aproveitada para os lucros judaicos. O negócio de escravos rendia por ano aos judeus holandeses a respeitável soma de 6 milhões de florins (45)!

Em 1703, o tráfico judaico de escravos para o Brasil era de tal importância que, entre a Bahia e a África, retomada aos holandeses, mais de 200 brigues ou bergantins nele eram empregados (46).

(44) Dapper, "Description de l'Afrique", pags. 370-371; David B. Warden, "Histoire de l'Empire du Bresil", Paris, 1832, pág. 425. Cf. Constâncio, "História do Brasil", decalcada da de Warden.

(45) Warden, op. cit. loc. cit. Para se ter uma idéia da maneira por que eram transportados os infelizes negros, basta ler o horrível encontro do negreiro "Veloz" pela fragata inglesa "Polar Star" em Walsh, "Voyage au Brésil" **in** "Histoire Universelle des Voyages", de Albert Montémont, ed. Armand Aubrie, Paris, s. d. A necessidade de resumir os assuntos obriga-nos a esta simples indicação.

Ainda hoje o judeu continua a comerciar em escravos. Não são mais os pobres negros africanos; mas são moças brancas, na grande maioria de sua própria raça, prostituídas e exploradas por **caftens**, sempre judeus, agrupados em associações secretas internacionais, entre as quais as mais célebres são a "Ziwi Migdal" e o "Askenazum". Para se conhecerem os horrores de comércio de escravas brancas, basta ler o documentado e irrespondível livro de Julio I Alsogaray, "La prostitution en Argentine", ed. de Denoel et Steele, Paris.

(46) Taunay, "Na Bahia Colonial", pág. 327.

CAPÍTULO IV

A pirataria e a conquista

A DINASTIA de Ávis sossobrou, morrendo devagar e matando, heroicamente, nos fulvos areais de Alcácer-Quibir. A poderosa mão de Filipe II, o grande rei católico, o asceta do Escorial, se estendeu sobre o reino lusitano, e o Brasil passou, em 1580, para o domínio espanhol. Espanha significava a luta aberta contra a heresia protestante e o judaísmo. Todos os portos brasileiros foram logo fechados ao comércio das Províncias Unidas. As sinagogas, estremeceram de pavor, encarando os prejuízos que disso adviriam. Apresentava-se a ocasião de conquistar, usando a valentia flamenga, os empórios cobiçados do açúcar e do negro.

Já as ambições européias vinham corvejando sobre o vasto Brasil. As tentativas huguenotes da criação de uma França-Antártica e de uma colônia no Maranhão haviam fracassado diante dos esforços de Mem de Sá e Jerônimo de Albuquerque. A pequena nobreza provinciana calvinista da França ensaiara o corso marítimo contra o comércio e as feitorias de Portugal e Espanha (1). Das suas pretensões, a estabelecimentos definitivos, somente ficaram os nomes de uma ilha na Guanabara e da capital maranhense. O espírito emprendedor pré-capitalista europeu se projetava, nos séculos XVI e XVII, no corso e na pirataria, sem que fosse possível traçar uma linha nítida de demarcação entre essas atividades. A pirataria protestante, insuflada pelo judaísmo, se exercia incessantemente contra os reinos católicos. Na Inglaterra, houve uma verdadeira idade áurea de piratas: **sir** Walter Raleigh, o grande Frobisher, os irmãos William e John Hawkins, o último dos quais foi feito baronete, como já vimos, pelos serviços prestados ao comércio negreiro, sendo chamado pelos seus contemporâneos:

(1) H. Pigeonneau, "Histoire du commerce de France" Paris, 1889, tomo II, pág. 170. A pirataria sempre foi eminentemente protestante.

"a wonderful hater of spaniards" (2). Entre eles, estavam os que salteavam nos mares e costas do Brasil: Lancaster, "agente de uma companhia de Londres" (?), que tomou o Recife em 1595, Drake, "the noble pirate" e Cavendish, príncipe dos ladrões do mar, o qual, de volta das suas frutuosas expedições, subira o Tâmisa com mastros dourados e velas de damasco nos seus galeões (3)!

No começo do século XVII, durante o governo de Dom Luiz de Souza, entre 1616 e 1621, os piratas ingleses pretenderam estabelecer-se no Espírito Santo e Rio de Janeiro, desistindo do intento, porque, avisado a tempo, o governador tomara providências adequadas.

A pirataria, eminentemente protestante, serve como reconhecimento das possessões do adversário católico e para a obtenção de recursos para o assalto definitivo. É a técnica judaica da desapropriação forçada em que foram mestres os judeus bolchevistas. A luta que, então, se travava tinha um que de religioso. Vêde bem os fatos. Os entrelopos huguenotes franceses durante longo tempo percorrem as costas abandonadas do Brasil que acordava, pilhando as naves abarrotadas de pau-de-tinta, até que se estabelecem nas ilhas de S. Luiz e de Villegaignon. Os corsários puritanos ingleses atacam as povoações litorâneas e também pretendem fixar-se. Afinal, os piratas calvinistas holandeses tomam a frota espanhola da Prata, na baía de Matanzas, a qual lhes fornece meios pecuniários para o equipamento de grandes expedições, e vêem saltear nossas cidades, como fez Paulo Van Ceulen, repelido da Bahia de Todos os Santos em 1604. Os próprios bucaneiros e flibusteiros das Antilhas andam de longada até Santa Catarina.

Tudo isso preludia a conquista das prósperas capitanias do Norte.

Conforme depõe Gabriel Soares, os moradores do extenso litoral brasílico viviam tão aterrorizados com a pirataria que traziam sempre "a roupa entrouxada", para se fazerem ao mato, mal avistavam o velame de qualquer nau grande. A acometida de Van Ceulen foi a quarta sofrida pela Bahia, assegura o autor da "Razão do Estado do Brasil". Os resultados dessas pilhagens são quase sempre magníficos.

Na frota da prata, por exemplo, os holandeses se apoderaram de **quinze milhões de torneses**, por certas **libras tornesas** ou **escudos torneses**, que valiam muito mais do que os simples **escudos** ou **libras parisis**, nos velhos sistemas monetários.

O historiador Pedro Calmon andou bem inspirado, quando escreveu: "Por detrás dos marinheiros flamengos, estava o judeu português de Amsterdam e Haia (4)". Adivinhou um pedaço da verdade, mas não a verdade toda. Por detrás de todos os piratas herejes, anticatólicos, estava o judeu internacional, o homem sem pátria, o mamonista adorador do Bezerro de Ouro. Não houve expedição de corso ao Brasil que não contasse com as informações dos judeus residentes no seio da população brasileira. Esses espiões informavam os navios piratas das condições de defesa das praças, permitindo-lhes dar os golpes com toda a segurança. O maior defensor dos judeus na nossa literatura histórica, Sr. Solidônio Leite Filho, glorifica-os por esse papel infame: os israelitas foram **os mais poderosos** auxiliares dos corsários estrangeiros e se aliaram aos ingleses que pretendiam estabelecer-se entre nós (5).

A pirataria foi o prefácio da conquista. O judeu, que tão poderosamente colaborara no prefácio, melhor ainda colaborou na obra.

Há um fundo religioso e racial nessa luta de heréticos assolados e ajudados por judeus, contra católicos, **papistas**, como se dizia, os quais haviam expulso os israelitas da Península, para não se afogarem na sua invasão O rancor judaico não conhecia limites contra as coroas de Castela e Portugal, unidas na cabeça dos Filipes. Confessa-o, quase sem ambages, o judeu Mendes dos Remédios: "A prosperidade dos judeus lusos na Holanda vingou-os do desprezo do monarca peninsular que os expulsara (6)". Em capítulo anterior, documentadamente, mostramos como a Holan-

---

(2) **Formidável abominador de espanhóis.** W. Sombart, "Le Bourgeois", payot, Paris, 1926, pág. 93. J. M. de Macedo. "Efeméride Histórica do Brasil", typ. do Globo, Rio de Janeiro, 1877, pág. 188.

(3) Douglas Campbell, "The Puritans in Holland. England and América", 1892, tomo II, pág. 120. Cf. Hakluyt, "Histoire des Voyages".

(4) Pedro Calmon, op. cit. pág. 60.

(5) Solidonio Leite Filho. op. cit. pág. 60.

(6) "Os judeus em Portugal", pág. 342.

da estava abarrotada de judeus e de capitais judaicos. Segundo escrevia, em 1644, o embaixador Souza Coutinho ao conde de Vidigueira, Holanda era a **mãe** dos cristãos-novos que dali se derramavam para o Brasil. Era ainda a fonte da trindade invisível do aforisma alemão vulgarizado por Goethe: **Krieg, Handel und Piraterie, dreienig sind sie; nicht zu trenen** (7). O judeu explorava essa trindade **invisível**, valendo-se das disposições guerreiras e aventureiras que o comércio despertaria nos pacatos holandeses, os quais, já agora, ávidos de pecúnia, quando não tiravam grandes lucros de uma atividade ou região, se voltavam para outras (8).

Na insuspeita opinião de Oshlow Burrish (9), as grandes companhias de comércio dos séculos XVI e XVII não passavam de companhias de conquistas, providas de privilégios e poderes políticos, que fundavam fortalezas e estabeleciam governos, verdadeiras organizações permanentes de pirataria, a qual, segundo Sombart, formava um ramo de **comércio regular** dessas associações. A das Índias Ocidentais, idealizada por Wilhelm Usselimex, que conquistou o Brasil para os judeus, entre 1623 e 1636, despendeu 4 milhões e meio de florins, armando 800 navios; mas capturou 540, cuja carga somente valia 6 milhões, ganhando ainda 3 milhões com o que pirateou mares afora aos portugueses(10). A espoliação dos engenhos dos pernambucanos que se opuseram à conquista rendeu mais de 500 mil florins!

Formaram-se duas companhias de comércio e pirataria na Holanda, com capitais israelitas. A primeira, das Índias Orientais, nasceu em 1602 e deu tais lucros que inspirou a segunda, das Índias Ocidentais, em 1621, com privilégio exclusivo do tráfico e navegação na América e na costa da Africa, isto é, o domínio dos empórios do açúcar e do negro. Os judeus peninsulares forneceram para essa última companhia a soma redonda de 18 milhões de florins (11). De posse a companhia de suas patentes de exclusividade, seus diretores "movidos pelos hebreus", determinaram fosse o Brasil o alvo da conquista (12).

No capítulo antecedente, fizemos notar como o regime da escravidão, além de proporcionar grandes lucros aos judeus, permitia o amolecimento da sociedade, facilitando-lhes dominá-la mais adiante. A decadência moral do Brasil do século XVII chegara ao mais alto ponto. O judeu e o flamengo aproveitaram-se disso. O panorama da corrupção, da venalidade, do escândalo, da desmoralização, está pintado em muitos autores. Calado resume-o admiravelmente nesta frase: "os ricaços não estavam acostumados a morrer". Foi o que contribuiu para favorecer a conquista (13).

Judeus impeliram e custearam, de fora, a empresa conquistadora; judeus esperavam, aqui dentro, os conquistadores, prestes a desempenhar todos os papéis, de modo a aligeirar-lhes a tarefa. Esperavam melhor sorte receosos da inquisição, declara Solidônio Leite Filho, que vinha assentar casa naquela capitania (14)". Do mesmo modo que haviam sido os melhores auxiliares de corsários e piratas, foram os melhores auxiliares dos conquistadores que lhes sucediam (15). O grave Southey confirma que, ou faziam causa comum com o batavo ou fraca resistência lhe opunham (16).

Os judeus e cristãos-novos do Brasil deram dinheiro, segundo Frei Manuel Calado para "os gastos da conquista

---

(7) **Guerra, comércio e pirataria formam uma trindade invisível...**

(8) E. Laspeyres, "Geschichte der Volkswirthschaftlichen Anschauungen der Niederlander", 1863, pág. 60.

(9) "Batavia ilustrada or a wiew of the Policy and Commerce of the United Provinces", 1728, pág. 333.

(10) Werner Sombart, op. cit. pág. 94. A companhia idealizada por Usselimex, foi proposta aos Estados Gerais da Holanda por Jans Andres Moerthecan, que Frei Rafael de Jesus, no "Castrioto Lusitano, pág. 14, denomina "holandês de capacidade e **esperteza**". Substitua-se **holandês** por **judeu** e dá no vinte...

(11) João Lúcio de Azevedo, "História de Antonio Vieira", tomo I, pág. 135

(12) Solidonio Leite Filho, op. cit. pág. 58.

(13)Rebelo da silva, "História de portugal", nos séculos XVII e XVIII, tomo II pág. 338. Solidonio Leite Filho, op. cit. pág. 59. Manuel Calado, "Valeroso Lucideno".

(14) Rodolfo Garcia, loc. cit. pág. 33.

(15) Solidonio leite Filho, op. cit. pág. 61.

(16) Roberto Southey, "História do Brasil", tomo II, pág. 146.

de Pernambuco". Ministraram todas as informações destinadas a permitir os ataques, desembarques e marchas dos conquistadores. A invasão ainda se aprestava nos portos zelandeses e já, aqui, informada dos preparativos, a judiaria se entregava à mais terrível espionagem. "Largas informações sobre as coisas do Brasil" recebia, "por intermédio dos hebreus brasileiros", o almirante holandês (17).

A primeira expedição holandesa visou a Bahia, capital da colônia, em 1624. Portas adentro, os judeus, muito numerosos, espionavam por conta dos generais batavos (18).

Em menos de dois dias, os inimigos se apoderaram da cidade. Segundo documentos do Instituto Histórico, a esquadra vinha pejada de judeus e judias. A população israelita da Bahia delirou de contentamento e envidou todos os esforços, o que repetiria em outros lugares e oportunidades, para induzir os não-judeus a se submeterem ao jugo estrangeiro (19). Escrevendo a sua "Ânua do Estado da Bahia", datada de 30 de setembro de 1626, o padre Antônio Vieira conta que a cidade foi toda saqueada. Na sua maioria, os cristãos-velhos baianos, temendo não poder resistir ao ímpeto do agressor, devido à grande quantidade de judeus que existiam na cidade e nos quais ninguém devia confiar, retiraram-se para os matos e, sob a direção do bispo D. Marcos Teixeira, prepararam a reação. Atormentaram os intrusos com guerrilhas e emboscadas contínuas, até que vieram os reforços e auxílios da Espanha, na famosa esquadra de D. Fradique de Toledo, composta de naus lusas, castelhanas e napolitanas. A judiaria deu dinheiro a rodo para a resistência flamenga. Tudo em vão, porque, dentro da praça, fermentavam dissensões judaicas (20), como na Jerusalém sitiada de Flávio Josefo. Batidos no mar e sem poder manter-se em terra, os ocupantes da Bahia capitularam no curto espaço de um mês, espanhóis, napolitanos e lusos tomaram novamente conta da capital da colônia e sua reação em contra dos judeus traidores não foi além da condenação à morte de alguns dos mais comprometidos.

---

(17) Solidonio leite Filho, op. cit. pág. 60.

(18) Idem, idem, idem.

(19) Roberto Southey, op. cit. tomo II, pág. 156.

(20) Varnhagen, "História das lutas com os holandeses no Brasil", Lisboa, 1872, pág. 38.

Como os da Bahia, os judeus de Pernambuco incitaram a invasão flamenga e contribuíram para ela com fundos (21). Reconhece João Lúcio de Azevedo que eles "cooperaram grandemente para facilitar a conquista (22)". Seria de espantar que, useiros e vezeiros nisso, assim não procedessem. A guerra da Restauração Pernambucana durou nove anos, em alternativas de derrotas e vitórias, e durante esse período em que se afirmou um verdadeiro espírito de brasilidade, anterior à nossa independência política, os judeus, empenharam contra nós "vida e fazenda" (23).

A expedição para a conquista de Pernambuco veio quatro anos depois da Bahia, em 1630. Não se atrevendo a atacar o Recife, diretamente, desembarcou as tropas que trazia, além de Olinda, na praia do Pau-Amarelo, sob o comando do "coronel-de-guerra", Teodorico Weerdenburg, que desconhecia completamente a região por onde pisava pela primeira vez. Guiou-o pela costa, pelos mangues e alagadiços, dos quais era prático, o judeu Antônio Dias Paparobalos, o qual vivera muito tempo em Pernambuco e fora, depois, para a Holanda (24). Outros judeus serviram constantemente de guias e intérpretes fiéis aos invasores, entre os quais Samuel Cochim, que guiou a primeira expedição ao Rio Grande do Norte (25).

As tropas que a Companhia das Índias Ocidentais pôs

---

(21) Frei Manoel Calado, "Veleroso Lucideno", pág. 10.

(22) "Os judeus portugueses na dispersão". **in** "Revista de História", tomo IV, pág. 214.

(23) Solidonio Leite Filho, op. cit. pág. 63. A guerra durou nove anos no seu período final; a luta, desde o início, durou 24! A conquista começa em 1630 e termina em 1637; a posse vai de 1637 a 1642; a restauração, de 1642-1654. Cf. Oliveira Lima, "História de Pernambuco", pág. 63

(24) Varnhagen, op. cit. pág. 51. Solidônio Leite Filho, op. cit. pág. 62. Sobre o nome do "coronel de guerra" há divergências. Uns escrevem Teodoro; outros Frederico. Netscher, em "Les hollandais au Brésil" pág. 45, grafa Diederich. Por isso, traduzimos Teodorico.

(25) Solidonio Leite Filho, op. cit. pág. 63. Tavares de Lira, "O domínio holandês no Brasil", tip. do "Jornal do Comércio", 1915, pág. 305.

em campo durante todo o período da conquista e ocupação não eram propriamente do que se poderia chamar o exército holandês e sim compostas de mercenários de toda categoria e procedência. Nem os próprios comandantes eram todos flamengos. Havia poloneses, como o famigerado Arcizewski; os franceses, como Picard, Tourlon e La Motte; alguns judeus como Simão Slecht e o cruel Jacob Rabbi; muitos escoceses, como o Sandalim de João Francisco Lisbôa, quando descreve o combate do Outeiro da Cruz, no Maranhão, segundo provam as numerosas espadas de **highlander**, as conhecidas e tradicionais **claymores**, da coleção de armas da época da guerra holandesa no Museu Histórico. Nos poucos canhões de bronze que ainda restam dessa epopéia, bem como nas moedas obsidionais de cobre, prata e ouro, nunca figura o brazão heráldico das Províncias Unidas, porém o monograma da companhia judaica: um G, um W e um C entrelaçados, iniciais da **Geoctroyeerde Westindische Compagnie**, - Companhia Privilegiada das Indias Ocidentais. Somente em 1647, segundo diz Netscher, os Estados Gerais resolveram oficializar a guerra.

Os holandeses desembarcados no Pau-Amarelo apoderaram-se com relativa facilidade de Olinda e Recife. Sem recursos suficientes para resistir-lhes, Matias de Albuquerque viu-se obrigado a retirar-se, estabelecendo-se no arraial do Bom Jesus, onde foram juntar-se aos homens do campo, mais próprios para a grande luta que se desenhava, e na qual mantiveram acesa com impavidez a chama da liberdade, do que os da cidade, desacostumados de morrer, como notava Frei Calado. Vieram mais tarde os socorros trazidos pelo almirante Oquendo, os batavos abandonaram Olinda, incendiando-a, e se encurralaram no Recife durante um lapso de dois anos (26). Foi a deserção de Calabar,(1632) que lhes permitiu pôr a cabeça de fora, atacar Afogados, Iguarassu, Rio Formoso, expelir os luso-brasileiros do arraial do Bom Jesus e obrigá-los ao êxodo para Alagoas.

Nessa retirada de um povo, como que se plasmou a futura nacionalidade, na consciência nativista formada pela fraternização guerreira de brancos, índios e negros trazidos pelo heróico Henrique Dias, "governador dos pretos".

A tomada de Porto Calvo pelos retirantes entregou Calabar, que foi enforcado.

---

(26) Varnhagen, op. cit. pág. 63.

Parece que o desertor era a alma das vitórias dos conquistadores, pois que, após a execução, se encolheram e começaram a perder suas energias em dissensões íntimas e estéreis. Sendo imprescindível por-lhes um paradeiro, a Companhia lançou mão de um fidalgo aparentado ao Estatuder de Orange, o conde João Maurício de Nassau-Siegen, contratado por cinco anos para a governação da Nova Holanda, pago a mil e duzentos florins por ano e nomeado "governador, capitão-general e almirante de terra e mar". Como a conquista não passava de um prolongamento da pirataria, deram-lhe mais 2% sobre as presas que se fizessem.

Entrando na posse do governo, o conde deu logo toda a liberdade aos israelitas. Pernambuco e as outras capitanias conquistadas, pouco a pouco se tornaram "o paraíso dos judeus" (27). O "amigo do peito" do governador, o "homem de maior valia" enquanto esteve à testa do Brasil-holandês foi o judeu lisboeta Gaspar Dias Ferreira, que vivia no Recife desde 1618 e se tornara possuidor de "respeitável fortuna (28)". Ao retirar-se do Brasil, o conde levou-o consigo. A cada ano do governo de Nassau mais aumentava a imigração judaica. Só em 1642, quase ao fim, vieram de uma sentada 600, que se faziam acompanhar dos seus rabinos (29).

Antes da conquista flamenga, os judeus pernambucanos e os de fora viviam "paliados com a capa de católicos(30)", inveterado hábito dos cripto-judeus de todos os tempos e países. "Conquistada a capitania, declararam-se publicamente por judeus e com os correligionários, adventícios de outras nações, fizeram sinagogas, e de tal modo se vangloriavam de suas crenças que principiaram a denominar-se **Santa Comunidade**, KAHAL KADOSH (31)". Quem conhece os segredos do judaísmo sabe que isto quer dizer que organi-

---

(27) Rodolfo Garcia, loc. cit. pág. 33.

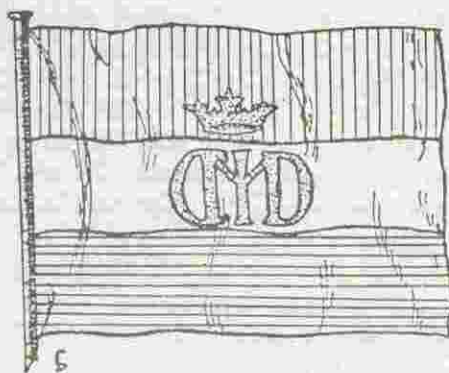
(28) Idem, idem, idem.

(29) João Lúcio de Azevedo, "História dos cristãos-novos portugueses", pág. 431.

(30) Solidonio Leite Filho, op. cit. pág. 71.

(31) Idem, idem, idem Solidonio Leite Filho tirou isso de João Lúcio de Azevedo, "História dos cristãos-novos portugueses e este de Graetz "Volkst. Gesch. der Juden", C. III, pág. 331.

zaram um Kahal ou **governo oculto** para explorar a sociedade cristã com a **hazaka**, o **meropie** e outras formas de espoliação disfarçada, já proficiente e documentadamente estudada por Brafmann no seu "Livro do Kahal" e Wolski em "La Russie Juive". Do Recife, a judiaria se esparramou para Itamaracá, onde os chefiava o **haham** Jacob Lagarto (32).

Segundo D. Domingos do Loreto Couto, na sua obra "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco", ed. da Biblioteca Nacional, Rio, 1904, às páginas 234-236, durante o domínio holandês os sacramentos foram proibidos no Recife e os católicos sofreram torturas de arrepiar. Frei Rafael de Jesus documenta exaustivamente as perseguições judaicas, sob o pseudônimo de holandesas, contra os naturais: roubos, morticínios, injustiças, forçamento de consciências, sacrilégios, torturas e até o estabelecimento

Bandeira do Brasil Holandês. Na faixa branca da tricolor flamenga, o monograma da Companhia Judaica ou de Nassau (?), encimado por uma corôa aberta. Nada, como se vê, além das cores, da nação holandesa. Ao lado, a marca registrada da Geortroyed Westindische Compagnie, conforme aparece nas moedas obsidionais, nas chancelas e nas culatras ou nas boladas dos canhões de bronze da conquista que ainda nos restam.

A tricolor flamenga é a mais antiga de todas: vermelho, azul e branco. Vermelho é o sangue que se têm de derramar para atingir ao azul-branco, cores de Israel. Veremos isso, claramente, na simbologia das bandeiras revolucionárias do Brasil, em 1794, 1817 e 1824.

---

(32) Idem, idem, idem.

da **chekita**, do açougue judaico, proibindo-se a matança de qualquer rês em qualquer lugar e para qualquer fim. Ninguém podendo abater uma rês, como relata o "Castrioto Lusitano" (págs. 171-172), toda a gente era obrigada a recorrer ao matadouro judaico e pagar o tributo denominado "imposto da caixa" com que se sustentam as escolas judias e se completam os impostos devidos ao governo pelos israelitas, segundo informa Brafmann no "Livro do Kahal".

Graças a essa proteção, dominaram completamente a colônia, tornando-se **logo**, como narra Varnhagen, grandes proprietários urbanos e rurais, donos dos cargos públicos, notários, escrivães, e procuradores no fórum, corretores dos subornos das venais autoridades flamengas. Os judeus que vieram com os holandeses "não trazendo mais do que um vestido roto sobre sí, em breves dias se fizeram ricos"(33). Cresceram-lhes a empáfia, o luxo, a ostentação e o desprezo pela moral pública e o decoro particular ao ponto de se unirem contra seus desmandos os calvinistas e católicos irreconciliáveis. As próprias autoridades eclesiásticas protestantes comungaram com o povo em uma tentativa de reação. O conde de Nassau, porém, não deu ouvidos a ninguém. Quando se retirou, para fazer uma sinagoga de seu palácio, afirma João Lúcio de Azevedo, a Santa Comunidade ofereceu por ele seis tonéis de ouro, isto é, 300 mil cruzados!

Lavrava a maior corrupção entre os invasores, devido ao judaísmo que os empeçonhava. Atingiram a mais de sete e meio milhões de florins, quase o dobro do que custara a expedição conquistadora, os contratos lesivos e as negociatas obtidos pelos judeus. O dinheiro dos próprios acionistas da Companhia das Índias Ocidentais foi roubado de todos os modos. Os documentos da época rezam assim: "Os senhores deste governo, desde o princípio até hoje, não procuraram outra coisa senão encher sua bolsa, empregando para isso todos os meios e, em particular, o **auxílio dos judeus** e de outros homems inconvenientes e ávidos de lucro torpe... zombando da simplicidade dos holandeses e do mau governo deste estado, **cujos segredos todos eram melhor conhecidos a eles** (os judeus) **do que a nós**, e, possivel

---

(33) Frei Manoel Calado, "Valeroso Lucideno" págs. 53 e 207.

mente, melhor do que aos próprios senhores, que eles diziam predispôr, por honrarias e presentes, para todas as suas intenções, e até para as coisas mais torpes e inconvenientes (34)".

O conde chegara ao Recife em 23 de janeiro de 1637, mostrara-se tolerante, procurava apaziguar os ânimos, promovia melhoramentos e protegia ciências e letras. Era o seu feitio pessoal. No governo, porém, consentia de bom grado ou forçado pelos amos judaicos na grande corrupção. Também não se distraiu de seu papel de realizador da conquista dos empórios do açúcar e do escravo por conta de quem lhe pagava mil e duzentos florins anuais. Seu nome ilustre já fora dado, como anúncio de expansão conquistadora, a uma feitoria fortificada que os flamengos tinham encravado na costa da Mina. Em 1637, ele mandou o coronel João Koen apoderar-se do resto da colônia africana, o que foi feito com a tomada do castelo de São Jorge (35). Há um certo sabor judaico no nome do chefe da expedição, que a tradução alemã, de Barlaeus, chama de kühn. Netscher grafa kokin (36). Todos os entendidos na onomástica israelita sabem de fonte limpa que essas formas correspondem ao hebraico Cohen.

No Brasil, Nassau levou por diante a conquista de Alagoas, do Ceará e de Sergipe, tentando mesmo a da Bahia, que redundou em verdadeiro desastre. O Maranhão seria ocupado mais tarde pelo referido Koin, Koen ou Cohen, que fora à África. Em 1644, Antônio Moniz Barreiros ali levantou os povos, expulsando o invasor. A posse do Ceará foi sempre precária. A da Paraíba, obtida antes da vinda de Nassau, durou o mesmo tempo que a de Pernambuco. A do Rio Grande do Norte se assinalou indelevelmente pelas atrocidades judaicas, à maneira das de Bela Kun, na Hungria, e de Jagoda na Rússia. O judeu de origem alemã Jacob Rabbi, que Solidônio Leite Filho glorifica com o título incomparável de "feroz israelita" e que Varnhagen apelida "furibundo", capitão de um troço de soldados e levando sob sua ordem os índios aliados do chefe Antônio Paraopeba ou Paraupaba, entre suas façanhas conta a tomada do engenho Cunhau, em julho de 1646. Traindo as condições estipuladas na capitulação; pelos luso-brasileiros refugiados ali, levou os prisioneiros para Uruassu e os entregou à selvageria dos indígenas, deliciando-se em presenciar as torturas que lhes foram infligidas. A uns ataram em postes, na frente dos filhos pequenos, cortando-os em miúdos pedaços; a outros arrancaram o coração pelas costas; muitos desses infelizes, a fim de escapar ao suplício em que viam sucumbir os companheiros, mataram-se com as facas de ponta que ainda traziam (37)!

O castigo desse monstro, felizmente, não se fez esperar. Numa noite escura do mesmo ano, Joris Gastrmann, que governara o Ceará e lá sofrera avanias da parte dos selvícolas que o capitão Jacob Rabbi protegia, o mandou matar, à traição, por dois soldados do alferes Jaques Boulan, perto de Natal, quando saía da casa de Johan Miller. Foi por isso preso e recambiado para Holanda. Deus lhe tenha em

---

(34) Do panfleto: "Brasilsche Gett Sack waer in dat Klaerlijck Vertoon wort-waer dat de Participanten van de West Indische Compagnie haer Geldt ghebleven is. Gedruckt in Brasilien op't Reciff inde Bree-Bijil. Ano 1647, "**in Revista** da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro", tomo XXXVII, 1933 págs. 36 e segs. Em português: "A Bolsa do Brasil e do roubo dos dinheiros dos acionistas da Companhia das Indias Ocidentais, impresso no Recife, no Machado Largo, no ano de 1647". O exemplar em holandês se encontra custodiado no Arquivo Nacional. Foi publicado em 1647, ams escrito em 1643, ainda no governo judaico de Nassau. Traduziu-o para o vernáculo o padre Geraldo Pauwels. Portanto, não somente os conquistados reclamavam contra o judaísmo; os conquistadores **também!**

(35) Varnhagen, op. cit. pág. 179.

(36) Netscher, "Les hollandais au Brésil", Haya, 1853, pág. 123.

(37) Idem, idem, págs. 303 a 306. Solidonio Leite Filho, op. cit. pág. 64. As horrendas crueldades do judeu Jacob Rabbi estão contadas com o maior luxo de pormenores por D. Domingos de Loreto Couto, op. cit. págs. 238 e 243. Houve cenas somente iguais às da Tcheka judaica-comunista. São tão revoltantes que não quisemos sobrecarregar o texto com essas monstruosidades daquele sadismo judaico a que se reportam os irmãos Tharaud, descrevendo a ação de Bela Kun e seus acólitos na Hungria, em "Causerie sur Israel". Cf. Lopes Machado, "História da Paraíba"; Rafael Galanti, "História do Brasil", tomo II, págs. 307 e segs.

conta o grande serviço que prestou aos brasileiros!

O monstro judaico deixava grande fortuna adquirida em morticínios e rapinagens, documenta Tavares de Lira.

Entrementes, preparava-se a grande insurreição dos naturais contra os abomináveis invasores protestantes-judeus. Da conjura sairia a guerra da independência, talvez a mais bela página da nossa história, em que um pugilo de heróis apagaria com os altos feitos das Tabocas e dos Guararapes a derrota da Mata Redonda e o incêndio de Olinda. A espionagem judaica pressentiu-a e acompanhou-lhe os passos. O opulento cristão-novo da Paraíba, Jorge Homem Pinto, quis peitar Fernandes Vieira por 200 mil cruzados. Tentaram depois, assassiná-lo! O judeu Gaspar Francisco da Cunha denunciou Vidal de Negreiros ao Supremo Conselho dos holandeses em outubro de 1644 (38). Outros judeus apresentaram outras denúncias, como a de Abraão Mercado, como exemplo. O Conselho não lhes deu importância. Enfim, a 24 de junho de 1645, a revolução estalou em Ipojuca, num conflito sangrento, entre cristãos e judeus, rapidamente, se estendendo à Itamaracá e à Paraíba.

Nassau já se retirara para a Holanda com seu valido, o judeu Gaspar Dias Ferreira, intermediário de seus negócios. Em 1647, quando a companhia judaica cogitou de mandá-lo novamente, com muita tropa, dominar os insurretos pernambucanos, alarmado, o embaixador Souza Coutinho, "por intermédio de Gaspar Dias Ferreira, conseguiu ter com o conde uma conferência secreta no Bosque de Haia, às dez horas da noite, chovendo à cântaros, e, depois, pelo mesmo intermédio, mandou prometer-lhe um milhão de florins, se negociasse um acordo com a inclusão de Portugal em trégua larga, e, sem ela, quatrocentos mil florins. A promessa derrubou Nassau, que, para conseguir o objetivo de Souza Coutinho, não se escusou de aceitar a proposta da Companhia e dos Estados, mas pediu tanto, que logo se entendeu que se escusava" (39). Assim, o conde de Nassau se vendeu ao governo português!

Mal Nassau dera as costas, vendo o descalabro em que

---

(38) Varnhagen, op. cit. pág. 261. Frei Rafael de Jesus, "Castrioto Lusitano", Aillaud, Paris, 1844, pág. 231.

(39) Rodolfo Garcia, loc. cit. pág. 34.

ia a Nova Holanda, os judeus foram se raspando do Brasil, em busca de melhor guarida: a própria Holanda, Suriname, as Antilhas, Nova Amsterdam, que hoje se chama New York e alguns dizem **Jew-York!** Os que ficaram, à medida que a sorte das armas sorria aos luso-brasileiros, iam desertando, dos arraiais holandeses e passando para o outro lado (40), como os ratos abandonam o navio que sentem prestes a naufragar.

Não foram poucos, todavia, os que, por isto ou por aquilo, se viram obrigados a permanecer. Quando da rendição do Recife, última etapa da Restauração de Pernambuco, lá dentro ainda havia mais de cinco mil (41)! No texto da capitulação, os flamengos condicionaram sua anistia. Não obstante, pouco depois, o Santo Ofício foi sobre os de origem portuguesa, mas encontrou a impedir-lhe a ação o padre Antônio Vieira, que o panegirista Solidônio Leite Filho considera "o maior defensor que jamais tiveram os filhos de Israel em Portugal". Os rudes batalhadores dos Guararapes, é que nunca se fiaram neles, lembrados das traições com que haviam entregue a terra brasileira ao herege invasor.

A perda do Brasil holandês obrigou os filhos de Israel a uma diáspora na América. Medrosos da volta do Santo Ofício, fugiram para as Guianas, Curaçáu, Barbados, Jamaica, Martinica e Guadalupe, levando consigo a indústria do rendoso açúcar (42) e continuando a explorar, por ali, indignamente, o braço dos escravos que carregaram, sem ao menos dar alimento aos pobres pretos, como costumavam fazer no Brasil, onde o **sistema judaico** era entregar-lhes apenas um pedaço de terra, para que dele tirassem seu sustento, cultivando-o com "notável escândalo" nos poucos momentos de repouso ou nos domingos (43). Houve judeus, co-

---

(40) Varnhagen, op. cit. pág. 219. Frei Manoel Calado, op. cit. pág. 302.

(41) D. Francisco Manuel de Melo, "Epanáforas", pág. 524.

(42) Dr. Izaque Izeckson, loc. cit. pág. 7. M. Sidney, "Históire de la Martinique", Fort Royal, págs. 46, 118 e segs.

(43) Solidonio Leite Filho, "Dispersão dos judeus brasileiros **in** "Os judeus na história do Brasil", pág. 57. D. Domingos do Loreto.

mo Benjamin da Costa que chegaram à Martinica, conduzind 1.100 negros (44)!

Uma expedição ida do Brasil sob às ordens de Salva dor Corrêa de Sá e Benevides recuperou Angola, expelindo de lá os batavos. Desta sorte, de novo, as duas margens fronteiras do Atlântico voltaram à coroa de Portugal. Des de 1640, o velho reino se libertara da tutela castelhana, aclamando o duque de Bragança, D. João IV. Ainda combali do pelos "sessenta anos de letargo" cantados pelo poeta, em guerra com o vizinho e herdando-lhe as inimizades na política européia, não podia acudir, como se fazia preci so, às suas terras do Brasil. Foi a energia indomável dos vencedores dos Guararapes que as conservou libertas do he reje e do judeu, mau grado às fraquezas da metrópole, a qual a paz custaria três milhões de cruzados. Do campo de batalha, a luta passou para os biombos da diplomacia, on de continuaram a silvar as serpes dos interesses judaicos. No fastígio do poder, Cromwell, o grande e dedicado amigo do judaismo, arranjava pretextos seguidos contra os direi tos de Portugal. Os judeus se intrometeram em todas as ne gociações. O tal Gaspar Dias Ferreira, que se naturaliza ra holandês e fora metido na cadeia por se corresponder com os insurretos de Pernambuco, evadira-se do presídio e escrevia cartas aos chefes pernambucanos, pretendendo ser seu procurador junto a D. João IV em Lisboa (45). Entre os procuradores enviados do Recife à Holanda, em 1652, figurava o judeu Abraão Azevedo. E no meio de todas essas manobras aparentes e ocultas, vê-se, às vezes, o perpassar da roupeta negra do padre Antônio Vieira, defensor dos judeus e organizador de uma companhia de comércio com capitais judaicos e privilégio do tráfico... Cura-se a dentada do cão com o pelo do próprio cão; mas o padre errou em forma crassa, pensando que os males do ouro judaico se curam com o próprio ouro judaico... "Celui qui mange du juif em meurt", diz o adágio francês...

O próprio Antônio Vieira tudo conta em carta ao conde da Ericeira, historiando sua missão à França e à Holanda: "O primeiro negócio que propus à Sua Majestade, pouco depois de sua feliz aclamação e restauração, foi: que em

(44) Dr. Izaque Izeckson, loc. cit. pág. 7.

(45) Rodolfo Garcia, loc. cit. pág. 36.

Portugal, à imitação da Holanda, se levantassem duas companhias mercantis, uma oriental e uma ocidental, para que, sem empenho algum da real fazenda, por meio da primeira se conservasse o comércio da Índia, e por meio da segunda o do Brasil (46), trazendo ambas em suas armadas, defendido dos holandeses, o que eles nos tomavam, e bastaria a sustentar a guerra contra castela. A visto se juntava que, como as nossas companhias ficavam mais perto de uma e outra conquista, seriam menores os gastos seus e maiores os lucros, os quais, naturalmente, chamariam e trariam a Portugal o dinheiro mercantil (47) de todas as nações, e muito particularmente dos portugueses (48), que em Holanda estavam interessados nas Companhias e em Castela tinham todos os assentos. E, porque na dita proposta se dizia que o dinheiro aplicado às Companhias de Portugal estivesse isento do fisco (por quanto de outra maneira nem os mercadores estrangeiros nem os do mesmo reino, que o trazem divertido por outras partes, o queriam meter nas nossas companhias sem a dita condição ou segurança), esta condição foi causa de que o Santo Ofício proibisse o papel da proposta, posto que sem nome (49) e que ela por então não fosse aceita. Depois que os apertos da guerra (50) mostraram que não havia outro meio igualmente efetivo, não só foi abraçada com a mesma condição, senão com outras muito mais largas, consultadas e aprovadas pelos letrados mais doutos do reino... Quanto fosse a utilidade e eficácia dele, bem o mostrou a Companhia Ocidental, a qual foi trazendo sempre do Brasil o que bastou para sus-

(46) Equivalia entregar outra vez o Brasil ao judaísmo, que com seus capitais iria dirigir em Portugal as mesmas companhias que dirigia na Holanda.

(47) "Dinheiro mercantil", isto é, capital de especulação; de "todas as nações", isto é, internacional.

(48) Melhor diria: **judeus portugueses**, o que é bem diferente...

(49) A proposta era anônima, como a companhia ou sociedade, mas o Santo Ofício cheirou-lhe de longe o judaísmo, que transparecia das cláusulas.

(50) Mais uma vez se tem que reconhecer que Werner Sombart tem carradas de razão, quando afirma: " La guerre est la moisson du juif!

tentar a Guerra de Castela, conservar o reino, restaurar Pernambuco, e ainda hoje acudir com prontos e grandes cabedais às ocorrências de maior importância".

Vai por diante o padre e narra que, depois da tomada de Dunquerque, Jerônimo Nunes da Costa, judeu e agente do governo luso (!), homem **mui poderoso**, oferecia quinze fragatas a Portugal por 20 mil cruzados cada uma. Quando os holandeses ameaçaram novamente a Bahia, fora ele, o padre, que, com sua "roupeta remendada", arranjara com o cristão-novo Duarte da Silva 300 mil cruzados, e mais um **fulano**, Rodrigues Marcos, a troco de seis vinténs cobrados sobre cada arroba de açúcar. Negócio grande! (51).

Passaram-se todas essas e outras tranquibérnias e, em fim, no ano da Graça de 1654, o Brasil se viu definitivamente livre do judaísmo holandês mas recaiu nas unhas do judaísmo lusitano, o que, no fundo, dava na mesma. Politicamente, porém, a Restauração de Pernambuco e Angola completava a Restauração de Portugal, que somente respira mais desafogado, quando o protetorado de Cromwell desaba na Restauração dos Stuarts.

A companhia de comércio defendida pelo padre Vieira e as que lhe sucederam até o tempo de D. José I, tinham como símbolo a estrela judaica de cinco pontas, e daí ela passou para a heráldica brasileira, designando as Províncias e, mais tarde, os Estados. Hoje, é brazão da República... (52)

---

(51) "Cartas do Padre Antonio Vieira", coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, tomo III, págs. 556 e segs.

(52) Varnhagen, "História Geral do Brasil", tomo II, pág. 235. Demonstraremos quando tratarmos da República, as origens maçônicas de seus símbolos, que o dístico **ordem e progresso** camufla de maneira a se pensar que vieram do Templo da Humanidade, quando saíram do Templo de Hiram. Aliás, contra a igreja de Cristo, esses Templos se equivalem...

CAPÍTULO V

A ladroeira do estanco

O ESTADO do Maranhão, composto por esta capitania e pela do Grão Pará, imensa região ubérrima que produzia grandes riquezas e ficava mais próxima da metrópole, tentara os conquistadores franceses e flamengos, que nela não haviam conseguido permanecer. O judaísmo decidiu-se a tomar conta dela por outros meios mais eficazes e menos custosos do que a guerra. Como toda sua economia repousasse no trabalho do índio escravizado, era necessário desorganizá-la, a fim de enfraquecer-lhe as resistências.

Não sei que influências secretas assopraram ao governo de Lisboa providências proibitivas da escravização dos índios, mas estas logo encontraram o bem intencionado apoio dos jesuítas, que catequizavam, aldeavam e defendiam o gentio. Aquelas providências, de fundamento humanitário e verdadeiramente cristãs, chocavam-se, entretanto, com as cruas realidades da vida colonial e, além de minguarem a mão-de-obra a fazendas e engenhos, criavam violento dissídio entre agricultores e padres, o qual, com o tempo, cada vez mais se agravaria.

Tal divisão entrava, seguramente, nos planos subterrâneos do kahal de LIsboa, cujo fim era privar primeiro de união e força, às sociedades que pretendia explorar. Os Senados da Câmara de Belém e S. Luiz desfrutavam de "imenso poder político", podendo taxar salários e gêneros, regular o curso das moedas, prover cobre a agricultura, a navegação e o comércio, decidir dos tributos, nomear ou suspender as autoridades (1). Os cargos da gover-

---

(1) João Francisco Lisboa, "Obras", tip. Matos, Moreira & Pinheiro. Lisboa, 1901, tomo II, pág. 46. Em 1551, o Senado da Câmara de Belém representava ao padre Antonio Vieira contra a "falta de braços" por estarem desviando os índios à serviço da ordem; em 1670, o de S. Luiz tratou da "falta e carestia" de escravos índios, porque o negócio era "monopolizado por homens poderosos". Cf. J.M. de Macedo, "Efeméride", págs. 30 e 31.

nação municipal eram exercidos privativamente pela gente nobre e deles se excluíam os "peões-mercadores" (2), meio esse de evitar a infiltração de cristãos-novos ou de quem quer que tivesse sangue de "infecta-nação", como rezavam as velhas cartas de brazão de armas.

Essa autonomia municipal fora o apanágio da grande liberdade comunal da idade-média. O absolutismo real, depois do século XIV, a corrompera ou dominara. No Brasil vasto e desprovido, ela novamente florescia no grupo natural do município, criado em luta aberta contra o meio, o silvícola e o pirata.

No estado do Maranhão, a coroa procurara estabelecer um estanco, isto é, como define o dicionarista Morais, um monopólio organizado de qualquer ramo de comércio. Esse devia fornecer aos maranhenses objetos de ferro e aço produtos manufaturados do reino, especiarias do Oriente, a troco de gêneros da terra, que seriam vendidos na Europa, em proveito do erário. Como o negócio não parecesse dar resultado em mãos do governo, formou-se em Lisboa uma companhia por ações, a fim de arrendá-lo. Os acionistas ou assentistas, como então se dizia, eram aqueles mesmos cristãos-novos com cujos cabedais o padre Antônio Vieira contara para a fundação da companhia de Pernambuco.

Mário Sáa enumera-lhes os nomes: Serrão, Botelho, Carvalho, Silveira... O contrato foi passado em 1682 bastando ver-lhe as cláusulas principais para se ficar inteirado da obra judaica: privilégio por vinte anos; isenção de impostos; juízo privativo para reclamações e demandas; (3) exclusividade do tráfico, devendo importar dez mil negros, sendo as entradas de 500 por ano (4). Diante das no-

(2) Op. cit. t. II págs. 51-53.

(3) O juízo privativo é uma eterna ambição judaica. Está no livro de Ester. Em Roma, ao tempo de Augusto, funcionava o seu tribunal particular, o Bet-Dine. A legislação justiniana reservou-lhe no **Codex** o capítulo **De Judoeis.** Em muitas das monarquias bárbaras havia o chamado **Foro Judaico.** Hoje, ele tem Bet-Dines em muitas cidades norte-americanas, ucranianas e lituanas, e registram sempre suas companhias nos Estados ianques de leis favoráveis a seus interesses.

(4) João Francisco Lisboa, op. cit. tomo II, págs. 84-85.

tícias desse novo estanco, certamente pior que o outro, os brasileiros do Maranhão e do Pará ficaram de sobre-aviso, pois que algumas cartas do reino informavam que El Rei sòmente o consentiria com "aprazimento dos povos". A condicional do soberano lhes dava alguma esperança de salvação.

Quando veio tomar conta de seu cargo o novo governador nomeado, Sá e Menezes, trouxe em sua companhia o cristão-novo Pascoal Pereira Jansen, grande assentista e administrador do estanco. Ambos encontraram os povos com pouco aprazimento para engolir a pílula, sendo obrigados a recorrer a manobras, disfarçes, peitas e ameaças. Dizia o judeu Jansen que, do seu próprio bolso, tivera que gastar em gorjetas mais de um conto de réis (5), quantia apreciável para o tempo. Antônio de Souza Soeiro, procurador da Câmara, "suspeito de cristão-novo", vendeu seu assentimento por uma patente de capitão de infantaria **com soldo**; o vereador Jorge de São Payo prometeu o seu em troca de fazendas e gêneros.

Segundo todos os documentos contemporâneos e os resultados das devassas ou inquéritos procedidos, o estanco foi estabelecido em São Luiz pelos recursos da "fraude, terror e corrupção". O governador Sá e Menezes envolveu-se, em todos esses "vergonhosos manejos". Já viera de Portugal mancomunado com os judeus. A devassa procedida mais tarde, depois da sublevação dos maranhenses, revelou "escândalos incríveis". Havia mesmo sociedade entre o governador, o judeu Jansen, um tal de André Pinheiro e outros.

Os oficiais da câmara chamados à presença de Sá e Menezes e de Jansen, em Belém, para onde ambos se haviam transportado, após o estabelecimento do estanco no Maranhão, ouviram do primeiro que Sua Majestade ordenava a introdução do mesmo estanco "sem dependência de consulta ao povo", não admitindo a menor réplica ou a mais leve objeção (6). O rei era, assim, enganado no seu propósito, porque cuidaria que o povo a tudo assentiria de boa vonta-

(5) Idem, idem pag. 87. Em geral os historiadores, que só vêem as aparências políticas, insistem em apontar a questão da escravidão dos índios como a causa principal da revolução; mas o exame dos fatos documentados nos mostra que essa causa foi o estanco judaico.

(6) Op. cit. tomo II, pág. 88.

de, consoante o silêncio deste pelos seus procuradores naturais e os informes que receberia; o povo também era enganado, julgando que o soberano houvesse dado ordens tão terminantes e despóticas. De parceria com o governador venal, os cristãos-novos desenrolariam seu plano de assalto às riquezas do Maranhão e do Pará.

Certos da impunidade, pintaram o sete. Como houvesse crise de mão-de-obra e as entradas de negros que se destinavam a atendê-la estivessem ao seu alvédrio, pois possuíam exclusivamente do tráfico, vendiam os escravos por preço muito acima do comum, obrigando o pagamento à vista, quando anteriormente as vendas eram feitas à prazo, para facilitar a aquisição aos agricultores sempre baldos de cabedais. As mercadorias de que tinham o monopólio e que ninguém poderia obter noutra parte, eram de péssima qualidade e alto preço. Usavam, além disso, pesos e medidas falsificadas. O escrupuloso e eminente João Francisco Lisboa assim descreve a grande roubalheira judaica: "Impedia-se ou dificultava-se aos moradores a remessa de suas drogas para o reino, ou o retorno do que elas lá produziam (7), se alcançavam mandar algumas. O estanco só recebia em pagamento cravo e pano (8), recusando o açúcar, cacau, tabacos e couros (9); e daí resultava que não podendo os moradores dar outras saídas a estes produtos, viam-se obrigados, para não os perderem de todo, à sacrificá-los por baixos preços a **mal disfarçados agentes do mesmo estanco**, dos seus administradores, ou de outros potentados, que os compravam a poder de barato. Os navios não vinham ao Estado com a regularidade afiançada (10); e, para que nenhum gênero de vexação faltasse naquela geral opressão, tinham os administradores uma grande aldeia de índios, ocupados em lavrar farinhas e outros gêneros que, postos à venda em grande escala no estanco, faziam **ruinosa concorrência** aos demais lavradores já extenuados" (11). Chama-se a isso, em boa linguagem, um verdadeiro saque organizado!

(7) Isto é: congelavam os créditos na Europa...

(8) Isto é: a produção menor...

(9) Isto é: a produção maior...

(10) Isto é: transportes e fretes estavam em suas mãos...

(11) Op. cit. tomo II, pág. 89.

Levantou-se, pois, o "clamor universal" dos explorados por aqueles **conversos**, os mesmos que, em Portugal, séculos afora, costumavam tomar os produtos para os vender, depois, a preços exorbitantes (12). O governador permanecia em Belém e regia o Maranhão em seu lugar um tarimbeiro irresoluto e pusilânime, Baltasar Fernandes. Começaram a aparecer pasquins pregados pelas esquinas, ameaçando de morte ao rapinante Jansen (13). Quando em qualquer roda se falava daquelas vilanias e ladroagens descaradas, os punhos crispavam-se ameaçadores e odientos. A revolução andava no ar. Bastava aparecer um homem que polarizasse o descontentamento e a cólera para ela explodir com todas as suas imprevisíveis conseqüências.

Esse homem ia ser um senhor de engenho que já se insurgira antes contra o miserável governo de Inácio Coelho, antecessor de Sá e Menezes e tão bom como tão bom. Por isso, estivera deportado dois longos anos na fortaleza de Gurupá. Da devassa a que fora submetido, não resultara sua culpabilidade e El Rei o mandara pôr em liberdade (14).

Chamava-se Manuel Bekman e aportuguesara seu nome na forma de Bequimão. Filho de pai alemão e mãe lusa, "seus detratores, afirma João Francisco Lisboa (15), **para o macular**, diziam ser de raça judaica". Isso é hábito dos judeus contra seus inimigos. Não têm o desplante de dizer até que Hitler é judeu? A vida de Bekman, sua franqueza, seu destemor, seu espírito de sacrifício, sua atitude em presença da morte, por si só, desmentem a calúnia. O judeu Isaque Izeckson, à cata de glórias judaicas na história do Brasil, não se atreve a tal afirmação e se limita a dizer: "Se bem que não tenhamos bases exatas para afirmar que os irmãos Bekman, promotores da revolta do Maranhão, fossem judeus, essa hipótese não seria descabida, especialmente se nos guiássemos pelo nome, que lembra bem o de judeus holandeses ou alemães. Sobre isso não insistimos" (16).

(12) João Lúcio de Azevedo, "História dos cristãos-novos portugueses", pág. 39.

(13) Ofício de Sá e Menezes à Corte, de 26 de agosto de 1683.

(14) Carta-régia de 24 de janeiro de 1680.

(15) Op. cit. tomo II, pág. 92.

(16) Dr. Izaque Izeckson, loc. cit. pág. 20.

É conveniente não insistir, porque a hipótese é descabidíssima. Tudo a põe por terra. Bekman é o herói de uma reação nativista contra o disfarçado judaísmo dos assentistas da maldita companhia de comércio, que infelicitou, como vimos, o extremo Norte do Brasil. Entretanto, no "Almanaque Israelita" de 1935 (17), os judeus têm o topete de afirmar com todas as letras que o Norte foi, por muito tempo, a parte principal do Brasil, graças **ao trabalho, à iniciativa e à inteligência judaica**. Felizmente, João Francisco Lisboa nos deixou pintada com a mão de mestre a espantosa realidade da ladroeira e da espoliação.

Manuel Bequimão viera moço para o nosso país e chegara a uma certa abastança pelo seu trabalho honrado de agricultor. Nunca se metera em negócios nem com negocistas. Ligara-se à nobreza da terra, aos cristãos-velhos e ao clero. Não gostava dos jesuítas por causa da questão do trabalho servil dos índios. De volta do seu desterro, viu-se quase arruinado pelo desamparo em que deixava seus teres e haveres. O estanco garroteava-lhe as possibilidades de refazer-se, como a todos seus contemporâneos. O estanco judaico estancava todas as fontes de produção. Era natural que a revolta lhe lavrasse no íntimo contra os opressores; aliás, ela lavrava no coração de toda a gente.

Teixeira de Morais, cronista parcial da revolução e que nela tomou parte, debuxa-lhe o retrato em cores negras, dizendo-o "inspirado pelo ódio e pela baixeza" (18). Cúmplice na rebeldia, não se pejou de ultrajar covardemente o sacrificado, não só para fazer olvidar sua participação como para vingar-se das adulações servis com que o cercara, quando estivera no poder. O venerável João Francisco Lisboa refuta-o, defendendo aquele "vulto nobre e grandioso" (19). Os documentos oficiais desfazem todos os aleives e protérvias dos inimigos de Bequimão.

Seu irmão mais moço, Tomás, era um tanto turbulento, poeta repentista de veia satírica. Os principais cabeças da revolta, depois de Manuel Bekman, eram o velho vereador Jorge de São Payo, homem ativo, inquieto, inconstante, pouco seguro de língua e atitudes, que já recebera presentes do judeu Jansen, e um veterano na defesa do povo contra os despotismos e prevaricações das autoridades e dos mercadores, Francisco Dias Deiró.

(17) Pág. 16.

(18) "Relação histórica dos tumultos do Maranhão", parte 2ª caps. 3º e 4º.

(19) Op. cit. tomo II, págs. 94-95.

Bequimão articulou a conjura com sessenta companheiros, que se reuniam à socapa no convento dos capuchinhos. Desde tempos que seu irmão vinha colando pasquins em prosa e verso pelas paredes, pois não havia jornais e essa era a imprensa da época os quais pasquins concitavam o povo à revolta e criticavam a gente do estanco e do governo que o sustentava. Mais violentos e desabusados ataques faziam os frades capuchinhos e carmelitas nos seus sermões. Todo o clero "aderiu à revolta", menos os jesuítas, por causa das turras com a nobreza rural desde o caso da escravização dos índios. O próprio bispo não foi estranho ao sucesso e como que até o favoreceu (20).

A incúria do governo do inepto Baltasar Fernandes, que substituía Sá de Menezes, ausente no Pará e preocupado com seus ganhos, permitiu ao movimento avançar sem encontrar óbices.

Na noite de 23 de fevereiro de 1684, véspera de sexta-feira de Passos, houve a derradeira reunião dos conjurados na cerca dos capuchos, lugar ermo e retirado. Bequimão falou com eloqüência, expondo o que pretendia fazer: expelir os assentistas, acabar com o estanco, expulsar os jesuítas e depor às autoridades. Tudo foi aplaudido, menos a última parte que a todos surpreendeu e em todos despertou receios. O prestígio do poder real e o medo da grande responsabilidade que iam assumir assustaram e dividiram aqueles homens. Travaram-se discussões, muitos ameaçaram retirar-se e parecia ir tudo por águas abaixo. Foi quando o forçudo e decidido ilhéu Manuel Serrão de Castro arrancou da espada e gritou que o seguissem. O arrojo da atitude destemerosa entusiasmou os maranhenses, que o acompanharam pelas sombras da noite rumo ao casario adormecido de São Luiz. Pelo caminho, os moradores despertados iam se armando e engrossando a turba, que, ao amanhecer, tomou conta da capital, prendendo as autoridades. Não se derramou uma gota de sangue. O corpo da infantaria paga e os próprios meninos das escolas fraternizaram com os rebeldes. Era uma grande aspiração popular que se realizava.

(20) Padre Bettendorf, "Crônica da Companhia de Jesus", cap. 1.

Bequimão nada tinha de cesariano e convocou imediatamente a Junta Geral, composta do clero, da nobreza e do povo, à qual deu conta de todos os sucessos, sendo muito vitoriado. Não houve a menor desordem. Aclamou-se novo governo constituído pela câmara, três adjuntos e dois Procuradores do Povo: Bequimão e Eugênio Ribeiro Maranhão. Nomearam-se novos oficiais e criou-se uma Guarda Cívica. Mau grado a grande exasperação popular, não se consentiu no saque dos bens dos espoliadores. Fechou-se o estanco e se arrecadou em boa forma o que tinha em depósito. Nenhuma pessoa foi morta ou perseguida (21). A multidão encheu as ruas e largos em regozijo, com músicas, cantos e danças. Bequimão falava-lhe constantemente da janela do Senado, com eloqüencia natural, entusiasmando-a e dando-lhe pormenorizada conta de todas as providências governamentais.

A revolução triunfante não podia ficar circunscrita a São Luiz. Precisava alastrar-se para se tornar mais forte e impor a libertação dos povos explorados. Bequimão procurou adesões em Tapuitapera (22) e Belém. Seus enviados encontraram apoio de palavras quanto a extirpação do estanco, mas a maior frieza quanto à deposição das autoridades reais, ato audacioso que alarmava toda a gente. Foi esse o primeiro desânimo que turvou a fé do revolucionário maranhense.

Enquanto passava o tempo, elementos internos, inimigos íntimos, solapavam disfarçada e lentamente a obra da revolução. Os padres da Companhia, a bom recado no seu colégio, manobravam as inteligências com que contavam lá fora. Só algum tempo mais tarde foram embarcados para o reino. O povo, fatigado do serviço da milícia, era hábilmente levado a reclamar contra o abandono em que estavam ficando engenhos e roças. Os **vianenses**, bastante numerosos em São Luiz, **conversos** de Viana, em Portugal espalhavam boatos e semeavam confusões em surdina, desanimando a uns e outros. Foi quando Hilário de Souza, provavelmente cristão-novo, veio de Belém avistar-se com Bequimão, a

(21) Compare-se com o que fizeram os judeus mascates e emboabas, triunfantes em Pernambuco e em Minas, e que vem descrito nos capítulos seguintes.

(22) Alcântara.

quem prometeu dar parte de Sá e Menezes, que não queria complicações e escândalos para a corte, 4 mil cruzados e o indulto com honras e postos, caso submetesse a ele e ao estanco. O nobre procurador do povo repeliu dignamente a proposta e deu-lhe publicidade (23). Basta este gesto para tornar descabidíssima a hipótese de Isaque Iseckson. Nenhum judeu até hoje recusou dinheiro.

A retidão observada por Bequimão na venda e repartimento dos escravos antes pertencentes ao estanco desgostou a muitos que haviam entrado na rebeldia, não por amor ao povo, mas com a mira na satisfação de interesses imediatos. Estes começaram a falar mal do novo estado de coisas. Os atos do governo contra o luxo que ostentavam as mulheres mamelucas fizeram com que elas saíssem pelas ruas alvoroçando a população. Os **vianenses** murmuravam maliciosamente que Tomás Bequimão, nomeado para ir ao reino tratar das reclamações maranhenses junto ao soberano, muito de indústria demorava a viagem, à espera que rompessem corsários do rei de França a quem seu irmão desejava entregar a capitania. Pouco a pouco, tudo isso ia minando o prestígio do governo revolucionário.

Como o povo refugasse o serviço da Guarda Cívica, tomou-se a desastrada resolução de dissolver essa milícia, que era a única garantia da revolução, reorganizando-se o corpo de infantaria paga, cujo comando foi entregue, - erro ainda mais grave, ao sargento-mor Costa Belo recém vindo da metrópole, para onde, enfim, partira Tomás Bequimão.

Desgostoso com o rumo que as coisas levavam, Manuel Bequimão retraiu-se em casa até a chegada do navio que trazia, com alguma tropa, novo governador, Gomes Freire de Andrade. Em um patacho que se atrasara, voltava o irmão como prisioneiro de Estado. Chegava também um juiz ou ministro da Alçada que devia julgar os rebeldes. Antes do governador pisar em terra, desembarcou por sua ordem o cristão-novo Jacinto de Moraes Rego que logo foi enten-

(23) João Francisco Lisboa, op. cit. tomo II, pág. 110. Sobre a gente de Viana e seu judaísmo, chamamos a atenção do leitor para o que se diz, no capítulo imediato, acerca do chefe emboaba Manuel Nunes, natural de Viana, e gente desse lugar.

der-se com seus patrícios **vianenses**. Somente depois dos entendimentos desse enviado com os que trabalhavam para o mesmo fim dentro da praça, é que Gomes Freire decidiu sua ação.

Era no mês de maio. Nas noites lindas, o céu se cravejava de estrelas faulhantes. Numa dessas noites, Bequimão convocou seus partidários à cerca deserta dos capuchos. Não vieram mais os sessenta patriotas animosos que a espada do ilhéu destemido conduzira à vitória. Apareceram pouco mais de vinte, irresolutos, medrosos, assustados. As palavras de fogo do procurador do povo não os galvanizaram mais como outrora, quando lhes arengava da janela do Senado. Todavia, não desanimou de todo. Fez outro convite para a noite seguinte. Não veio ninguém. Somente então se desenganou.

Gomes Freire de Andrade apoderou-se facilmente de São Luiz com o apoio da infantaria paga de Costa Belo e os **vianenses**; mas Bequimão continuou a mostrar-se em público, como quem anda com a consciência tranqüila, até que o governador mandou prender o bravo Manuel Serrão e o trêfego São Payo, que levara o cinismo ao ponto de ir beijar-lhe a mão (24).

Todos os funcionários presos foram postos em liberdade e estabelecidos em suas funções; reabriu-se o estanco. Os **vianenses**, "introduzindo-se com os rebeldes, rastreavam os seus mais ocultos intentos" e disso davam aviso ao governador. Reinaram, assim, a espionagem e a delação. Por esses e outros inestimáveis serviços, foi Jacinto de Morais Rego nomeado provedor-mor da fazenda. Os cristãos-novos, ensina o erudito Mário Sáa, têm artes de "preterir todos os concorrentes" e são "particularmente inventivos" nesta matéria de impostos (25). Apavorada por tudo isso e pelos rumores que corriam de graves punições, a gente da povoação começou a evadir-se e ocultar-se pelos matos. As ruas desertas pareciam um cemitério. Gomes Freire de Andrade alarmou-se com o êxodo e publicou um bando de perdão geral, uma anistia, diríamos hoje, excetuando, porém, os cabeças. Prometia, além disso, recompensas a quem entregasse Manuel Bequimão e castigos a quem o asilasse.

(24) Bettendorf, op. cit cap 13.

(25) "A invasão dos judeus", pág. 78.

Abandonado ao seu destino, o chefe da reação contra o estanco judaico vagou pela ilha de São Luiz, "repelido de uns, esquivado de outros, e mal recebido por toda parte; até que uma viúva (26), condoída de sua desgraça, lhe forneceu uma canoa bem remada, na qual se transportou ao seu engenho do Mearim (27)".

Não faltou, contudo, um Judas para entregá-lo ao sinédrio do estanco. Encarregou-se do infâme papel Lázaro de Melo, seu amigo íntimo e que lhe devia benefícios, seguindo para o Mearim, que conhecia bem, com gente armada, numa canoa. Ao avistar a embarcação, Bequimão meteu-se num esconderijo seguro; porém desde que soube tratar-se do amigo, voltou confiante e apresentou-se na ânsia de saber notícias. O malvado entreteve-o de maneira que um dos sequazes pudesse aproximar-se e amarrá-lo pelas costas. Os escravos do engenho acudiram em armas para defender o amo benquisto, mas foram intimados a nada fazer em nome de El Rei. Garantido pelo respeito dos pobres negros à autoridade real, Lázaro de Melo levou o infeliz ajoujado para a canoa, onde ainda lhe meteu grilhões. De entrada, Bequimão exprobou a infâmia; depois solicitou que o aliviassem dos ferros e nós, dando palavra de honra que não tentaria fugir, Tal era o prestígio de sua lealdade e honradez, que o outro o atendeu (28).

O processo contra o chefe revolucionário foi **fulminante**, "mais do que sumário", diz Teixeira de Morais, insuspeito no caso. Acrescenta que Gomes Freire de Andrade assinou a sentença cheio de mágoa e com mão tão trêmula que a firma nem parecia sua. Mas o Kahal mandava e as ordens secretas do Kahal tinham de ser cumpridas.

A página da obra de João Francisco Lisboa que narra circunstanciadamente o fato, o grande Odorico Mendes ofereceu esta apostila que obriga a meditar: "Gomes Freire de Andrade mandou **injustamente** executar Manuel Bek-

(26) Sempre o generoso óbulo da Viúva... Outra Viúva esconderia Tiradentes...

(27) João Francisco Lisboa, op. cit. tomo II, pág. 120.

(28) Op. cit. tomo II, pág. 121-122.

man como **inconfidente**; e passado século e meio, a 18 de outubro de 1817, um descendente do governador do mesmo nome, isto é, o general Gomes Freire de Andrade, foi fuzilado (?) na esplanada da torre de São Julião, em Lisboa, como **inconfidente**, também **injustamente** (29). Será verdade que a culpa dos pais recai sobre os filhos até a quarta geração?".

Com Bequimão, foram condenados também à morte Jorge de São Payo e Francisco Dias Deiró, que conseguiu fugir e foi executado em efígie. Muitos outros revoltosos receberam penas de multas, sequestro de bens, açoites e degredo. A forca se ergueu na praça do Armazém, hoje da Trindade, no dia de finados do ano de 1685. Manuel Bequimão "recebeu a morte catolicamente animoso", pronunciando estas derradeiras palavras: - **Morro satisfeito em dar a vida pelo povo do Maranhão** (30).

Deixava viúva e duas filhas na maior miséria, porque seus bens haviam sido confiscados. Conta-se que Gomes Freire de Andrade praticou o ato generoso de mandar arrematá-los em segredo por pessoa segura, doando-os às infelizes. Muito lhe devia doer a consciência! O Judas-Lázaro recebeu a paga de sua felônia: uma mísera patente de capitão. Também em vida recebeu a paga da Justiça Divina: conta o velho Barredo que, uma feita, consertando seu engenho, teve, de repente, o pescoço envolvido por cordas e morreu enforcado...

Há quem pense no Brasil, em comemorar o centenário do desembarque de Maurício de Nassau, preposto de companhia de judeus-portugueses da Holanda; não houve ainda quem se lembrasse de promover a ereção de uma estátua ao nobre e abnegado Manuel Bequimão, vítima dos judeus-portugueses da ladroeira do estanco! Os verdadeiros heróis nacionais ainda esquecidos; os **heróis** judaico-maçônicos são sempre lembrados...

A mocidade, devidamente esclarecida, compete reagir contra isso.

(29) Op. cit. tomo II, pág. 122, **nota**. Injustamente também não. Gomes Freire, grão mestre da maçonaria, era chefe de uma conjura contra o regime em vigor. Morreu enforcado e não fuzilado.

(30) Op. cit. tomo II, pág. 123. Cf. Teixeira de Morais, op. cit. parte 2ª, cap. 13; Bettendorf, op. cit.

CAPÍTULO VI

A tragédia do ouro

A DISPUTA entre as coroas de Castela e Portugal sobre a posse das novas terras descobertas na América do Sul forçou ambas a se submeterem ao juízo de Salomão do Papado. O pontífice traçou na carta do continente o meridiano de Tordesilhas, linha de limites do campo de ação dos litigantes, destinada a ser o eixo geográfico em torno do qual giraria a história do Brasil. Ela corria da embocadura do Amazonas à Laguna em Santa Catarina. Além, tudo era de Espanha; aquém, tudo de Portugal. Quando se olha hoje para o mapa do nosso país é que se vê quanto foi recuado o meridiano papal pela energia dos bandeirantes, construtores da Grande Pátria, e quando o consagrou a doutrina do **uti posidetis**, habilmente invocada e defendida por Alexandre de Gusmão.

A penetração bandeirante foi realizada aos poucos, aproveitando de início os caminhos dos índios, segundo ensina Capistrano de Abreu; depois, os sertanistas internaram-se mais, na caça do índio que escravizavam; afinal o ouro e a pedraria incendiaram-lhes a cobiça. Ao princípio, as instruções reais, pelo receio de invasão das possessões espanholas que o desconhecimento do território fazia pressupor mais próximas, peavam os avanços para o interior(1). Era inteiramente desconhecido aquilo que Pero de Magalhães Gandavo chama, com grande propriedade, a "largura" do Brasil para o sertão. Dos índios que a enchiam vinha uma tradição da existência de metais e esmeraldas, um sonho amarelo e um sonho verde, que a nossa bandeira perpetua e que aqueceriam a mente de muitos homens intrépidos pelo tempo além. Circulavam "notícias vagas, mas insistentes" de "grandes riquezas naturais jacentes no sertão "serras de ouro e prata" (2). Por lhes

(1) Diogo de Vasconcelos, "História antiga de Minas Gerais". **Imprensa** Oficial, Belo Horizonte, 1904, pág. 6

(2) Op. e pág. cit. Domingos de Loreto Couto, "Desagravos do Brasil e Glória de Pernambuco". Diogo de Vas

dar crédito, já no meado do século XVI, em 1553, conforme narra Aspicuelta Navarro, o castelhano peruleiro Francisco Bruza Espinosa se internou até o rio Jequitinhonha.

Os primeiros impulsos bandeirantes partem da Bahia. Daí saíra Bruza Espinosa; daí sai o vereador Dom Vasco Rodrigues Caldas, nas suas pegadas, o qual é desbaratado pelo gentio bravo. Ao mesmo tempo, por todos os lados os jesuítas iam entrando na catequese, aldeando a indiada confiante na sua palavra evangelizadora.

Narra Gandavo que, em 1570, Martim de Carvalho, penetrou 200 léguas na largura do sertão e colheu amostras de metais e pedras, que foram perdidas no naufrágio de uma canoa. Em 1572 e 1573, Sebastião Fernandes Tourinho, subiu o rio Doce e apanhou pedrarias e pepitas. Entrada mais digna de nota foi a de Antônio Dias Adorno, neto de Caramuru e Paraguassu por sua mãe, filho de italiano, que se meteu pelo rio das Caravelas, fez ampla colheita de esmeraldas e turmalinas, adoecendo no Jequiriçá, em casa de Gaspar Soares. O cunhado deste, João Coelho de Souza, sabendo dos achados de Adorno, encheu-se de desmesurada ambição, seguiu-lhe a trilha e encontrou "preciosas amostras". De volta, salteado pela morte, entregou seu roteiro ao sobrinho Gabriel Soares, filho do cunhado(3).

Do episódio nasce a lenda histórica das famosas Minas de Prata. Gabriel Soares foi à Espanha e, depois de muitas delongas, conseguiu falar com Filipe II, em 1586. Obteve provisões e mercês, regressando em 1591 com mais de 300 pessoas. Naufragou na costa do Vasa-Barris, perdendo tudo, menos a gente. Não desesperou por isso e fez a sua entrada, morrendo das fadigas que ela lhe custou. Depois, Belchior Dias Moreia, também descendente do Caramuru, "faz ao sertão baiano, abrangendo vasta área franciscana, a sua notável viagem de oito anos, a começar em 1595", diz Urbino Viana. Afinal, aparece o herdeiro do roteiro célebre, Roberto Dias, que quer o título de Marquês das Minas, que vai à corte, que volta em companhia de D. Francisco de Souza, que o extravia pelas veredas ínvias do sertão largo e leva para o túmulo o seu segredo...

Para se ter uma idéia nítida do valor desses homens que entravam pelos sertões hostis, sem fazer literatura recorro a um historiador circunspecto e documentado. Leiamo-lo: "Eram homens ousados e intrépidos que se embrenhavam pelos sertões das Minas em busca de ouro; de vontade firme, pertinaz, inabalável. Cegos pela ambição, arrostavam os maiores perigos; não temiam o tempo, as estações, a chuva, a seca, o calor, os animais ferozes, répteis que davam a morte quase instantânea, e mais do que todo o indômito e vingativo índio antropófago, que lhes devorava os prisioneiros e lhes disputava o terreno palmo a palmo, em guerra renhida e encarniçada. Muitas vezes viajavam por esses desertos, descuidados e imprevidentes como se nada devessem recear. Para eles, não havia bosques impenetráveis, serras alcantiladas, rios caudalosos, abismos insondáveis. Se não tinham o que comer, roíam as raízes das árvores; serviam-lhes de alimento os lagartos, as cobras, os sapos, que encontravam pelo caminho, quando não podiam obter outra alimentação pela caça e pesca; se não tinham o que beber, sugavam o sangue dos animais que matavam, mascavam folhas silvestres ou as frutas acres dos campos (4)". O retrato, em largas pinceladas, do conquistador sertanejo deve ser guardado de memória para o compararmos mais adiante com o do mercador interesseiro e hipócrita, que lhe vai tirar das mãos as minas, depois de conquistadas pela sua bravura. Esse foi o grande drama brasileiro das Minas,- a tragédia do ouro.

Os sertanistas alcançaram a chamada serra das Vertentes no fim do século XVI, em 1579, descobrindo as minas de Jaguamimbaba e denominando àquela região,de acor-

---

concelos não é um historiador que mereça inteira fé; por isso, somente o citamos quando comprovadas em fontes mais seguras as suas informações.

(3) Diogo de Vasconcelos, op. cit. pág. 15. Urbino Viana, "Bandeirantes e Sertanistas Baianos", ed. da Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1935, págs. 17 e 133. Gabriel Soares foi o autor do "Tratado Descritivo" e teve o título de capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do rio de São Francisco".

(4) Joaquim Felício dos Santos, "Memória do distrito diamantino", Tipografia Americana, Rio de Janeiro, 1868, págs. 8 e 9.

do com o falar do índio, Amantikira, que se corrompeu em Mantiqueira. Começava o século XVII, quando Marcos de Azevedo Coutinho, partindo do Espírito Santo, subira o rio doce, achando o primeiro diamante e penetrando no chamado sertão das Esmeraldas (5). Depois dele, João Correa de Sá e Benevides faz uma tentativa de bandeira, que se malogra ao choque dos índios bravios.

Pelo lado de São Paulo, a penetração começara desde os albores do século XVI, quando a gente de São Vicente principiou a se estender pelo litoral até Laguna e a escalar os primeiros pendores da Serra do Mar. Transposta a montanha, iriam pelo Tietê aos sertões do Paraná e do Paraguai; por Sorocaba, aos campos da Vacaria e do Prata; por Taubaté, à Mantiqueira e aos Cataguases. Os rumos estavam traçados, esperando a energia bárbara dos bandeirantes paulistas, que só se vai afirmar de fato com a volta do Brasil à coroa portuguesa pela aclamação de D. João IV. O século XVII é o grande século das bandeiras.

São Paulo estava fundado no planalto piratiningano e seus sertanistas batiam os matos e serranias, escravizando a indiada. A progênie dos cristãos-novos, sangue de cohens como João Ramalho e outros, vivia sempre em luta aberta, por causa dessa escravização, com os jesuítas. Em 1645, um de seus opulentos moradores, Felix Jaques, procurador da condessa de Vimieiro (6), funda o arraial de Taubaté e entra pelo sertão de Cataguases até o rio Verde, debandando os índios e abrindo o caminho para o interior de Minas Gerais. Agostinho Barbalho, que era pernambucano (7), para seguir-lhe o exemplo uns vinte anos depois, traz cartas-régias de D. Affonso VI, mas morre no Espírito Santo, antes de lograr o seu intento.

---

(5) "Diogo de Vasconcelos", op. cit. págs. 22-23.

(6) O nome, a opulência a procuradoria permitem certa suspeita de cristão-novo... Aliás, "na psique coletiva das tribos de Israel e do povo paulista há aspectos de uma impressionante semelhança", depõe Paulo Prado, "Cristãos-Novos em Piratininga" **in** "Os judeus na história do Brasil", pág. 77

(7) Pedro Taques, "Nobiliarquia Paulistana", ed Taunay.

As cartas-régias demonstram que já El Rei esquecera os escrúpulos acerca do meridiano e estava resolvido a impelir a avançada para Oeste. É o sexagenário morador paulista, mistura de sangue brabanção e luso, Fernão Dias Pais Leme, quem toma aos ombros, com oposição de todos os de sua casa, a tarefa cometida a Barbalho, conseguindo na primeira investida vencer e aldear os goianenses. Recebeu as cartas-patentes em 1792, preparou a bandeira em 1674 (8), levando consigo o genro Borba Gato e o filho natural José Dias Pais. Longa foi a trajetória da gloriosa bandeira Mantiqueira acima, sertões de Cataguases adentro, toda ela "crivada de sepulturas, cortada de combates e misérias", até às margens do Paraopeba, onde se viu, no fim de dois anos de jornada, abandonada e sem recursos. Era grande humilhação tornar de tão longe a São Paulo de mãos vazias. Fernão Dias preferiu ficar pesquisando a prata e o ouro pelos ribeirões e córregos da região de Sabarabussu, fundando o arraial do Sumidouro. Mas os seus companheiros murmuravam descontentes e o seu próprio filho participou de uma conjuração contra ele. Mandou executá-lo sumariamente.

Quando voltaram os portadores que mandara a São Paulo buscar recursos, fazia já três anos que ele andava pelo sertão. O que veio custar as jóias da sua mulher. A miragem, porém, do metal precioso que ele adivinhara naquelas brenhas o agüentava nas marchas penosas pelos ermos e socavões. No fundo longínquo do horizonte, o cume azul do Itambé balizava sua rota em busca da lagoa Vupabussu, onde dormia o velho segredo das esmeraldas. Descobriu-a, mas apanhou a palustre e foi morrer de regresso, tristemente, à vista do arraial do Sumidouro. Os restos da bandeira, guiados por Garcia Rodrigues, foram encontrar, em 1681, D. Rodrigo de Castelo Branco, governador ou administrador das Minas, no velho arraial de Santa Ana do Paraopeba. Garcia Rodrigues entregou-lhe a metade das esmeraldas trazidas por Fernão Dias.

D. Rodrigo, castelhano e cheio de empáfia de seu cargo, já embriagado pela ambição das minas lendárias, ainda não achadas, dirigiu-se ao Sumidouro, a fim de entender-se com Borba Gato, que lá ficara com um troço de

---

(8) Diogo de Vasconcelos, op. cit. pág. 34.

gente. Da discórdia e intriga que houve entre ambos, resultou a morte do fidalgo castelhano a tiros, por dois pajens do bandeirante, numa entrevista com este. A gente que acompanhava o administrador voltou temerosa para São Paulo. Os paulistas dispersaram-se por aquela imensidão de terras, estabelecendo-se as primeiras fazendas de gado. E Borba Gato, receando a justiça de El Rei, afundou-se no sertão.

No ano da Graça de 1640, quando Amador Bueno fora aclamado rei de São Paulo, se escondeu no mosteiro de São Bento e mandou chamar Lourenço Castanho Taques, sangue dos Taccen do Brabante, a quem pediu que dissuadisse o povo daquela aclamação. Lourenço Castanho Taques era homem opulento, maioral da vila e peruleiro (9). Sustentava como bom cristão-velho, os padres da Companhia de Jesus contra os escravagistas e cristãos-novos. Em 1675, entrou pelo sertão e foi até o Araxá, aniquilando o gentio cataguás e descobrindo o ouro de Goiás, de que se falava já e Antônio Pedroso buscara até o Paraopeba.

Guiando-se pelos picos azuis que emergem do oceano coagulado das cordilheiras, pelo Itambé ou pelo Itacolomi, os buscadores de ouro e pedras descortinavam o sertão imenso e foram os primeiros a ter a inolvidável sensação de grandeza do interior do Brasil. Uns foram sucedendo aos outros no mesmo anseio de conquista, na mesma ambição do metal precioso e, por que não dizê-lo, na mesma emulação de glória. Vede a sua imcomparável teoria na "História Geral dos Bandeiras Paulistas" de Taunay. Alinham-se em série os Souza, os Gomes, os Arzão, os Bueno, os Garcia, Um Furtado de Mendonça que atinge o Ribeirão do Carmo e um Antônio Dias, que, no fim do século XVII, em 1698, funda Ouro Preto. O século termina com o reaparecimento de Borba Gato, que é indultado e nomeado tenente-general. O velho sertanista assenta no Sabarabussu o arraial do Rio das Velhas. Então, pára o vaivém das bandeiras e começam os estabelecimentos definidos e definitivos das lavras. As minas haviam sido encontradas. Borba Gato apanhara as primeiras pepitas de ouro às margens do Rio das Velhas(10). Agora, era fruir

---

(9) Pedro Taques, op. cit. pág. 245.

(10) W. L. Eschwege, "Pluto Brasiliense" de 1833. "

os resultados daquilo que custara tanta canseira, tanta luta e tanta privação.

Mas, consoante o dizer do povo, o bolo não é para quem o faz e sim para quem o come. Devasso o sertão, localizadas às catas, o bandeirante não recebe o prêmio do esforço heróico, porque o judaísmo dos emboabas ou **pintos-calçudos**, com sua organização e, sobretudo, seu dinheiro, vai expulsá-los pela força. Esse conflito entre paulistas e emboabas, simboliza na opinião de Pedro Calmon, no "espírito da sociedade colonial", a luta pela apropriação do eldorado interior travada pelo ádvena contra o brasileiro. A carta-régia de 18 de março de 1694, dava aos descobridores a plena propriedade dos achados, mas os que se queriam aproveitar das conquistas de seu heroísmo lhes roubariam o fruto de mil sacrifícios. Os guerreiros odiavam os mercadores ou mascates, acrescenta o mesmo historiador, porque com o seu dinheiro se enobreceriam, vencendo-os, realizando "a idéia brutal de lançarem pela violência fora das Minas seus adversários" (11).

Desde 6 de fevereiro de 1648, quando foi baixado em Portugal o alvará isentando de confiscação a fazenda dos cristãos-novos que emigrassem, o qual resultava daquele contrato da Companhia do Brasil, organizado com capitais judaicos, contrato ao princípio condenado pelo Santo Ofício, que o padre Antônio Vieira agenciara e defendera crescera para cá a emigração de **índividuos ativos,** na maioria judeus, ansiosos de se enriquecerem nas minas de

---

Dissertação sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros metais". Tradução do judeu Rodolfo Jacob in "Coletânea de Cientistas Estrangeiros". Belo Horizonte, 1922. Na opinião de Joaquim Felício dos Santos, op. cit. pág. 13, a descoberta do ouro das Minas data de 1695, quando Antônio Rodrigues Arzão, de Taubaté, que andava à caça de escravos, apresentou três oitavas, que extraíra ao capitão-mor do Espírito Santo. Todavia, o alvará que estabeleceu a cobrança dos quintos data de 18 de agosto de 1618. Essa cobrança, segundo o mesmo Joaquim Felício dos Santos, loc. cit., somente começou nas Gerais em 1700.

(11) Diogo de Vasconcelos, op. cit. págs. 200-207.

ouro de que já muito se falava. Certos autores até a isso atribuem o início da decadência de Portugal (12). Esses forasteiros e mais os da Bahia - ninho de cristãos-novos, correram em aluvião para as minas entrando os últimos, sobretudo, pelo Espírito Santo, caminho desembaraçado, porque os de São Paulo e Rio eram de algum modo vigiados pelas autoridades. A Árdua conquista bandeirante do Oeste ia, assim, servir às ambições inescrupulosas do cosmopolitismo litorâneo. "Das cidades e lugares marítimos, diz Simão Pereira Machado, sobreveio **inumerável multidão**... Viu-se em breve tempo transplantado meio Portugal a este empório já célebre por todo mundo (13)... Assegura Taunay que os moradores "despejavam as vilas, afundando-se no sertão" (14). Emigração colossal (15)!

A afluência dessa gente às catas e garimpos determinou, como sempre em casos análogos, a desordem social: vinganças, roubos, furtos, vexações, especulação, jogo, luxo e gastos desenfreados. As Minas tornaram-se o paraíso de aventureiros de toda casta e de toda parte, **vadios** que extorquiam de todos os meios e modos o ouro aos que o bateavam nos córregos e rios.

Quem eram os principais desses adventícios baianos ou reinóis? Diz a História que as Minas se encheram de mercadores, sobretudo **mascates ambulantes**, exploradores de vícios e luxúria. A mascateação e a exploração de mulheres são até hoje profissões eminentemente judaicas. Desses e outros motivos a profunda ojeriza do paulista guerreiro contra essas homens de negócio a que se aludem todos os historiadores dos acontecimentos. A acepção atual da palavra **tratante** trai, na linguagem usual, o vestígio desse rancor antigo. Sente-se o judaísmo emboaba

(12) Eschwege, op. cit. pág. 401.

(13) Simão Pereira Machado, "Triunfo Eucarístico".

(14) Escragnolle Taunay, "Na era das bandeiras", pág. 89.

(15) José Pedro Xavier da Veiga, "Efemérides Mineiras" - 1664 - 1897, Imprensa Oficial, Ouro Preto, 1897, tomo I, pág. 231. Cf. Rocha Pita, "História da América Portuguesa", Imprensa Econômica, Bahia, 1878, pág. 358; "Memória sobre o Estado da Bahia", publicação oficial, 1896.

na descrição de Diogo de Vasconcelos, e em que vão grifados os pontos essenciais: "Acima dos paulistas **gozavam** da **vantagem de ser conhecidos e amparados pelos compatriotas das praças marítimas que lhes forneciam à crédito instrumentos e escravos africanos** (16), obreiros estes únicos que podiam suportar as fadigas medonhas de tal indústria desumana e cruel como foi a das minas. Em tais condições, e em breve tempo, as terras mais ricas, as regiões mais férteis, ficaram pertencendo aos reinóis; e algumas outras também aos baianos que dispunham de tais elementos" (17). Azevedo Marques revela o que eles pretendiam: a fortuna das minas **sós e sem partilha** (18). Tomavam judaicamente o resultado do heroísmo alheio!

Espoliados e decadentes, os paulistas lançaram-se à procura de novos lavradios de ouro ou se refugiaram nas roças, vendo, com a mais justa indignação, "o domínio do país passar ao poder dos seus competidores". Naturalmente, os partidos se extremaram e a luta que se ia travar assumiria um caráter nitidamente nativista. Mais uma vez, do mesmo modo que na guerra holandesa a consciência brasileira se insurgira contra a inominável espoliação judaica, que se consumou, porque, como o faz notar Pedro Calmon, na "História da Civilização Brasileira", o emboaba, enriquecido pelo negócio, possuía a "superioridade da cooperação" e com o dinheiro podia pagar mais escravos para o trabalho das lavras e os exércitos mercenários de mamelucos e índios.

Rebentara na Europa a Guerra de Sucessão da Espanha em que Portugal se envolveria contra a França, não podendo, por isso, dispor de tropas para impor ordem na colônia sul-americana, que os corsários de Luiz XIV atacavam. Os judeus eram amigos destes, tanto que houve no Rio de Janeiro cristãos-novos que se abraçaram à bandeira de Duguay-Trouin e foram embora nas suas naus (19).

(16) A eterna "rede de crédito" a que aludiu Pedro Calmon quando os judeus do açúcar pernambucano...

(17) Diogo de Vasconcelos, op. cit. pág. 120. O processo é do judaísmo de todos os tempos...

(18) Azevedo Marques, "Apontamentos Históricos", pág. 243.

(19) Monsenhor Pizarro, "Memória do Rio de Janeiro".

A nomeação de um paulista, Pedro Morais Raposo, para capitão-mor das Minas pareceu dar, por um instante, ganho de causa aos brasileiros.

Estalaram os primeiros conflitos entre as duas facções em Caetê, onde o principal dos reinóis ou emboabas era o potentado Manuel Nunes Viana, filho de Antônio Nunes Viegas, natural de Viana, em Portugal, antigo caixeiro na Bahia, mercador e monopolista, possuidor de 50 arrobas de ouro. Dizem os historiadores que era insinuante, amável, mesmo amaneirado com a freguesia e que procurou fugir da luta, "que não lhe convinha", procurando apaziguar os ânimos (20).

Em uma **história secreta**, nem sempre é possível achar a documentação concludente do que se afirma, sobretudo porque os historiadores estavam desprevenidos em relação à questão judaica; por essa razão, muitas vezes é necessário recorrer às provas circunstanciais de ler nas entrelinhas, em busca do mistério. O caso de Manuel Nunes obriga a esse recurso. Todas as circunstâncias levam a crer que se tratava de homem de sangue judaico, embora cristianizado, senão sinceramente, pelo menos na aparência: o ofício de mercador, que o trouxera do balcão à riqueza e floresceia num monopólio, como veremos adiante; o apelido Nunes, muito comum aos cristãos-novos; o acréscimo do nome da localidade de nascimento, hábito inveterado nos judeus de todos os países; o amameiramento e o jeito insinuante; a hesitação em face da luta armada; a procedência de Viana, cidade de onde veio grande número de judeus para o Brasil. Os do Maranhão eram os **vianenses**. Diz Urbino Viana, na pág. 51 do livro "Bandeirantes e sertanistas baianos" que, para Capistrano de Abreu, Manuel Nunes era **uma interrogação**. O homem já fora preso na Bahia e enviado a Portugal, de onde voltou feito alcaide-mor de Maragogipe. Que força! Houve na Bahia tradição de que até matara uma das filhas...

Manuel Nunes Viana participava do odioso contrato das carnes, que dava "rios de dinheiro". Esse monopólio de açougues, coisa em que, como sabem os entendidos, são provectos os judeus e que detém onde quer que se encontrem em quantidade, pois dele fazem rendosa especulação, tanto contra os cristãos, com a carne **fret** ou da rês abatida de maneira comum, quanto contra os próprios israelitas, com a carne **kosher** ou da rês sangrada de acordo com as prescrições talmúdicas, levantava a indignação dos paulistas. É a **chekhita**, que ainda agora está preocupando os legisladores da Polônia e Dantzig. Eram sócios de Manuel Nunes o reinol Francisco do Amaral Gurgel, cujos sobrenomes e cuja atuação o fazem suspeito de judaísmo, também senhor do monopólio do fumo e da aguardente, e o frade goliardo e aventureiro Francisco de Menezes, religioso da Santíssima Trindade, que Diogo de Vasconcelos denomina "o maior dos apóstatas que então andavam nas Minas".

Já tinha havido grandes e vigorosos protestos contra o açambarcamento judaico desses ramos de comércio. Uma rês que custava no sertão de 3 à 9 oitavas de ouro (5$280 a 15$840) era vendida no Rio das Velhas, no Ribeirão do Carmo e Ouro Preto de 70 a 90 mil réis! Os interessados não corriam perigo algum de prejuízo, porque "tinham em mão a estabilidade e a segurança dos preços". Outro encarniçado defensor do monopólio era frei Firpo, "tão bom como frei Francisco". Os monopolistas tinham **amigos** e **parceiros** no Rio de Janeiro, que os defendiam perante o governo. Toda essa trama é positivamente judaica. Não contentes com ela, ainda atravessavam ou açambarcavam, como se diz hoje, todos os gêneros de primeira necessidade (21).

Isso ainda envenenava mais a situação, fazendo redobrar o furor dos paulistas, vilmente explorados e despojados dos seus bens. Começou, de novembro para dezembro de 1708, a atoarda de que eles preparavam a chacina de todos os forasteiros que haviam invadido as minas. O eterno boato judaico para justificar as violências posteriores! Os emboabas fingiram-se amedrontados, congregaram-se e aclamaram Manuel Nunes Viana capitão-regente ou governador, com poderes ditatoriais. "Este golpe audacioso, a imitação erudita que o sugeriu, a hipocrisia que o traçou, e mais ainda a iniciação do governo de Manuel Nunes, calculada e ardilosamente concebida, tudo

---

(20) Diogo de Vasconcelos, op. cit. págs. 215-217. Cf. Xavier da Veiga, op. cit. págs 229 e segs.

(21) Cf. Diogo de Vasconcelos, op. cit. págs. 220 e segs.

nos leva a procurar a cabeça pensante, que dirigiu tal obra e tão bem acabada, como o foi para o tempo e para o sertão. E logo nos apresenta para tanto a figura maquiavélica de frei Francisco de Menezes (22)..." Pois em sã consciência vemos aí um plano judaico, igual a todos os planos judaicos postos em prática por toda a parte e em todas as épocas.

Manuel Nunes foi ajudado por outro homem **opulento**; Pascoal da Silva, cujos meios de fortuna e nomes justificam suspeitas de cristandade nova, chefe dos emboabas contrários aos paulistas de Cachoeira do Campo e Ribeirão do Carmo. Frei Simão de Santa Teresa foi feito secretário do novo governador e o mestre de campo Antônio Francisco da Silva, "aventureiro de primeira linha", como declara um cronista, assumiu o comando militar. Em geral, os historiadores elogiam Manuel Nunes, talvez confundindo sua habilidade e disfarce com verdadeira boa intenção. O conde de Assumar, porém, chama-o em carta ao marquês de Angeja, categoricamente "facinoroso".

Diante do rumo que as coisas tomavam, os paulistas fortificaram-se em Sabará. O ditador mandou incendiar o arraial pelos índios ao seu serviço. Na confusão causada pelo fogo, os emboabas deram o ataque, pondo os brasileiros em fuga. E lá se foram eles, vencidos, sertões afora, alarmando os moradores inseguros diante daqueles novos conquistadores albergados em suas terras e que delas de repente se apoderavam, visando unicamente o ouro!

Inferiores na proporção de um para dez, os paulistas de Cachoeira do Campo, se entrincheiravam e esperavam o choque de seus inimigos. Mas vieram os emboabas de Ouro Preto em auxílio dos outros e forçaram a entrada do arraial pelo lado menos defendido. Ferido, Manuel Nunes passou o comando ao apóstata frei Francisco. Sobrevindo a noite, cessou a luta. Pela madrugada, quando os paulistas exaustos estavam mergulhados em profundo sono, o frade lançou sobre eles mamelucos e índios mercenários, obtendo completa vitória (23). Na própria igreja do arraial

---

(22) Diogo de Vasconcelos, op. cit. pág. 218.

(23) Claudio Manoel, "Memória Histórica da Capitania de Minas". Cf. Diogo de Vasconcelos e Xavier da Veiga, ops. cits.

conquistado, Manuel Nunes foi **sagrado** ditador, com as insígnias do governo. Aboletou-se em Ouro Preto e mandou atacar o Ribeirão do Carmo, hoje Mariana, mas a indiada ao seu serviço fugiu ao primeiro contato com os descendentes dos bandeirantes.

Ainda não estava de todo quebrada, como se vê do episódio a resistência destes. Valentim Pedroso de Barros juntou os fugitivos de Sabará e Cachoeira no Rio das Mortes. Muitos eram veteranos das epopéias sertanistas e da conquista de Palmares, dispostos a uma resistência tenaz. Amaral Gurgel mandou atacá-los pelo capitão Gonçalo Ribeiro Corço, nome de cristão-novo, que mal os avistou se pôs em fuga. Então, Amaral Gurgel avançou com mais gente e cercou-os em um capão, obrigando-os a se renderem pela fome e pela sede. Prometeu-lhes a vida salva, mas violou a capitulação, como seu êmulo do Nordeste, o feroz judeu Jacob Rabbi, fazendo matar friamente trezentos deles. Chamou-se àquele local de Capão da Traição em lembrança dessa façanha judaica.

Por esse tempo, já o poder de Manuel Nunes vinha sendo minado pelas dissensões entre os forasteiros reinóis e baianos. Foi quando o governador D. Fernando de Mascarenhas resolveu ir do Rio de Janeiro às Minas para pôr cobro ao que lá ocorria. De muito longe, a vinda da autoridade foi anunciada a Manuel Nunes pelas fogueiras que os espiões índios acendiam nas quebradas dos montes e se reproduziam pelas serranias silenciosas. Os emboabas estavam, pois, prevenidos para recebê-la, de maneira que, quando chegou ao arraial de Congonhas, encontrou um exército de 4 mil homens a dar-lhe "morras". O pusilânime" D. Fernando, como o qualifica Xavier da Veiga (24), voltou para o Rio, de onde escreveu a El Rei, dando-lhe conta de tudo. Pela primeira vez no Brasil, a autoridade capitulava diante da sedição. E da sedição judaica!!!

O esperto Manuel Nunes queria que sua gente se apoderasse das lavras dos paulistas, mas não lhe convinha desafiar as iras do rei, contra cujas forças não se poderia manter. Por isso, quis mostrar-se fiel à coroa, arrecadando escrupulosamente os quintos de ouro extraído e mandando frei Francisco de Menezes a Lisboa, pela Bahia,

---

(24) Op. cit. pág. 238.

carregado de dinheiro, presentes e protestos de submissão, afim de obter seu indulto.

Em junho de 1709, a capitania de Minas Gerais foi desanexada da de São Paulo, e para ela veio como capitão-mor Antônio de Albuquerque, homem cheio de serviços a Portugal. Chegando a Caetê, avistou-se com Manuel Nunes, que lhe submeteu com **abjeto servilismo e vileza**, diz o historiador baiano Borges dos Reis, próprios de um judeu e exilou-se voluntariamente na sua fazenda de Jequitaí, em pleno sertão. Sua obra de expropriação forçada dos paulistas estava finda e só lhe restava esperar sossegado a ação de frei Francisco na capital da metrópole.

O frade apóstata não perdera tempo. Ajudado pela burguesia opulenta da Bahia, toda ela composta de cristãos-novos (25) e que dispunha de "todo prestígio na corte" (26), despejando ouro e angariando empenhos, conseguiu do soberano, em novembro de 1709, um alvará de **indulto geral**. Com ele, o poder real sancionou a espoliação dos sertanistas pelo judaismo dos emboabas.

Os últimos paulistas expulsos das Minas foram recebidos em São Paulo como covardes. Suas mães, mulheres e filhas nem os quiseram ver. Então, de novo se apresentaram para a guerra sob o comando de Amador Bueno da Veiga, neto daquele outro Amador Bueno que não quisera ser rei. Em número de mil e duzentos sitiaram os emboabas no arraial da Ponta do Morro; mas, cheios de desânimo e apoquentados de dissensões, ao saberem que contra eles marchavam do Rio de Janeiro as tropas realengas, retiraram-se precipitadamente. Desta sorte terminou a guerra civil e os únicos que com ela ganharam foram aqueles forasteiros, mascates (27), tratantes e açambarcadores chamados emboabas. Dê-se a palavra a Werner Sombart: "A guerra é a seara do judeu!".

O sacrifício sangrento dos paulistas produziu quase um milhão de quilos de ouro(28), que se escoaram para Portugal, de onde fugiram para a Índia, nos gastos que lá se faziam, e para Inglaterra pelas mãos do judaísmo. Até 1820, do Brasil se extraíra em ouro o valor de 974.324.040 cruzados (29)! O ouro confiscado aos contrabandistas se elevou a 1.136.093.900 cruzados! Avalie-se o que passou sem ser confiscado, sobretudo ali por 1750, quando atingiu sua maior florescência a extração do precioso metal (30), feita em Goiás, Mato Grosso, Bahia, Minas, São Paulo e até no Ceará! A produção aurífera do Brasil até a independência foi de 45.700 arrobas e seu rendimento até 1801, de cinco milhões de contos (31). João Lúcio de Azevedo calcula em 100 milhões esterlinos a "totalidade do ouro exportado para a metrópole no espaço de um século!" (32).

Toda essa esplêndida riqueza que o judaísmo emboaba queria a "sós e sem partilha", custou as dores da grande tragédia dos paulistas mortos à traição na defesa do que haviam conquistado!

Não contente com isso, a judiaria ainda retirava o ouro em circulação como costumava fazer desde o tempo dos romanos (33), em "farta colheita", exportando-o, do que resultou o "empobrecimento geral". A criação, pelo governo português, em 1694, antes da vitória emboaba, da **moeda provincial**, exclusiva para o Brasil, mais fraca do que a do reino e proibida de ser exportada, obedeceu à necessidade da defesa contra esse golpe judaico (34). E

---

(25) Cf. "Denunciações da Bahia", ed. Capristano de Abreu, pág. 216; Pyrard de Laval, "Voyage, etc.", pág. 539; Escragnolle Taunay, "Na Bahia Colonial", pág. 291; Paulo Prado , "Paulística" pág. 18.

(26) Diogo de Vasconcelos, op. cit. pág. 250.

(27) A mascateação era privativa dos judeus. Cf. Jorge guerreiro "Os judeus no Rio de Janeiro" **in** "A Universal", ano 11º, nº 53, pág. 311.

(28) Eschwege, op. cit. págs. 401-402: ao certo, 931.446 quilos!

(29) Eschwege, op. cit. loc. cit.

(30) Idem, idem, idem.

(31) Pandiá Calógeras, "Formação Histórica do Brasil", pág. 75.

(32) João Lúcio de Azevedo, "Épocas de Portugal Econômico"; págs. 377 e segs. Pedro Calmon, op. cit. pág. 94 **in** nota (I).

(33) Cícero, "Pro Flacco".

(34) Padre Antonio Vieira, "Cartas", ed. de 1885,

esse ouro arrancado do Brasil mais tarde, veio a ser emprestado ao mesmo Brasil, com avultado lucro (35), escravizando-o desde a sua independência política à burra dos prestamistas judaicos do Kahal de Londres...

---

tomo I, pág. 350; Pedro Calmon, op. cit. págs. 95-96.

(35) General Abreu de Lima. "História do Brasil" ed. Laemmert, Rio de Janeiro, 1861, pág. 155; G. Barroso. "Brasil Colônia de Banqueiros". "O ouro da América arruinou a Espanha, o ouro do Brasil produziu o mesmo efeito em Portugal", diz a "Memória analítica acerca do comércio de escravos" de F. L. C. B., ed. da Tip. Comercial Fluminense, Rio de Janeiro, 1837.

CAPÍTULO VII

O drama dos diamantes

ALÉM DE conquistar e definir o amplo território, o heroísmo bandeirante achara o ouro das Gerais, de Goiás e Cuiabá; além de achar o ouro, encontrara os diamantes. Adiante da Vupabussu de Fernão Dias, o sertão se estendia vestido de cerrados e matas, e, muito longe, o pico solitário do Itambé desafiava a curiosidade dos aventureiros reinóis, mamelucos e paulistas. Eles batiam aquelas solidões povoadas de feras e de miasmas, lavando a cangica dos ribeirões à cata das pepitas de ouro. A cada descoberto, como se dizia, avançavam mais, pelo Rio Grande, pelo Piruruca, pelo Jequitinhonha, fundando os arraiais do Tijuco e do Burgalhau. Na última década do século XVII, a fama das riquezas auríferas atraíam naquela remota região "grande número de aventureiros" (1). Foram até a serra do Ibiturni, às montanhas frias, varridas de ventos gélidos, onde estabeleceram o arraial de Nossa Senhora da Conceição do Serro Frio, depois vila do Príncipe e hoje cidade do Serro.

As brenhas inóspitas povoaram-se de colmados de mineradores, que se derramavam sobretudo pelas devesas do ribeirão do Inferno, bateando nos caldeirões. As lavras do Tijuco foram auríferas até 1729 e não se conhece, ao certo, o lugar onde foi achado o primeiro diamante. Mas, nessa época, os cristais começam a dar que falar de si e uma portaria de D. Lourenço de Almeida, em 1729, se refere a "pedrinhas brancas que se entende ser diamantes". (2). Em 1731, ainda a busca do ouro alterna com a das pedras e, como um contra-choque da tragédia do ouro tomado pelos emboabas, os mineiros são despejados pela violência de suas lavras.

Como a região longínqüa e hostil começasse a se despovoar, o comércio de diamantes tornou a ser franqueado, somente se proibindo aos escravos participar dele. Os ne

---

(1) Joaquim Felício dos Santos, op. cit. pág. 7.

(2) Op. cit. pág. 21.

gros trabalhavam nas catas com **mordaças de ferro**, a fim de não furtar as pedras engolindo-as. O Museu Histórico Nacional possui um exemplar dessas **mordaças**. Só na mina de Mandanga se empregaram 1.200 escravos. Em 1735, o governo, decerto tangido por influências ocultas, resolveu que a mineração diamantífera passasse a ser feita "por meio de contrato com alguma companhia" (3). É o primeiro passo do judaísmo para se apoderar dos diamantes como se apoderou do ouro.

Solidônio Leite Filho diz que os judeus "contribuiram para a florescência da indústria das pedras preciosas" no Brasil (4). Veremos qual foi a verdadeira natureza dessa contribuição. A descoberta das minas brasileiras, trazendo ao mercado pedras mais belas do que as do Oriente, fez correr risco ao comércio das mesmas, cujo monopólio os judeus detinham desde os mais antigos tempos. Então, organizaram em Londres e Amsterdam, "um conluio, a fim de aniquilar toda concorrência, continuando na posse exclusiva do monopólio" (5). Um negociante londrino de diamantes, técnico no assunto, João Mawe, pinta claramente a ação dos monopolistas judeus, que fizeram **extensas especulações** na Europa com os diamantes brasileiros. Espalharam o boato **proposital** de que o diamante do Brasil era em tudo inferior ao oriental, mantendo nas bolsas a sua depreciação, a fim de comprá-lo por baixo preço. Negaram a procedência dos que apareciam e apresentaram os mais ordinários, afirmando que eram refugo dos da India. Compravam barato os que caíam em mãos de pessoas que não entendiam do negócio, remetiam-nos para Goa e, ao recebê-los de torna-viagem, garantiam que eram hindus e os vendiam pela mais alta cotação (6).

O distrito diamantino, como as Gerais auríferas, se encheu de adventícios de todo quilate, denominados **traficantes**, os mascates judeus de sempre; de indivíduos que se diziam munidos de **licenças vocais** para a compra das pedras preciosas (7). Foram tantos os tais traficantes judeus que acorreram ao Tijuco, que a vila tomou uma fisionomia absolutamente oriental. Em 1799, essa povoação, "a mais linda, em outro tempo, de Minas", parecia "o retrato de um pequeno bairro de Constantinopla" (8).

Em 1729, Bernardo da Fonseca Lobo achou as grandes lavras do Serro Frio.

O primeiro contrato dos diamantes foi celebrado em 1739, dez anos depois, entre a Fazenda Real, o desembargador João Fernandes de Oliveira e Francisco da Silva, que formaram uma sociedade com o nome de Companhia dos Diamantes, pelo prazo de 4 anos. Se fosse possível encontrar a escrita da mesma, se poderia ver a origem dos capitais que nela entraram. O segundo contrato foi dado ao mesmo contratador, em prorrogação. O terceiro e o quarto couberam aos irmãos Caldeira Brant. Ao tempo do Marquês de Pombal, o mais notável deles, **vítima de intrigas**, foi dar com os ossos na prisão do Limoeiro. É bom não esquecer que, no tempo do marquês, judeus e maçons dominavam em Portugal. O quinto e o sexto contratos tornaram a ser de João Fernandes de Oliveira, que parecia protegido **da sombra** pelas influências poderosas que talvez houvessem afastado os Caldeira Brant.

O desembargador João Fernandes de Oliveira era um verdadeiro príncipe, que se tornou célebre pelos seus esbanjamentos e pela influência que sobre ele exercia sua amante, a famigerada **Xica da Silva**, "Dominadora do Tijuco", ex-escrava de José da Silva Rolim, sem beleza, sem espírito e sem educação. Ele satisfazia-lhe todos os caprichos, deslumbrando a toda a gente com o fausto de jantares e representações, chegando a mandar construir grande tanque com um navio em miniatura, para que ela gozasse a sensação de embarcar (9).

O último contrato expirou em 1771. Antes, porém, já o contratador João Fernandes de Oliveira, cheio de dívidas para com os judeus, abandonado de seus deuses tutelares, morrera louco em Lisboa (10).

---

(3) Idem, pág. 39.

(4) "Os judeus no Brasil", pág. 102.

(5) João Lúcio de Azevedo, "O marquês do Pombal" pág. 130.

(6) John Mawe, "Travels in the interior of Brazil".

(7) Joaquim Felício, op. cit. pág. 71.

(8) Dr. José Vieira do Couto, "Memória da Capitania de Minas Gerais", 1799.

(9) Joaquim Felício dos Santos, op. cit. pág. 143.

(10) Op. cit. pag. 135. Cf. Xavier da Veiga, op. cit.

Findo o prazo do contrato, a extração dos diamantes passou a ser feita pelo governo real, que contratou a venda das pedras **diretamente com os judeus**. Ao terminar o século XVIII, o contrato de venda foi passado com os irmãos Benjamin e Abraão Cohen, de Amsterdam, os quais, em virtude das crises políticas oriundas da Revolução Francesa, produtoras do desemprego e paralização dos negócios na Europa, baixaram os preços ao seu talante (11), certos de ganho líquido e vultoso, quando voltasse o bom tempo. Apesar dos pesares, Portugal apurou da venda de diamantes, até o começo do século XIX, 16 milhões de cruzados (12). Nove milhões de esterlinos é o cálculo de João Lúcio de Azevedo para a exportação diamantífera no período de um centenario (13). Isso produziu para a coroa portuguesa um lucro real de 5.040 contos de réis (14). Os controladores do contrabando de diamantes do Brasil eram os judeus de Amsterdam; até o começo do século XIX, os Hoppe (15), que compravam por 45 francos o quilate de diamante bruto e vendiam por 197 lapidado (16).

Enquanto Portugal, até o começo do século XIX, apurava 16 milhões de cruzados nos diamantes do Brasil, os judeus, segundo cálculos de 1858, apuravam anualmente, incluindo o contrabando, 25 milhões de francos (17). Imagine-se o lucro nos 20 primeiros anos em que a produção diamantífera fora de 3 milhões de quilates, isto é, cerca de 15 quilos anuais(18).

O judeu apoderou-se, como vimos, dos resultados das lavras de diamantes achadas pelos sertanistas. Essa expropriação não custou o sangue dos brasileiros, como a conquista do açúcar pelos flamengos, seus sócios de empreitada, ou a das minas de ouro pelos emboabas, seus mercenários traiçoeiros; nem as dores de uma raça infeliz, como o infame comércio de escravos pelos ingleses, seus parceiros no tráfico. Saiu mais barato: custou somente o drama oculto que levou à miséria e à loucura o faustoso contratador João Fernandes de Oliveira...

---

(11) Idem, idem, págs. 229-230.
(12) Eschwege, op. cit. pág. 402.
(13) "Épocas de Portugal Econômico", págs. 377 e segs.
(14) Idem, idem.
(15) D'Orbigny, "Voyage pittoresque dans deaus Amériques", Paris, 1936, pág. 180.
(16) Charles Barbot, "Traité complet des pierres précieuses", ed. E. Lacroix, Paris, 1858, pág. 221.
(17) Charles Barbot op. cit. pág. 222.
(18) Op. cit. pág. 220.

CAPÍTULO VIII

A guerra judaica

NA PRIMEIRA década do século XVIII, o judaismo atacou, ao mesmo tempo, os possuidores da riqueza no Brasil, a fim de se apoderar dela, no Sul e no Norte. Atacou os paulistas, donos das minas de ouro, e os pernambucanos, donos dos engenhos de açúcar. Emboabas em Minas Gerais, mascates no Recife, esses inimigos dos brasileiros não eram mais do que judeus portugueses disfarçados, na grande maioria provenientes do Minho. A voz geral denominava-os **forasteiros** e os historiadores, todos eles cegos em relação à questão judaica, rotulam-nos como **europeus**. Todos esses israelitas ou cristãos-novos se ocultavam sob a capa de católicos e usavam velhos nomes portugueses, como o gangster judeu Abraão Finckelstein se orna com o antigo nome russo de Máximo Litvinof. Tambem desfiguravam os nomes judaicos; por exemplo: Misael se mudava em Miguel, Hisneque em Henriques, Fungeca em Fonseca, Jacob em Diogo, Barrosch em Barros. Mas os processos de que lançaram mão, as artimanhas de que usaram e a força oculta de que dispuseram os revelam à distância. Tanto emboabas como mascates eram meros aventureiros, mercadores enriquecidos sem escrúpulo, açambarcadores de gêneros, gente corrompida e corruptora.

"O assalto à riqueza, escreve Mário Sáa (1), é a primeira condição de todos os assaltos; daí descendem naturalmente os outros: **assalto ao Estado, assalto à Religião, assalto à Vida mental"**. Já vimos na guerra dos emboabas como o judaísmo procedeu ao assalto à riqueza, a fim de preparar os outros; veremos o desenrolar de idêntico plano na guerra dos mascates. Esta é a réplica daquela. O que se passou em Pernambuco reproduziu ponto por ponto, exatamente, o que se passou nas Minas. Uma guerra é a cópia perfeita da outra. Tem-se até a impressão de que estão em cena os mesmos personagens.

À guerra desoladora dos mascates, "que infelicitou

---

(1) "A invasão dos judeus", pág. 70.

tantos pernambucanos", o documentado e seguro historiador Fernandes Gama denomina: "movimento sedicioso dos **europeus portugueses**" (2). Ora, nesse tempo, "os portugueses dividiam-se política e **nitidamente** em duas facções: **cristãos-novos** de um lado e **cristãos-velhos** do outro. Não havia dúvidas, toda a gente o sabia; o próprio Pombal o confirmou no decreto que abolia as distinções, afirmando que na família portuguesa não havia maior divergência do que aquela. Nem era possivel havê-la: os hebreus judaizantes ou católicos, olvidados ou agarrados às tradições, tinham entre si uma enorme coesão (3); desta maneira, em Portugal, não havia oportunidade para mais apartações sociais ou políticas: cristãos-novos de um lado, cristãos-velhos do outro. O livro "Sentinela contra judeus" (4), em referência à conhecida **coesão** entre cristãos-novos, define um vocábulo: "porque entre os marranos ou marrões [que em Portugal quer dizer porcos], quando se queixa algum deles todos os demais acudem a seu grunhido, e como assim são os judeus, que ao lamento de um acudem todos, por isso lhes deram título e nome de marranos" (5).

Consultemos a história para saber se, com efeito, eram cristãos-novos, isto é, judeus, ou cristãos-velhos, os tais **europeus portugueses** que acenderam essa guerra injusta. Pernambuco fora restaurado do domínio judeu-herético dos holandeses pelo próprio esforço de seus filhos, que se cobriram de glória numa luta heróica. Seus homens de prol, sua nobreza rural, que defenderam e retomaram a terra ao invasor, que a aravam e fecundavam, entendiam manter seus foros e privilégio. Havia **portugueses limpos, honrados e bem educados**, assegura o admirável Fernandes Gama, que comprendiam isso e tratavam **fraternalmente** os pernambucanos. Mas - acrescenta - "o turbilhão de aventureiros **auri-sedentos** que, todos os a-

---

(2) José Bernardo Fernandes Gama, "Memórias históricas da província de Pernambuco", tip. Faria, Recife, 1848, tomo IV, págs. 54-55.

(3) Aquela **cooperação** que lhes deu a vitória na guerra dos **emboabas**, como anota Pedro Calmon.

(4) Ed. de 1732, cap. IX.

(5) Mario Sáa, op. cit. págs. 110-111.

nos, aportavam a Pernambuco", que "viviam de vender pelas ruas e freguesias do interior, arvorados em mascates", "tornavam-se capitalistas" e se julgavam "superiores à nobreza do país" (6). Aqui está excelentemente situada a diferença entre o português sério, decente, cristão-velho, amigo dos pernambucanos, e o português aventureiro, inescrupuloso, cristão-novo, explorador e inimigo da terra.

Essa cainçalha avançava sobre as posições e distinções com a conhecida avidez judaica pelas honrarias e pelo mando, avidez de quem longamente foi privado desses gozos. Chegavam até a arranjar hábitos de Cristo e comendas, "com juramentos falsos, justificando-se parentes (sem o serem) daqueles pernambucanos, que por terem caído em pobreza por pouco mais de nada lhes cederam seus serviços". Não contentes ainda com isso, "tentaram abater e aniquilar a nobreza do país, para **só eles** (7) gozarem das honras e isenções adquiridas com o sangue pernambucano" (8).

Recorro à pintura feita por Fernandes Gama (9) da ação nefasta desses novos invasores de Pernambuco, tão vorazes como os da Holanda e mais perigosos por se infiltrarem com avenças de paz. Ninguém viu melhor nem melhor reproduziu o quadro judaico da mascatearia, conjurada para empobrecer a nobreza rural pernambucana, "fosse por que meios fossem". Todo o comércio **residia** "em poder desses forasteiros ou mascates (10), que supriam os senhores de engenho, adiantando-lhes dinheiro ou vendendo-lhes a prazo mercadorias. Eram, além disso, os intermediários, os comissários de todas as vendas de açúcar. "No

---

(6) Fernandes Gama, op. cit. tomo IV, pág. 57.

(7) "A sós e sem partilha", disse Azevedo Marques que os emboabas queriam as minas dos paulistas"; "só eles", os mascates, queriam gozar fortuna e honras dos **pernambucanos**. É bom comparar...

(8) Fernandes Gama op. cit. tomo IV, pág. 58.

(9) Idem, idem, págs. 57-58.

(10) Forasteiros ou mascates, além de emboabas, em Minas. É bom comparar... Os dicionários definem **mascate** como **vendedor ambulante**. É o que hoje chamamos **vendedor a prestação**, ofício inteiramente judaico.

fim das safras, cada senhor de engenho devia uma soma considerável ao mascate que o tinha suprido, e então este inflexível credor instantaneamente o apertava, dando-lhe a escolher, ou pagar-lhe no ano seguinte o **duplo** do que devia, ou entregar-lhe o açúcar a 400 réis cada arroba, açúcar este que ele remetia aos seus correspondentes na Europa, à razão de 1$400. Qualquer destes dois negócios arruinaria infalivelmente o miserável agricultor; mas, tendo os mascates monopolizado a compra dos açúcares, outro remédio não tinham os tristes pernambucanos que se sujeitarem à vontade do opressor **europeu!**" Substitua-se esta última palavra **europeu** pelo termo verdadeiramente justo diante dessa caraterizada usura, o termo **judeu**, e se verificará que vai como uma luva.

Esses tubarões dos negócios do açúcar, "que só do comércio cuidavam", reza o documento, resolveram intrometer-se nos negócios públicos. Assaltada a riqueza particular, queriam assaltar a riqueza pública. Essa é a eterna marcha do judaísmo em todas as épocas e em toda a parte. Vede a reprodução exatíssima do que aí está em um autor sério e fundamentado como Heman: "A riqueza móvel da Península Hispânica residia toda nas suas mãos; os bens de raiz pouco a pouco passaram para as mesmas mãos pela usura e compra das propriedades da nobreza endividada. Desde o lugar de secretário de Estado e de ministro das Finanças, todas as funções que se relacionavam com impostos ou negócios de dinheiro estavam na posse dos judeus" (11). Aconteceu, assim, na Espanha medieval; assim aconteceu em Portugal desde os primórdios do reino, depõe Mário Sáa; precisamente a mesma coisa teria de acontecer em Pernambuco nos anos que já anunciavam o advento de Pombal, o grande amigo dos pedreiros-livres e dos judeus. O empobrecimento dos nobres pernambucanos, senhores de engenho, era de tal modo visível, motivado pela usura judaica, que os próprios mascates lhes puseram uma alcunha depreciativa e simbolizadora de sua triste decadência: **pés-rapados** (12).

---

(11) "Die Historiche Weltstellung der Iudem", 1882, págs. 24 e segs.

(12) Varnhagen, "História Geral do Brasil", 3ª ed. integral, Cia. Melhoramentos de S. Paulo, tomo III, pág. 400.

O governador da capitania de Pernambuco, Sebastião de Castro Caldas, "homem despótico, imoral e sem religião", privava com os capitalistas e onzeneiros judeus, que o cumulavam de presentes e lhe davam gordas propinas nas arrematações dos contratos reais, os quais eram principalmente os de fornecimentos e cobrança de dízimos, cizas e outros impostos. Desde o tempo dos romanos que os israelitas se haviam especializado nesses negócios, com os quais escorchavam as populações e construíam fortunas colossais. Em França, ao tempo da guerra dos mascates, por exemplo, o judeu Cerfber monopolizara os fornecimentos dos exércitos de Luiz XIV e uma récua de judeus sem escrúpulos se apoderara da **ferme** ou arrematação dos tributos e fintas. Tiveram fama terrível esses **fermers-genéraux!** Conta-se que em Ferney, na casa de Voltaire, uma noite, anos mais tarde, os visitantes contavam histórias de ladrões e roubalheiras. Instado para que também contasse a sua, Voltaire pronunciou somente estas palavras: "Era uma vez um arrematante de impostos..."

Para terem, sozinhos, **sem partilha** e com segurança, essas arrematações, seria preciso que se realizassem no Recife e não em Olinda, capital da capitania. Nesta vila antiga e tradicional, as famílias nobres, os cristãos-velhos, dominavam de modo incontestável. Ciosos de seus foros, os fidalgos olindenses haviam pela provisão de 8 de março de 1705 conseguido impedir que do Senado da Câmara participassem mercadores de "loja aberta" (13). No Recife, povoação mais nova, cheia de judeus, cabeça do herético e judaico domínio holandês, os cristãos-novos formavam talvez a maioria e poderiam constituir o Senado da Câmara a seu talante. Erigido o Recife em vila, a arrematação dos contratos seria logo para alí transferida e isso era o que sobretudo importava. Composto o Senado da Câmara de mascates ou de criaturas suas, e sendo mascates os arrematadores, os judeus seriam juízes e partes ao mesmo tempo em esplêndidas negociatas. Demais, aos almotacéis, nos antigos municípios, competia taxar ou tabelar, como se diz hoje, o preço dos gêneros alimentícios. Senhores da Câmara, o almotacé seria indicado pelos judeus e, magistrado obediente e seus senhores ocul-

(13) Idem, idem, pág. 393.

tos, taxaria a preço baixo os gêneros que os matutos agricultores apresentassem nas feiras e a preço alto os das vendas dos cristãos-novos (14). O plano era, em verdade, **mascatal**, como diria Videant, o panfletário da época...

"Desde a época dos holandeses, nota Varnhagen, Olinda havia decaído, à medida que levantava o Recife, crescendo muito em população" (15). Nassau dera grande prestígio e impulso à capital da Nova Holanda com as obras que ali fez e com o movimento cultural que gerou. A própria posição do povoado, que gozava de ancoradouro abrigado e seguro, o número de fortalezas que o defendiam, tudo isso contribuía para essa predominância crescente. A mudança da capital tornara-se questão de vida e morte para a mascatearia. Despejaram ouro às mancheias, mobilizaram todos os empenhos possíveis e usaram à sua vontade o governador Sebastião de Castro Caldas até conseguirem a execução do seu intento. O Recife foi erigido em vila, com direito ao pelourinho simbólico. A gente de Olinda sapateou [illegible] ...vada, e não era para menos, enquanto os judeus se tornavam "insuportáveis" e levavam a ousadia (16) ao ponto de quererem excluir todos os nobres, os **pés-rapados**, das funções da governança (17).

Naturalmente, os ânimos pernambucanos começaram a fermentar e não se faria esperar a reação nativista. Apressou-a a repartição dos termos das vilas de Recife e Olinda, demarcados no território que antes pertencera unicamente à última. O governador começou a influir para que, nessa divisão, Olinda fosse grandemente prejudicada (18). Pouco a pouco, os ódios foram se exacerbando até que se formaram dois partidos: o dos mascates, tendo à frente o governador, e o dos **pés-rapados**, a cujo lado se pusera o ouvidor José Inácio de Arouche. Então, Sebastião de Castro Caldas irritou-se e começou a **vexar os povos**

(14) Fernandes da Gama, op cit. tomo IV, pág. 60.

(15) Varnhagen op. cit. tomo III pág. 393.

(16) A **isolentia jodoeorum** a que se referia o bispo Agobard em plena Idade-Média...

(17) Fernandes Gama, op. cit. tomo IV, pág. 59.

(18) Felipe Lopes Neto. "Guerra Civil ou Sedições de pernambuco" **in** "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil". Imp. Nac. Rio, 1894, tomo XVI, pág. 8.

para favorecer aos forasteiros. Mandou agarrar por qualquer pretexto e meter na cadeia homens das mais nobres famílias de Pernambuco: Barbalhos e Cavalcantis. Outros nobres fugiram para evitar os desacatos.

Foi quando o braço da vingança se estendeu da sombra e o governador se viu ferido a tiro, de surpresa, na rua da Água-Verde, sem que fosse possível identificar os autores do atentado (19). Mas as suspeitas começaram a valer como provas e as grades das prisões se fecharam sobre homens conceituados e dignos como o capitão-mor Lourenço Cavalcanti Uchôa e o capitão André Dias de Figueredo. Aproveitando a raiva e o medo do governador, a audácia dos mascates levou-os a acusar o próprio ouvidor, que correu a refugiar-se na Paraíba.

Sebastião de Castro Caldas e os judeus mascatais tinham, contudo, íntimo pavor de um motim popular que vingasse tantas violências e afrontas. Resolveram desarmar o povo, como hoje se fecham as organizações patrióticas e as ligas fascistas antes de dar certos golpes. Reconhece Fernandes Gama que tirar as armas daquele brioso povo nordestino equivalia a "entregá-lo ao domínio estrangeiro" (20).

Cansados de insolências e insultos, os pernambucanos sublevaram-se à 5 de novembro de 1710. O capitão-mor Pedro Ribeiro não se quis sujeitar a prisão que lhe era imposta pelo parcial governador e aprisionou o capitão João da Mota, encarregado de prendê-lo (21). Cerca de dois mil homens bateram a infantaria de linha do governo e a fizeram recuar para o Recife. Os terços de Auxiliares e Ordenanças, milícia territorial do país, na sua maioria fraternizaram com os seus patrícios em armas (22). Os defensores dos mascates foram impotentes para deter o avanço dos rebeldes, que tomaram a vila. Sebastião de Castro Caldas fugiu por mar para a Bahia, levan-

---

(19) Idem, idem, pág. 9.

(20) Op. cit. tomo IV, pág. 64. Ao **domínio estrangeiro!** Não é o domínio da metrópole, natural no tempo da colônia. É outra coisa. O conceituado historiador sentiu o mesmo perigo que sentimos hoje sob a ameaça do comunismo judaico.

(21) Varnhagen, op. cit. tomo III, pág. 396.

(22) Idem, idem, idem.

do em sua companhia os principais cabeças dos forasteiros, entre os quais talvez o pior deles, que pelo nome se não perca, Simão Ribeiro Ribas. De posse do Recife, com a nobreza comum aos cristãos-velhos, os pernambucanos não praticaram a menor violência contra seus adversários, limitando-se a arrancar as insígnias de cargos e postos aos judeus que as ostentavam com alarde e empáfia (23). O sargento-mor Bernardo Vieira de Melo propôs que Pernambuco se declarasse em república, "semelhante à de Veneza"; mas a idéia não foi aceita (24).

Entre os documentos de Sebastião de Castro Caldas, encontrados em uma secretaria, havia uma carta-régia provendo sobre a vacância do governo. Vinha nomeado nela em primeiro lugar o mestre-de-campo João de Freitas Cunha, já falecido, e, em segundo, o bispo D. Manuel Álvares da Costa. Para demonstrar categoricamente que não estava em rebeldia contra o poder real e sim contra o bando de mascates, o kahal judaico, conluiado com o injusto e cruel governador, a gente de Pernambuco deu posse ao bispo no dia 18 de novembro. D. Manuel restabeleceu a ordem e publicou um perdão, em nome de El Rei, indultando todos quantos tinham participado da justa rebelião (25).

Os mascates judeus não se deram por vencidos. Eles não largariam sem mais aquela cobiçada presa. Conservaram a desforra, prevenindo-se **cuidadosamente!** Dos que foram para a Bahia, com seu testa-de-ferro um governador, Joaquim de Almeida, seguiu para Paraíba, em missão especial, os outros ficaram maquinando planos. Urdiram uma conspiração nitidamente judaica pelo que narra Fernandes Gama: "Apenas chegaram aos seus destinos, estes conspiradores começaram **sob o título de especulação mercantil,** a comprar a todo preço mantimentos, principalmente farinha, servindo-se nestas compras de seus agentes no interior; e posto que os comprassem por maior quantia, nem com tudo perdiam, porque as fazendas que davam em troco eram também vendidas por preço elevado; assim se foram

---

(23) Fernandes Gama, op. cit. pág. 68.

(24) Rio Branco, "Efemérides Brasileira" Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1918, pág. 526.

(25) Felipe Lopes Neto, op. cit. pág. 14.

preparando os conspiradores, enquanto os pernambucanos **descansados em suas consciências** se entregavam às suas privadas ocupações" (26). O plano até parece decalcado dos famosos "PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DE SIÃO"...

Caso típico de açambarcamento judaico para perturbar a normalidade da vida e irritar o povo, a fim de provocar desordens e levá-lo onde se quer. Na opinião de Mario Sáa, "foram sempre os cristãos-novos os **únicos açambarcadores** de funções e coisas, que têm havido em Portugal" (27). Segundo João Lúcio de Azevedo, as matanças ou **pogroms** de judeus em Lisboa, foram precedidas de "enormes carestias da vida" que os açambarcamentos causavam e que faziam o povo estourar de raiva. O atravessamento de gêneros de primeira necessidade por parte de tal gente, para criar dificuldades, fomentar revoltas e empobrecer os inimigos, está documentado por historiadores dignos de respeito (28) e por si só é suficiente para denunciar o espírito judaico dos mascates.

Com vagarosa tenacidade, levaram seis meses açambarcando os víveres, despendendo com esse fito o dinheiro "com mão larga" e passando os gêneros escondidos dentro de caixas de açúcar, a fim de evitar qualquer suspeita. Mostraram-se, dessa maneira, premeditados, fementidos e cautelosos. Compraram, também, infamemente todos quantos se curvaram ao ouro judaico, traindo a causa sagrada dos seus irmãos: o capitão João da Mota por 6 mil cruzados; o negro Domingos Ribeiro Carneiro, mestre-de-campo do terço de Henriques (29), por 400 mil réis; o Governador dos índios, D. Sebastião Pinheiro Camarão, descendente do herói da guerra holandesa (30), por 3 mil cruzados; o capitão-mor do Cabo, pelo perdão do que devia aos usurários; Atanásio Gomes e mais alguns fuões de Goiana, por 14 mil cruzados; o capitão-mor da Paraíba, João da Maia (31) da Gama, que usava este último nome sem direito à ele, como soíam fazer os cristãos-novos, tanto que o historiador Fernandes Gama repele qualquer parentesco com o vilão, por alguns milhares de cruzados (32).

A reconquista de Pernambuco pelos mascates estava preparada para quando rompesse a frota que anualmente vinha de Portugal. Os infames forasteiros temiam a valentia pernambucana e queriam todas as seguranças. A fim de preparar os ânimos para o que ia acontecer, de acordo com a velha técnica dos golpes judaicos, já aplicados com êxito pelos emboabas com a atoarda da pretensa matança de seus comparsas, espalharam o boato de pretenderem os brasileiros impedir a tomada de posse do novo governador esperando na frota, caso não trouxesse confirmação real do indulto concedido pelo bispo. Para isso, - diziam que se apoderariam de quartéis e fortalezas, entregando a capitania aos corsários do rei da França, com quem Portugal se achava em guerra (33). O fim disto era causar indignação à tropa e às pessoas fiéis à coroa.

Como a frota tardava aparecer e temessem que fosse descoberta a conjura, decidiram dar o golpe de surpresa assegurando-se pela traição do bispo-governador. Seus cúmplices convidaram-no para uma visita ao forte do Mar, onde seria aprisionado; mas, como as ondas se encapelassem no dia marcado, D. Manuel desistiu do embarque, es-

---

(26) Op. cit. tomo IV, pág. 69.

(27) Idem pág. 76. "Embora encareças o pão e uma medida de trigo custe uma moeda, tudo é boa condição para a revolução", Henri Barbusse **(judeu)**, "jesus", **in fine**, 58-59.

(28) Felipe Lopes Neto, op. cit. pág. 15.

(29) Nas nossas antigas milícias territoriais, até 1831, se guardou religiosamente a brilhante tradição dos soldados pretos de Henrique Dias, nos terços e regimentos de Henriques. Houve Henrique e, depois, Caçadores-Henriques em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Cf. Gustavo Barroso e J. Wasth Rodrigues, "Uniformes do Exército", ed. of. Ferroud, Paris, 1922.

(30) D. Sebastião era filho de D. Diogo Pinheiro Camarão, primo e sucessor do grande Camarão. Cf. Rodolfo Garcia, nota 19 a pág. 398 do tomo III da 3ª ed. da "História Geral do Brasil" de Varnhagen.

(31) Maia é nome comuníssimo entre os judeus portugueses. Foi ele que deu, na dispersão dos sefardim pela Europa, os Mayer e os Meyer.

(32) Fernandes Gama, op. cit. tomo IV, pág. 70; Felipe Lopes Neto, op. cit. pág. 16.

(33) Fernandes Gama, op. loc. cit. O mesmo disseram os **vianenses** de Bequimão.

capando por felicidade à cilada.

Urgia, porém, uma resolução e, a 18 de junho do ano de 1711, os conjurados saíram pelas ruas, à frente de soldados amotinados, gritando cinicamente: - **Viva El Rei D. João V! Morram os traidores!** com o fito de fazer crer à população que os pernambucanos queriam atraiçoar o governo (34). O bispo e o ouvidor Arouche tentaram apaziguá-los, prendendo até o sargento-mor do terço dos Palmares, Bernardo Vieira de Melo, homem prestigioso, não só para salvá-lo de suas garras como para "tirar qualquer pretexto" de sublevação. Mas os chefes militares vendidos guarneceram logo os fortes com oficiais e soldados europeus, suspenderam o bispo das funções do governo, custodiando-o em companhia do ouvidor, e nomearam "um governo intruso e monstruoso", verdadeiro soviete, composto do negro mestre-de-campo e do capitão Mota, que se pôs a expedir ordens. Depois, forçaram o bispo prisioneiro a assinar cartas, que enviavam para o interior, dizendo que tudo se estava passando com sua anuência, de modo a evitar o revide da gente da terra (35). Afinal, proclamaram novamente governador a Sebastião de Castro Caldas, ainda na Bahia, e declararam o Recife cidade. A artilharia abocada para as ruas impedia qualquer reação. Esse "pronunciamento" custou aos judeus 70 mil cruzados (36).

Todavia, a 21 de junho, o bispo conseguiu fugir num escaler para Olinda, avisando a gente dos engenhos e do sertão do que em verdade ocorria. Os capitães-mores mobilizaram seus terços de Auxiliares e Ordenanças marchando contra o Recife a vingar o agravo. O bispo organizou os comandos militares e sitiou a cidade judaica. O Senado da Câmara de Olinda intimou os mascates à rendição. Repetia-se, embora em menor escala, a luta travada contra o domínio judaico-flamengo.

A guerra desenrolou-se no meio de traições, reveses e vitórias. Camarão sublevou os índios e João da Maia levantou os paraibanos em favor dos que lhes pagavam.

(34) Idem, idem, pág. 71.

(35) Idem, idem, págs. 72-73.

(36) Varnhagen, "História Geral do Brasil", tomo IV, pág. 123.

"Confusa e revolta andava toda a terra; os homems inquietos e arruinados". A "falsa fé" dos mascates espalhava desconfianças por toda a parte, mesmo dentro dos seus muros, onde estalaram motins de soldados. As sortidas dos sitiados e as ameaças dos índios e do lado à Paraíba obrigaram à convocação do clero e dos proprietários de fazendas e engenhos, que se apresentaram com seus escravos e acostados em armas. Após a derrota do Cabo, Camarão foi aprisionado em um combate, entre Garapu e São José. Mais tarde, logrou fugir. Felizmente, o governador-geral do Brasil, D. Lourenço de Almada, prendeu na Bahia, Sebastião de Castro Caldas, quando se preparava para vir a Pernambuco, remetendo-o para Lisboa. Essa GUERRA JUDAICA, como todas as que se tinham travado no nosso país, menos a expulsão dos franceses e a destruição de Palmares, resultara, conforme diz o autor de uma carta anônima ou panfleto, escrito contra os mascates do Recife, em 1711, da "cavilação mais odiosa que pode inventar a maldade humana!". Será preciso mais alguma coisa para caracterizá-la?

Enfim, um dia avistaram-se em alto mar as treze velas da frota de Portugal! Trazia novo governador, Félix José Machado de Mendonça Eça e Castro de Vasconcelos. Era uma esperança de justiça e paz! Por uma jangada, recebeu fora da barra, longa missiva do bispo, expondo tudo que acontecera e estava acontecendo. Também recebeu a visita de João da Mota, enviado dos forasteiros. Fingindo-se cioso do prestígio da autoridade, mas querendo, realmente, tomar as rédeas do poder sem oposição dos pernambucanos em armas, mandou que as fortalezas fossem entregues ao bispo, de quem desejava receber regularmente o governo. Os mascates submeteram-se. Então desembarcou e foi empossado do cargo na Sé de Olinda. Mandou recolher a artilharia e desmanchar as trincheiras: porém não impos o menor castigo aos provocadores judaicos da luta, nem mesmo quando tentaram novo tumulto em novembro.

No dia 18 desse mês, foi erigido o pelourinho, símbolo municipal de Recife, com grandes festas e regozijos por parte dos mascates. Os chefes militares vendidos aos seus cruzados, como Camarão e outros, voltaram sem ser incomodados e viram-se recebidos sob ovações e flores. O novo governador, apesar de seus nomes ilustres e nu-

merosos, não soube resistir ao ouro israelita, **familiarizou-se** logo com os mercadores, concedeu-lhes privança em sua casa e aquele que mais lhe pagava o tinha do seu lado (37). Vieram com ele, outros dois flagelos para os "tristes pernambucanos": o ouvidor João Marques Bacalhau, nome de cristão-novo, e o juiz de fora Paulo Carvalho, também, os quais puseram "a justiça em almoeda", declarando-se "inteiramente pelos mascates".

Estes peitaram mais em seu favor grandes trunfos e empenhos em Lisboa, tal qual os emboabas, por mediação de um êmulo do apóstata frei Francisco de Menezes, frei Jacomé, franciscano intrigante, que satisfazia aos judeus pelo que com ele despendiam "para à larga viver escandalosamente fora do seu convento" (38).

Sob a égide dos **três flagelos** - governador, ouvidor e juiz, fez-se uma devassa, que concluiu como era de se esperar que concluísse, declarando ter sido JUSTO o procedimento dos mascates, o qual merecia prêmio e não castigo! Os patriotas começaram a ser vilmente perseguidos. André Dias de Figueiredo, Bernardo Vieira de Melo e outros mais foram humilhados e presos. Alguns fugiram, amedrontados daquela justiça parcialíssima. A intrigalhada judaica cindiu Pernambuco em "parcialidades rivais". À solta, campearam abusos, traições, delações e crimes.

Reinou o terror judaico. A própria frota retornou ao reino, levando abundante documentação forjada contra os pernambucanos; mas, por castigo divino, naufragou nas costas de Galiza e os espanhóis despojaram de tudo os mascates judeus que nela iam intrigar em Lisboa!

A "confusão geral" provocada por esses sucessos durou até 1714. Encadearam-se ininterruptamente devassas e prisões. O bispo foi afastado para os sertões do São Francisco. Houve muitas deportações, inclusive para Angola. Bernardo Vieira de Melo, levado a ferros, em 1713, para Lisboa, lá morreu nos calabouços da torre de São João (39). Os pernambucanos, vencedores leais pelas ar-

(37) Fernandes Gama, op. cit. tomo IV, pág. 177.

(38) Idem, idem, pág. 179.

(39) Varnhagen, ed. integral, tomo IV, pág. 405: Borges dos Reis "História do Brasil", Bahia, 1915, págs. 155-156.

mas, foram vencidos deslealmente pela insídia judaica e pela corrupção do ouro de Israel. Os hebreus, que haviam explorado o empório do açúcar e o tráfico negreiro, que tinham entregue traiçoeiramente a terra pernambucana aos piratas flamengos, iam desfrutar ainda suas riquezas, como almejavam, "a sós e sem partilha". Como temos visto e continuaremos a ver, essa desapropriação, segundo observa João Lúcio de Azevedo (40), não se realiza de um momento para outro e sem encarniçada luta. Começa pelas restrições legais, pelas coligações ocultas, pela força do poder monetário e vão "em derradeira instância à violência contra pessoas e propriedades". Verificamos todas essas fases na guerra judaica dos mascates.

Por causa dela, mau grado a heróica restauração do século XVII, feita com lágrimas e sangue, Pernambuco, coberto de glórias recaía outra vez, no século XVIII, nas garras do kahal! O povo ia gemer no ecúleo das extorsões. Ficava muito pior do que na época mais despótica do domínio holandês (41). El Rei ordenou pelo Conselho Ultramarino nova devassa pelos fatos posteriores ao motim contra o governador e seus comparsas mascates, pois para esse confirmara já a anistia dada pelo bispo. As súplicas das vítimas haviam penetrado na corte, apesar das "intrigas dos mascates", cujo corifeu em Lisboa era o cristão-novo desembargador Cristovam Reimão (42).

A Câmara de Olinda festejou naturalmente com estrondo a resolução de El Rei. A judiaria mascatal aproveitou-se disto para, adulterando os fatos de acordo com as normas da Sinagoga, dizer que era uma afronta aos moradores do Recife (43)! A afronta dos **vadios** e **pés-rapados** senhores de engenho aos **esforçados, honrados** e **ativos** comerciantes da praça...

(40) "História dos cristãos-novos portugueses", pág. 33.

(41) Varnhagen, op. cit., ed. primitiva, tomo II, pág. 181.

(42) Borges dos Reis, op. cit. pág. 155.

(43) Varnhagen op. cit. ed. primitiva, tomo II, pág. 132.

CAPÍTULO IX

O ninho do contrabando

O meridiano de Tordesilhas foi recuado para o Oeste graças à audácia sem par dos bandeirantes. Como tocava na Laguna, naturalmente no extremo meridional do território brasileiro se travaria uma luta tenaz que durou séculos e permitiu a flutuação das fronteiras até que as circunstâncias históricas trouxeram sua fixação definitiva.

A oeste do meridiano se extendia a enormidade dos sertões que iam esbarrar na muralha dos Andes, onde ficava o vice-reinado espanhol do Peru, estourando de prata (1). Ao sul da Laguna se alongava o pampa com seus gados alçados, aberto ao corso dos predadores de rebanhos, cuja cobiça era despertada pela aventura pastoril e que logo se transformavam em criadores. O predador de gado fixava-se ao solo como estancieiro (2).

A rota do poente fora procurada antes da do meio-dia. Desde 1550 se falava, nos incipientes núcleos de população do Brasil, nos famosos **peruleiros** ou homens **que faziam** o Peru. Eram, em grande maioria, judeus aventureiros que iam buscar a prata das minas do Potosí, a qual, fundida e lavrada na metrópole e devidamente contrastada, passava a chamar-se prata do Porto. A quantidade de prata contrabandeada nessas viagens clandestinas foi colossal. Em 1622, só Antônio Castanho Taques trouxe 40 arrobas, isto é, 600 quilos (3)! Até as moedas espanholas eram trazidas por essa gente e corriam, recunhadas, no Brasil, dando um lucro formidável pela diferença de valor. Deviam ser muito grandes os ganhos para os cristãos-novos se arriscarem a freqüentar o vice-reinado, porque a Inquisição de Lima era por demais rigorosa para a judiaria de origem portuguesa (4), que penetrava à cata de metais preciosos até no México (5), desafiando os familiares do Santo Ofício, as delações e a fogueira, com aquela perseverança passiva, "teimosia de mosca do judeu" a que alude Mario Sáa (6). Do Peru, os judeus se espalharam pela audiência de Charcas, a província de Tucumã e o estuário do Prata, desaguadouro natural das riquezas do Potosi (7). Em 1754, já residiam em Buenos Aires de 5 a 6 mil judeus portugueses (8), dando pleno curso à sua **jeiteira** para os bons **negócios**, que "pode não revelar inteligência alguma, mas apenas a índole gananciosa" (9).

A Inquisição de Lima começou a funcionar em 1579 e já em 1581 levava ao auto da fé dois religiosos lusos judaizantes, os freires Álvaro Rodrigues e Antônio Osório. Daí por diante, o número de cristãos-novos portugueses que figuram nos mesmos autos, para abjurações **leves** ou **veementes**, para serem relaxados, açoitados ou queimados por heresia, falso testemunho, latrocínio, bigamia e até por dizerem missa sem o poderem, mostra a força da corrente peruleira encaminhada em busca da prata. Em 1595, são condenados os **judeus judaizantes** João Fernandes das Heras, Francisco Rodrigues, Jorge Nunes e Pedro Contreiras. Em 1605, Gregório Dias, Diogo Lopes de Vargas e Duarte Henrique. Narrando esses e outros fatos, o grande escritor peruano Ricardo Palma chega a exclamar: "Mala suerte tenian los portugueses con la Inquisi-

---

(1) A prata era a riqueza quase exclusiva do Peru. Cf. Carlos Correa Luna, "Ensaios da HIstória Colonial - D. Baltasar de Aranda". Buenos Aires, 1914, pág. 109; Antonio de Ulloa, "Notícias Americanas", Madrid, 1792, pág. 225.

(2) Pedro Calmon, "História da Civilização Brasileira", pág. 72.

(3) Pedro Taques, "Nobiliarquia Paulistana", ed.Taunay, pág. 245.

(4) Argeu Guimarães. "Os judeus portugueses e brasileiros na América espanhola" in "Journal de la Societé des Americanistes", XVIII, pág. 302.

(5) Op. cit. loc. cit. João Lúcio de Azevedo, "História dos cristãos-novos portugueses", pág. 439.

(6) "A invasão dos judeus", págs. 60-61.

(7) Carlos Correa Luna, op. cit. pág. 109. Em 1700, segundo Izaque Izeckson, loc. cit. havia 6 mil judeus refugiados no Prata!

(8) "A invasão dos judeus", pág. 50.

(9) Op. cit. pág. 91.

sión de Lima (10)!". Em 1625, Diogo de Andrade, João da Cunha Noronha e Manuel Nunes de Almeida. Esse tal Diogo de Andrade era o que hoje se chama um elemento perigoso; já fora agarrado e punido pela Inquisição do México por vários delitos; seu verdadeiro nome era David e dizia-se descendente de Abraão. Dessa vez, foi queimado como relapso (11).

No ano de 1639, quando ainda o Brasil continuava com Portugal ligado à Espanha, conta o cronista Pelliza y Tovar que as autoridades espanholas se apoderaram de vasta correspondência cifrada dirigida aos judeus portugueses, pela qual se descobriu que as sinagogas da América estavam em íntima ligação com as da Holanda (12). O fito era a destruição do império colonial luso-castelhano pela conquista e desagregação, sendo os agentes diretos da obra os países marítimos protestantes: Inglaterra e Holanda. Os Kahals forneceriam subsídios e fomentariam as traições e espionagens. Naturalmente, a Inquisição teve de proceder com o maior rigor contra a judiaria portuguesa que se irradiava pela América Espanhola, seguindo o caminho dos peruleiros, contrabandistas de prata. As redes inquisitoriais colheram nessa grande conspiração de caráter internacional avultado número de cristãos-novos e judeus lusos: João Rodrigues da Silva, Diogo Lopes da Fonseca, João Azevedo, Luiz de Lima, Rodrigo Vaz Pereira, Sebastião Duarte, Tomás Quaresma, Domingos Montesid, Simão Osório, Francisco Vasques, Luiz Valência, Pedro Farias, Rodrigo de Ávila "o Moço", Manuel Gonçalves, Antonio Cordeiro, Antonio Balseira da Costa, Amaro Diniz, Bartolomeu Leão, Henrique Nunes de Espinhosa, Henrique Lourenço, Francisco Mendes, Francisco Luiz Árias, Francisco Montesinos, Francisco Fernandes, Fernando Espinhosa, Fernando Esteves, Jerônimo Azevedo, Gaspar Fernandes Coutinho, Jorge Silva, Gaspar Nunes Duarte, Luiz Veiga, Manuel da Rosa, Manuel Álvares, Melquíades dos Reis, Manuel Matos, Mateus Henriques, Pascoal Dias, Mateus da

(10) Ricardo palma, "Anales de la Inquisición de Lima", 3ª ed. Madrid, 1897, pág. 24.

(11) Op. cit. págs. 113-114.

(12) Cf. D. Fernando de Montesinos, "el castigo de los portugueses"; Ricardo Palma, op. cit. págs. 34 e segs.

Cruz(!), Pascoal Nunes, Paulo Rodrigues e Tomás de Lima. A enumeração destes quarenta réus é fastidiosa, mas serve para mostrar, além da importância da trama sinagogal descoberta nas cartas em chave, que a legislação manuelina, permitindo aos conversos o uso de nomes dos cristãos-velhos lusitanos, fez com que a rafaméia judaica se embiocasse neles afim de passar desapercebida.

Além desses quarenta, figuravam ainda um tal João da Costa, judeu que, diz o processo, já nascera no Brasil; o cirurgião Francisco Maldonado da Silva, filho de judeus-portugueses, nascido em Tucumã, que Ricardo Palma classifica "o maior judeu que já houve no Peru (13)"; "e o chefe de todos, chamado o **Capitão Grande**, verdadeiro oráculo da religião hebréia", Manuel Batista Peres, velho negocista e contrabandista, possuidor de várias minas de prata, cuja fortuna era calculada em meio milhão de pesos, que morava em Lima no famoso paço até hoje conhecido pelo nome de Casa de Pilatos, e que podia, com justiça, ser chamado o Rei dos Peruleiros.

Perseguidos pela Inquisição limenha, os judeus-portugueses desceram para o Rio da Prata e daí seu afluxo a Tucumã, centro da vida interior daquela região, e a Buenos Aires, núcleo da vida exterior. Vimos qual foi sua invasão pelo avultado número deles que, já no meado do século XVIII, existia nessa última cidade. Na linguagem colonial platina se conservou a memória dos castelhanos de velho tronco racial, descendentes dos conquistadores germânicos da Península, chamando-os **godos**, em contraposição aos **crioulos**, que eram os nascidos na terra, e aos **marranos**, que eram quem nós sabemos(14).Nessa designação poreja a diferenciação étnica do ariano e do judeu, que o hitlerismo agora põe em foco. O problema é muito mais

(13) Op. cit. pág. 39.

(14) Pe. Luiz Gonçalves dos Santos, "Memória do Reino do Brasil" Imprensa Régia, Lisboa, 1825, tomo I, pag. XXXV, **in** nota: "Espanhóis, franceses e ingleses tratam os filhos dos europeus, porém, nascidos na América, de crioulos; somente os portugueses é que souberam aplicar devidamente o nome de crioulo, que em Latim se diz **verna**; isto é, escravo nascido na casa de seu senhor ou nela criado de pequeno".

velho e mais profundo do que pensam os ignorantes e os mal-avisados.

Os bandeirantes paulistas também haviam continuado a buscar o Oeste em novas e audazes entradas pelos sertões ignotos, mesmo depois da traição dos judeus-emboabas. Lançaram-se ainda para o Norte, fundando as primeiras fazendas de gado do Piauí e os primeiros estabelecimentos agrícolas do Maranhão. Na segunda década do século XVIII, Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, achou as minas de ouro de Goiás e Pascoal Moreira Cabral, as de Cuiabá, cujas riquezas, "arruinando o Estado, iam pejar os cofres **estrangeiros**" (15). Depois do Oeste e do Norte, desceram para o Sul, onde, no fundo dos vastíssimos pampas verdes, as reduções jesuíticas erguiam faustosas igrejas e colégios de pedra. Para lá chegar, era necessário transpor os campos de Vacaria, onde vagueavam índios cavaleiros preando gados bravios. Era o **caminho dos conventos** de que fala Cristovam Pereira, por onde já se arriscara o paulista Manuel Mendes, em trato com os indígenas e os castelhanos.

Os jesuítas procuravam ganhar terras, estendendo-se para o Norte, pelo interior; os paulistas pelo Sul, avançando ao seu encontro e também tomando o caminho do litoral. O núcleo da Laguna, fundação dos Brito Peixoto, era um foco de irradiação bandeirante; a feira de gado de Sorocaba, outro. O choque entre bandeirantes e padres repercutiria, depois, nas órbitas oficiais, traria guerras e viria até nossos dias com o litígio das Missões, em um dos pontos nevrálgicos da política do continente. Os dois avanços determinaram uma série enorme de acontecimentos históricos. No meio dos quais os judeus refugiados do Peru viriam meter-se com o único fito de ganhar dinheiro.

Segundo as "notícias utilíssimas à coroa de Portugal e suas conquistas", todo o território compreendido entre o Rio Grande e o Paraguai chamava-se, nas últimas décadas do século XVII, "país dos paulistas" (16). Eles

---

(15) General Abreu de Lima, "História do Brasil", pág. 155.

(16) "Anais da Biblioteca Nacional", doc. nº 1.981.

haviam penetrado nele desde 1614 (17). De 1620 a 1640, as bandeiras ferozes rodopiaram pelas regiões do Guaíra, de Xerez e de Vila Rica, dentro do próprio Paraguai, arruinando 22 missões guaranis (18)! No subconsciente dos conquistadores piratininganos, palpitava o sentido da necessidade de pôr uma barreira natural de permeio às possessões das coroas rivais: grande serra ou grande rio. Daí o anseio de atingir a cordilheira do Maracaju e o Apa, por dentro, o estuário do Prata, por fora. A posse do Rio Grande, reconhece um jovem sociólogo de talento, é uma questão de vida ou morte para a conquista lusa(19)". Essa necessidade dita o pedido da Câmara da Laguna para a vinda de casais açorianos, a fim de ser povoado o território. Vieram 160, agricultores e católicos, gente sedentária, trabalhadora e profílica que vai permitir a existência de uma base povoada na constante flutuação das fronteiras, a qual acaba sendo a linha do Rio Pardo, eixo de sustentamento da possessão do Rio Grande. Ainda a mesma necessidade leva os portugueses à fundação de um estabelecimento à margem esquerda do Prata, um tanto esquecida dos espanhóis, a fim de garantir futuramente sua posse.

Esse marco avançado para o extremo sul será a Colônia do Sacramento, destinada ao controle da embocadura do Prata e a concorrer com Buenos Aires, fundada por Garay na margem fronteira (20). A importância daquela foz era muito grande. Servia de entrada para todo o comércio das possessões espanholas meridionais e centrais, e de escoadoro para os seus produtos. Ali se poderia erguer um magnífico empório, no futuro. Se a coroa portuguesa houvesse cuidado de povoar com certa rapidez as terras compreendidas entre a linha riograndense e a margem orien

---

(17) Escragnolle Taunay, "Na era das bandeiras", pág. 91.

(18) Alfred de Brossard, "Considérations sur les Républiques de la Plata", Guillaumin, Paris, 1850, pág. 34.

(19) Jorge Salis Goulart, "A formação do Rio Grande do Sul", Livraria do Globo, Porto Alegre, 2ª ed., 1935, pág. 161.

(20) Alfred de Brossard, op. cit. págs. 34-35.

tal platina, o Brasil hoje se debruçaria sobre as águas turvas do grande rio. "Fundada a Colônia do Sacramento em 1680, nota-se uma faina desusada no sentido de se a-brirem caminhos terrestres do Norte para o Sul. Entretanto, estabelecido o presídio do Rio Grande, em 1737, o caminho marítimo toma uma predominância enorme sobre o terrestre (21)". Foi isso, sem dúvida, o que mais contribuiu para que, com o tempo, perdêssemos toda a região em que o elemento povoador luso-brasileiro não penetrara com força. Todavia, não é possível deixar de compartilhar a insuspeita opinião de Bermejo, de que Portugal "foi sempre uma sentinela vigilante, que esperou sua hora com paciência e cautela" (22).

Em 1676, o Papa Inocêncio XI criou o bispado do Rio de Janeiro e lhe deu jurisdição até o Prata(23). Dois anos depois, em 1678, o governador do Rio de Janeiro, D. Manuel Lobo, recebia instruções de El Rei para fundar um estabelecimento no estuário platino. Passaram-se mais dois anos e, em janeiro de 1680, eram lançados os alicerces do ousado baluarte que "deu origem a tantas guerras, a tantos cuidados, a tantas intrigas, a tantas negociações feitas e desfeitas, e a tantos gastos", como diz Varnhagen. Fora destinado a "palestra das armas", declara um cronista coberto de razões(24).

A fundação da Colônia despertou os zelos do governador de Buenos Aires, D. José de Garro, que pediu reforços ao Vice-Rei do Peru e mandou sitiá-la por D. Antônio de Vera Mujica, o qual a atacou depois de renhida luta (25). A metrópole, porém, não quis assumir a responsabilidade do feito e mandou restituir a praça aos portugueses em 1683. Nesse ínterim, D. Manuel Lobo morrera prisioneiro em Buenos Aires. Um dos seus principais companheiros, Jorge Soares de Macedo, fora levado para Lima, onde ainda se achava em 1628 (26). Vê-se que as relações entre o Prata e o Peru eram seguidas. De lá vinham as ordens e auxílios para a guerra; para lá se mandavam os prisioneiros de marca.

Foi este o prólogo de uma grande tragédia política, nascida desse pomo de discórdia plantado no limite que a natureza como que traçara para o Brasil. Durante o drama secular, veremos como foi infatigável a obstinação portuguesa em conservar a conquista. Aliás, fomos já nós, os brasileiros, que a perdemos de vez.

Reconstruída e abaluartada em 1683, a Colônia prospera e começa a inquietar ao governo de Buenos Aires (27), cujo **cabildo** pedia ao rei de Espanha o castigo da ousadia portuguesa. O rei não o atendeu e, em 1701, Felipe V, querendo obter as simpatias da corte lisboeta, cedeu os direitos que porventura tivesse sobre o território e a praça da Colônia. O mestre-de-campo, D. Alonso Juan de Valdez Inclán, capitão-general das Províncias do Rio da Prata, quando a política mudou a obtenção de simpatias em guerra aberta, recebeu em 1703 ordem para acometer a fortaleza lusitana. Os judeus manobravam os países protestantes, sobretudo a Inglaterra, contra os países católicos, e a Inglaterra instigava Portugal e Espanha (28), ateando a guerra entre ambos, na Europa e nas Colônias, para ir recolhendo os despojos. Nas colônias transatlânticas que "buscavam estender-se uma a custa das outras", como era o caso do Brasil **versus** Prata, a luta se tornou mais violenta, depois que "o comércio se apoderou quase exclusivamente da política, multiplicou e engrandeceu todas as combinações (29)", isto é, todas as intrigas e conchavos. Isto equivale dizer que os interesses comerciais judaicos, porque são esses, efetivamente, os que mano-

---

(21) Jorge Salis Goulart, op. pág. 161 **in** nota.

(22) Antonio Bermejo de la rica, "La Colonia del Sacramento", Madrid, 1920.

(23) Fernando Nobre, "As fronteiras do Sul", S. Paulo, 1922.

(24) Simão Pereira de Sá, "Nova Colônia do Sacramento" Lisboa, 1737.

(25) Francisco Bauzá, "História de la dominación espanhola en el Uruguay".

(26) "Anais da Biblioteca Nacional", doc. nº 1.485.

(27) Fernando Capurro, "La Colonia del Sacramento", Montevidéo, 1928, pág. 19; Pedro Calmon, "História da Civilização Brasileira", pág 77.

(28) Fernando Nobre, op. cit. pág. 29.

(29) Visconde de São Leopoldo, "Anais da Província de São pedro", 1839.

bram a política, intervinham na luta, em torno do pomo de discórdia de Colônia. Veremos oportunamente as razões.

Não podendo resistir por falta de munições e recursos à investida inimiga, o governador da colônia, o valente Sebastião da Veiga Cabral, depois de "formidables y bravos combates (30)", viu-se obrigado a incendiar e abandonar a praça. As armas espanholas conquistaram ruínas que a diplomacia espanhola iria perder em breve prazo. O Tratado de Utrecht, em 1715, restituiu-as, de pleno direito, aos lusitanos. A 11 de novembro de 1716, de novo, sob os baluartes refeitos, tremulou ao vento a bandeira de Portugal. Outro período de prosperidade logo começou para aquela feitoria comercial e posto militar, em 1722, chegando sua gente a querer apoderar-se do sítio de Montevidéu, no ano de 1724.

Em derredor da cidadela, desenvolvia-se a futura cidade, que enriquecia pelo comércio e sobretudo pelo contrabando (31), aumentando mais sua população em "viandeiros" do que em agricultores (32). Os "viandeiros" são os mesmos mercadores, mascates, forasteiros, que vimos em ação em Minas, Bahia, Recife e Maranhão, enchendo-se de ouro "fosse como fosse". O contrabando principiara na Colônia logo que crescera a população com os judeus refugiados de Lima, vindos de Tucuman e da outra banda do Prata, em ligação constante e oculta com os milhares deles que iam infestando a nascente Buenos Aires. Ele arruinava o comércio dos estabelecimentos espanhóis, penetrando com suas mercadorias até o Chile e o Peru (33). É o que diz, explícitamente, O. Araújo: "o contrabando se fazia em grande escala com **gente pouco escrupulosa** de Buenos Aires. Enviavam para ali tabaco, açúcar, bebidas e escravos negros, recebendo em troca farinha, carne seca, pão e outros artigos de que os intrusos tinham falta. A importância desse comércio ilícito se manifestou em Buenos Aires pela diminuição das rendas públicas e pelo luxo

(30) Fernando Capurro op. cit. pág. 25.

(31) Op. cit. págs. 27-28.

(32) Ferreira da Silva, "Terceira povoação da Colônia do Sacramento", ed. de 1722.

(33) G. Keith, "A voyage to South America and the cape of good Hope". Londres, 1810.

que ostentavam **algumas famílias** que faziam praça de fortunas de origem absolutamente desconhecida" (34). Como se vê, com o **comércio ilícito**, nem ganhava a futura capital da Argentina, nem a própria Colônia do Sacramento, mas os eternos intermediários judaicos com sua **jeiteira** para os bons negócios.

Todos os historiadores estão de acordo em proclamar o contrabando da Colônia, desde os primeiros tempos até sua entrega definitiva aos espanhóis, com Oliveira Lima à frente (35). Aquilo era, em verdade, segundo um deles, "o ninho do contrabando" (36). O conde de Moncloa, Vice-Rei do Perú, julgava oficialmente "muito lesivos ao monopólio peruano" o comércio e o contrabando que ali se desenvolviam (37). O governo de Buenos Aires declarava aquele "gran canal predispuesto por la naturaleza para el comercio de contrabando". Além do contrabando, os judeus praticavam os maiores abusos no tráfico de negros, por trás dos ingleses, a quem uma cédula real de Filipe V o permitia no estuário, em virtude de uma cláusula imposta pela liberal e judaica Inglaterra no tratado de Utrecht (38). Para o mister de contrabandista, que o judeu praticava, dirigindo e estipendiando, raramente tomando parte direta por causa do perigo, eram empregados aventureiros capazes de recorrer às armas em caso extremo (39). O contrabando que ainda hoje se pratica nas fronteiras meridionais mergulha suas raízes nessa época e nas dinastias de contrabandistas fronteiriços ainda se podem achar alguns nomes de judeus que travaram conhecimento com a Inquisição de Lima...

Somente os interesses do contrabando explicam as vitórias da diplomacia portuguesa, obtendo as restituições da Colônia tomada pelas armas castelhanas. Para haver o

(34) O. Araujo, "Resumen de la Historia del Uruguay".

(35) "D. João VI no Brasil", tomo I, pág. 112. "admirável ponto de contrabando".

(36) Alfred de Brossard, op. cit. pág. 36.

(37) Fernando Nobre, op. cit. pág. 31.

(38) Eduardo Azevedo, "Manual de História Uruguaya", Montevidéo, tomo I, pág. 33.

(39) Fernando Nobre, op. cit. pág. 33.

rendoso contrabando, era necessário que fosse uma cunha portuguesa enfiada na porta de entrada das possessões espanholas. Nas mãos da Espanha, para que serviria? O comércio de Mato Grosso não existia e era o único lugar do Brasil para onde se poderia ir por aquele canal. Assim, as forças ocultas manejavam sempre de maneira a Colônia tornar ao poder de Portugal. Uma pequena reflexão sobre esse ponto permite compreender claramente as razões secretas dos fatos ocorridos na nossa corrida para o Prata.

No comércio ilícito da Colônia, que se irradiava pelo interior das audiências espanholas e era exercido pelos antigos peruleiros e seus descendentes, tangidos de Lima pela Inquisição, entrava continuamente muita prata, como já o declarava em 1694 o governador português Dom Francisco Naper de Lencastre.(40). Era também grande o comércio de couros, pelos quais se cobravam fortes dízimos (41), o que fazia a judiaria fugir por meio do contrabando ao seu pagamento; contrabando de tal modo generalizado e corruptor que, no ano de 1700, até os próprios governadores da Colônia dele participavam (42). Acontecia mais ou menos a mesma coisa no comércio de madeiras(43). Outra fonte de rendas ilícitas deviam ser as famosas **verbas secretas** destinadas a comprar amizades e inteligências entre os castelhanos (44)...

O governador espanhol D. Bruno de Zabala combatia com todas as forças o contrabando que lhe minguava as rendas da administração para a engorda de cristãos-novos. De 1724 a 1725, ele expulsou os portugueses que queriam estabelecer-se no local onde hoje está Montevidéu e fundou Maldonado, pondo, assim, um anteparo entre a Colônia e o Rio Grande, isolando-a no estuário platino de tal modo que chegou a ficar sem um palmo de terreno além dos fossos da circunvalação, o que, com o tempo, motivou sua perda definitiva. Daí em diante, não passou mais de um navio de pedra ancorado na praia platina. Expansão Lu-

---

(40) "Anais da Biblioteca Nacional", doc. nº 1.988

(41) Idem, nº 2.063.

(42) Idem, nº 2.363.

(43) Idem, nº 2.630.

(44) Idem nºs 4.494-4.495.

sa pelo interior das terras estava "burlada" (45).

Em 1735, rompidas as relações entre os dois reinos rivais da Península Ibérica, D. Alvaro de Salcedo, governador de Buenos Aires, põe cerco à Colônia durante dois anos, sem dela conseguir apoderar-se, graças à heróica resistência da guarnição. O armistício de Paris, em 1737, pôs termo às hostilidades.

A questão, porém, só foi resolvida de vez em 1750 pelo Tratado de Madrid, no reinado de Fernando VI, sucessor de Felipe V, cedendo Portugal a Colônia em troca das Missões jesuíticas do Uruguai. A ordem de Santo Inácio entrava em decadência e as sociedades secretas, de parceria com o judaísmo, lançavam contra ela todas as suas forças. Publicavam-se o **Anti-Cotton** e as **Monita Secreta**, que excediam a tudo quanto os protestantes haviam dito e escrito contra a Companhia de Jesus (46). Porém a execução do pacto suscitou tais dificuldades que teve de renunciar a ele e os pobres índios vencidos de Caybaté e os jesuítas expulsos acabaram, embora tardiamente, vencendo as combinações diplomáticas. Demais, enquanto os índios missioneiros se rebelavam contra as autoridades empenhadas em realizar o combinado, os portugueses não abandonaram a Colônia, **onde o contrabando prosseguia descaradamente**. O resultado foi que o tratado não entrou em vigor e, em 12 de fevereiro de 1761, celebrou-se novo pacto, o de Pardo, que anulou o de 1750 e fez tudo retornar ao estado anterior (47). A resistência dos padres vencera os esforços de Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, que se retirara descoroçoado para o Rio de Janeiro. Ia reacender a luta travada pela posse da margem do Prata, que começara em 1682.

Governava Portugal o pulso forte de Sebastião José de Carvalho, Marquês do Pombal, que entendera usar dos judeus na sua política dominadora, esquecendo-se dos perigos que representa a sua simples aproximação, quanto mais a intromissão desse fermento de decomposição em qualquer Estado. O padre Vieira acercara-se deles e maus

---

(45) Fernando Capurro, op. cit. pág. 27.

(46) H. Boehmer, "Les Jesuites", trad. de G. Monod, Paris, 1910, pág 265.

(47) Fernando Capurro, op. cit. pág. 31.

foram os resultados. Os jesuítas franceses associaram-se a eles e disso resultou aquele escandaloso processo Lavalette, que tão grandes danos causou à ordem, afastando dela a gente culta no momento em que Pombal em Portugal, Aranda na Espanha e Choiseul em França lhe vibravam os grandes golpes que a enfraqueceriam para sempre (48). Combate-se o judeu, não se usa do judeu; usá-lo equivale a cair-lhe nas unhas mais hoje, mais amanhã. Por isso, Portugal se aviltou sob o domínio do marquês. A judiaria portuguesa, tão ferrenha que, mal chegava a terras estranhas de maior tolerância, voltava aos ritos ancestrais e impunha a circuncisão à prole (49), inundou as companhias de comércio por eles formadas, como antes havia inundado todas as anteriores.

Em todos os capítulos desta história secreta, temos provado com documentação abundante a verdade do que afirma Houston Chamberlain: "Quando os judeus se acham em grande número em país estranho, julgam a ocasião propícia para realizar as ameaçadoras promessas dos seus profetas e se dispõem, com a melhor consciência deste mundo, a **devorar as nações** (50)". Pombal não tinha ainda recebido essa lição da experiência e, em 1773, aboliu as últimas separações e distinções entre cristãos-velhos e cristãos-novos. O judeu, triunfante em toda linha, cheio do ouro conseguido no pau-brasil, no açúcar, no tráfico, na pirataria, na mineração e no contrabando, entrava de cabeça erguida na vida pública da nação. Pombal, amigo dos pedreiros-livres, protetor dos judeus, não poderia ver os resultados da sua política. Teve todo o apoio secreto até o fim. Portugal, porém, no futuro, pagou na anarquia judaica dos últimos tempos da Monarquia e dos atribulados tempos da República às suas concessões.

---

(48) H. Boehmer op. cit. págs. 268-274.

(49) João Lúcio de Azevedo, "História dos cristãos-novos portugueses" pág. 358.

(50) Houston Chamberlain, " La Genése du XIX Me. Siécle". Payot, Paris, 1913, tomo I, pág. 346. Cedamos a palavra a uma observação atual, em 1936, do dr. J. A. Pfister, na Inglaterra: " A Inglaterra vai se tornando dia a dia o paraíso dos judeus. Chegam como mendigos perseguidos, obtém hospitalidade e logo que tomam pé passam a comportar-se como verdadeiros senhores!...

No ano da Graça de 1763, para melhor atender à defesa do Sul do Brasil, o marquês mandou transferir a capital da Bahia para o Rio de Janeiro. É que, em setembro de 1762, D. Pedro Ceballos, governador de Buenos Aires, depois de receber uma "ordem secreta" (51) para atacar os estabelecimentos portugueses, investira a Colônia do Sacramento e dela se apoderara, invadira o nosso território e ocupara a vila do Rio Grande. Era com toda a certeza sócio da judiaria portenha nessa pirataria, porque vivia de fraudes e ladroagens no cargo, sendo o contrabando sua **especialidade** (52). Saqueou o quanto pôde na invasão.

O Tratado de Paris, de 10 de fevereiro de 1763, mandou restituir novamente a praça aos lusitanos e outra vez judeus e ingleses voltam a ganhar rios de dinheiro no contrabando (53). Carlos III, rei de Espanha, entendendo ser necessário arrancar de vez aos vizinhos a margem esquerda do Prata, ordenou que o mesmo Ceballos se preparasse o melhor possível para a reconquista. Com efeito, uma expedição espanhola, formidável para o tempo e o lugar, conquistou em 1777 a nossa base da ilha de Santa Catarina e retomou a disputada fortaleza do estuário. Seus bastiões e revelins foram arrasados; os canais do porto, entupidos com os barcos cheios do entulho das demolições (54). No território rio-grandense,a guerra durara mais ou menos dez anos e só em 1776 os invasores haviam sido expulsos pelo esforço conjugado de lusos e brasileiros sob o comando do grande general João Henrique Bohm. O tratado de Santo Ildefonso entregou a plena posse da margem setentrional do Prata e da Colônia do Sacramento à Espanha. O Rio Grande, evacuado, ficou em nosso poder até o Chuí.

O Brasil-Reino conquistaria mais uma vez a Colônia, com toda a Banda Oriental. O Brasil-Império a perderia

---

(51) Carlos Correa Luna, op. cit. pág. 52.

(52) Op. cit. págs. 55 e segs.

(53) D. Antonio Alcedo, "Dicionário Geográfico-Histórico de las Índias Occidentales", 1778, art. "La Colonia del Sacramento".

(54) Pedro F. Xavier de Brito, "Memória sobre o assédio e rendição da Colônia do Santíssimo Sacramento".

para sempre numa guerra infeliz, manietado por uma política interna, depois de dez anos de domínio. Todas essas tomadas e retomadas haviam custado o esforço e o sangue dos homens de vulto ou ignorados que constituíram nossa Pátria. Israel enriqueceu-se no contrabando sem derramar uma gota de suor ou sangue...

CAPÍTULO X

A entrada em cena da maçonaria

VIMOS até agora todos os meios postos em prática pelo judaísmo no Brasil, a fim de se apoderar da riqueza e ter aquela pecúnia - nervo das guerras - a que se referia Rabelais (1). A acumulação da fortuna e o assalto às fortunas públicas e particulares foram levados a efeito pelo monopólio do pau-brasil, a especulação sobre os açúcares, o tráfico negreiro, a pirataria, a conquista, as companhias de comércio e navegação, o açambarcamento de gêneros, o estanco de produtos, a desapropriação forçada das minas, o contrato dos diamantes e o contrabando. Possuindo os meios pecuniários, a força do ouro, o judaísmo atacara o segundo setor da sua luta, o Estado. Aí já não se apresentará tão descoberto e se valerá das sociedades secretas, que organizará em compartimentos estanques e superpostos, tornando-as fontes de iniciação nas doutrinas cabalistas-talmúdicas, as quais tem o dom de transformar os cristãos em "traidores da própria Pátria e da própria fé, em proveito do judeu cabalista, cuja ambição é conquistar pela astúcia e pela traição o domínio universal (2)".

A mais importante de todas as sociedades secretas é, sem dúvida a maçonaria. Seu verdadeiro papel é estu-

---

(1) "Les nerfs des batailles sont les pécunes", François Rabelais. "Oeuvres", Garnier, Paris pág. 89.

(2) L. Dasté. "Les sociétes sécréts et les juifs", ed. da Renassance Française, Paris, 1912, pág. 63. "O fim social da maçonaria é a reconstrução do Templo de Salomão; o Templo de Salomão é a Terra Gloriosa, e os homens reunidos em uma única e só família, pela ciência, pela fraternização consciente. Extingüe, pois, os preconceitos de raças, de classes", diz o grande maçon Dario Veloso, em "O Templo Maçônico", Curitiba, 1924, pág, 223. Todo esse ideal utópico esconde simplesmente a construção do Templo Salomônico do Talmudismo do judaísmo de hoje, a construção do domínio judaico. É o mesmo

dar, investigar e dar curso às ordens recebidas, fazer adeptos, realizar a propaganda, às vezes sutil, das idéias, enfim; procurar e preparar a força de que carecem os judeus na grande massa do povo. Para isso, o envenenam com idéias de aparência liberal e filantrópica, verdadeiras utopias na maior parte dos casos, todas, sem exceção, destruidoras dos lineamentos da ordem social e geradora de ódios. Com tais ideologias, o Governo Oculto de Israel pretende dominar o mundo. Os que servem a maçonaria, ignoram que, atingido esse desideratum, eles, meros instrumentos e intermediários do judaísmo, desaparecerão na voragem (3). Assim aconteceu na Rússia bolchevista, onde a maçonaria foi terminantemente proibida logo após o triunfo judaico, somente sendo permitida a abertura de lojas recentemente, em virtude da pressão de novas necessidades políticas.

À sombra desse maravilhoso agente preparatório, a dominação judaica se estabelece e vai passando despercebida do comum dos mortais (4). O segredo maçônico disfarça, esconde e protege o Poder Oculto Internacional, o que, por meio dele, vai provocando em todos os organismos governamentais e sociais as divisões de que devem resultar todas as suas fraquezas. **Divide et imperas.**

A conspiração judaica contra o mundo inteiro é antiquíssima e permanente. Desde o cativeiro da Babilônia até o nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, durante cinco séculos, os judeus viveram numa "conspiração contínua (5)". Contra os persas, contra os egípcios, contra os sírios, contra os romanos. No seio da Igreja Católica

---

grande maçon Dario Veloso quem o confessa na op. cit. pag. 44. "Delaunay provou que os Mistérios Maçônicos eram originários do Egito e foram trazidos para Europa pelos judeus". A tolerância religiosa da maçonaria não passa de disfarce do seu materialismo positivo. O próprio Dario Veloso nos assegura que o Templo maçônico é meramente a terra (pág. 24), no qual se professa tão só o "dogma da humanidade" (pág. 39).

(3) Duque de la Victoria, "Israel Manda", Madrid, 1935, Prólogo, pag. 10. Cf. "Os Protocólos dos Sábios de Sião", caps. IV, X, XI e sobretudo XV.

(4) Duque de la Victoria. Op. cit. pág. 57.

(5) L. Daste, op. cit. pág. 7.

nascente, infiltraram as divisões e heresias (6), multiplicando-as num "labirinto diabólico". Toda a Gnose dos primeiros séculos do cristianismo proveio da cabala judaica; quase todos os grandes heresiarcas foram judeus; as sociedades secretas gnósticas se espalharam pelo Oriente e pelo Ocidente (7), sobretudo as sociedades secretas maniquéias a que a bula **Humanum Genus** de S. S. Leão XIII mui acertadamente compara à maçonaria. Catáros, patarinos, brabantinos e albigenses saem em plena Idade-Média, dessa fonte maniquéia e cobrem a França com "uma rede invisível de sociedades secretas" (8).

"Por necessidade ou natureza, os judeus sempre procuraram, utilizaram e amaram o mistério"; e, desde o tempo dos romanos, têm um governo oculto organizado (9). Diretamente para os judeus, esse é o Kahal; para os cristãos judaizantes ou judaizados, é a maçonaria, que usa o sistema dos cabalistas talmúdicos, o qual data do exílio de Babilônia (10). A cabala viveu e vive sempre no mais profundo seio dos mistérios da maçonaria, destinada à propagação dos seus ensinamentos (11). Michelet, o historiador mais anti-católico deste mundo, confessa que a doutrina maçônica nada mais é do que o **judaísmo cabalista** (12).

A história afirma íntima ligação entre a célebre Ordem dos Templários e o judaísmo. **O fim secreto** dessa ordem de cavalaria, fundada na Palestina em 1118, era "a reconstituição do templo de Salomão, em Jerusalém, de acordo com o modelo da profecia de Ezequiel"; seu exemplo os maçons guerreiros de Zorobabel; suas tradições, as "judaicas do Talmud"; sua regra, "a cabala dos gnósticos; seu ideal, "adquirir influência pela riqueza, intri

---

(6) Op. cit. págs. 9-10.

(7) Adolf Frank (judeu) "La Kabballe", Hachette Paris, 1843, págs. 341-353; Dasté, op. cit. págs. 11-12; Amelineau, "Essais sur le Gnosticisme", pag. 323.

(8) L. Dasté, op. cit. pág. 42.

(9) Jean Berger, "De I'initiation chez les juifs", pág. 30.

(10) Matter (protestante), "Histoire critique du Gnosticisme", Paris, 1843, tomo I, pág. 154.

(11) Ad. Frank, op. cit. pág. 1.

(12) "Histoire de France", tomo II, pág. 393.

gar e apoderar-se do mundo". Tinha duas doutrinas: uma oculta, **reservada aos mestres;** outra pública, a católica-romana, "enganando, desta sorte, aos adversários que pretendiam suplantar". Obedecia a esta palavra de ordem: "enriquecer para comprar o mundo (13)". Queria, assim, derrubar a autoridade do Papado e o poder da Realeza. Havia traído São Luiz nas cruzadas e preparava vasta conspiração em toda a Europa (14), quando Felipe, o Belo, e Clemente V a dissolveram de surpresa. "Os sectários de toda espécie têm, desde muito tempo, acumulado mentiras sobre mentiras, tentando inocentar a Ordem do Templo, destruída pelo Papa e pelo rei da França. Todavia, quanto mais se aprofunda a questão, mais aparece a culpabilidade dos Templários. que, **em toda a cristandade**, sofrem condenações infamantes, depois de longos e minuciosos processos, segundo as confissões pormenorizadas **idênticas todas elas nos países mais diversos** (15)".

É aos Templários, cujos ritos são os mesmos da maçonaria, que esta se liga em primeira mão (16). Outra corrente formadora da maçonaria, foi a dos ocultistas Rosa-Cruzes do século XVII, derivados **diretamente da cabala judaica** (17). No século seguinte, eles se infiltraram nas antigas corporações de pedreiros-livres, muito poderosas pelas franquias que gozavam como construtoras dos edifícios públicos e das catedrais góticas. Delas veio o

---

(13) Eliphas Lévi (autor insuspeitíssimo: ocultista apóstata e maçom). "Dogme et rituel de la Haute magie". Baillière, Paris, 1861, tomo II págs. 222 e segs. Lembre-se o que disse Dario Veloso sobre a construção do Templo de Salomão.

(14) Henri Robert Petit, "Le drame maçonnique", Nouvelles Editions Latines, Paris, 1936, págs. 35-55.

(15) L. Dasté,op. cit. pág. 54.

(16) Claude Jannet, "Les précurseurs de la Franc-Maçonnerie", Palmé, Paris, 1887, págs. 1-2; Lecanu, "Historie de Satan", Paris, 1861, pág. 413; Gyr, "La Franc-Maçonnerie dans sa véritable organisation, etc", Liege, 1854.

(17) C. Jannet, op. cit. pág. 47; L. Dasté, op. cit. págs. 58.

nome de pedreiros-livres ou franco-maçons (18). Na Inglaterra, destinada a ser, no século XVIII, a mãe da maçonaria, a infiltração dos pedreiros-livres ocorreu em 1703 (19).

A maçonaria surgiu em França no reinado de Luiz XV, em 1737, com grande aceitação por parte dos fidalgos fúteis e cortesãos. Relata um cronista coevo que mantinha "inviolável segredo" quanto às suas "assembléias ocultas e **perigosas** para o Estado (20)". Vinha importada da Inglaterra e o cardeal de Fleury, primeiro-ministro, mandou fechá-la **manu militari** (21). Imputavam-lhe, como se vê, o mesmo propósito dos Templários: destruir a Religião e o Trono, destruindo o Estado (22). Iniciava a preparação do terremoto social de 1793. Porque nenhuma revolução, confessa o maior dos técnicos revolucionários modernos, pode triunfar sem haver antes destruído os fundamentos do Estado (23).

Três lustros depois, com o Marquês de Pombal, principiava no reino lusitano a **era dos maçons**, que não passavam de **cristãos-novos**, "tanto que as duas palavras eram sinônimos e, no campo, pedreiro-livre era sinônimo de judeu (24). No Brasil, as lojas maçônicas datam dos últimos tempos do regime colonial. Precederam de um quarto de século a transladação da corte. Umas foram instaladas sob os auspícios do Grande Oriente português; algumas sob os da França; outras, independentes deles. Todas do rito

---

(18) Pe. Barbier. "Infiltrations maçonniques dans l'Eglise"; L. Desté; op. cit. pags. 61-63; C. Jannet, op. cit. pags. 22-23.

(19) Pretton, "Illustration of Masonry", Londres, 1712.

(20) Barbier, "Chronique de la Régence et du régne de Louis XV, 1718-1763", Paris, 1885, tomo III, pág. 65.

(21) Albert Lantoine, "Histoire de la Franc-Maçonnerie française", Nourry, Paris, 1935, Tomo II, pag. 4.

(22) Larudan, "Les francs-maçons ecrasés", Amsterdam, 1746, pag. 63.

(23) Albert Sorel, "L'Europe et la Révolution", tomo II, pag. 3.

(24) Mario Sáa, "A invasão dos judeus", pag. 12. Cf Mario Sáa "Portugal-cristão-novo".

adonhiramita. Fundaram-se no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco (25).

Embora não tendo à mão o documento maçônico de que extraímos estes dados, o consciencioso historiador Joaquim Felício dos Santos declara não saber, ao certo, como se introduziu a maçonaria no nosso país; mas, afirma, com razão, que, no meado do século XVIII, "já funcionava na Bahia o Grande Oriente", começando seu "trabalho lento, oculto, persistente, para a nossa independência (26). Essa independência dos países sul-americanos, na opinião de um dos homens que melhor estudaram a questão nas suas causas e efeitos, não era propriamente um **fim** para a maçonaria, porém **um meio de enfraquecer Espanha e Portugal** que eram os dois maiores inimigos do judaísmo: latinidade e catolicidade(27).

Os próprios judeus abertamente cofessam, que, "em todas as grandes revoluções do pensamento, se encontra a ação judaica, ora visível e retumbante, ora muda e latente, de modo que a **história judaica** corre paralela à **história universal** e a penetra por **mil tramas** (28)".

Até aqui, verificamos na nossa **história pública** os traços inconfundíveis dessa **história secreta**. Vamos avivá-los nas conspirações que primeiro tentaram movimentos de independência, em Minas e na Bahia, regionais e, portanto, separatistas, com o fim **visível e retumbante** da libertação dos brasileiros das garras da metrópole, mas com o fim **mudo e latente** do esfacelamento do império colonial português, o mesmo fim da conquista flamenga, e do esfacelamento do novo império que, de certo, com o tempo, se constituiria na América Latina.

Na capitania de Minas, desde a guerra dos emboabas, haviam ficado a "arder às surdas" as chamas revolucionárias. Certo nativismo orgulhoso se misturava ao regulismo dos descendentes dos cristãos-novos mascates e forasteiros que se haviam apoderado pela força e pela traição das lavras de ouro, os quais detestavam o fisco minguador de seus proventos. A cobrança dos impostos reais e as repressões do contrabando determinavam contínuas agitações. A extração do ouro aumentava sem que aumentassem os quintos de El Rei (29). O estado via-se ali pobre e fraco diante dos particulares fortes e ricos. Por isso, se estabeleceram as casas de fundição às quais deveria ser levado todo o metal precioso, o que prejudicava grandemente os magnatas da mineração. Daí o levante trágico de 1720, chefiado por Pascoal da Silva Guimarães, Manuel Musqueira da Rosa e Felipe dos Santos (30), que o Conde de Assumar reprimiu duramente com o incêndio e o cadafalso (31).

O restolho, porém, ficara a "arder às surdas". Oportunamente, a maçonaria se encarregaria de hábilmente soprar o borralho, para de novo atiçar as labaredas (32). Os exemplos de outras obras maçônicas, lá fora, contribuíram para êxito da empresa. A repercussão do grito da independência dos Estados Unidos deveria ecoar no sul do continente. Em Portugal, se sentia isso e se temiam mais os inimigos internos do que os externos, das colônias, que eram, como o reconhecia o próprio Conselho Ultramarino, "tesouros mal guardados" (33). Os moços brasileiros que estudavam na Europa, sobretudo nas universidades de Montpellier e Paris, regressavam aos lares cheios de entusiasmo pela grandeza da terra brasileira comparada com a exigüidade européia e cheios de maior entusiasmo ainda pelo exemplo norte-americano e pela figura do grande maçon Benjamin Franklin, que fora ao Velho

---

(25) Manoel Joaquim de Menezes Drummond, "Exposição Histórica da Maçonaria no Brasil" **in** "Arquivo Maçônico", ano 2º, nº 13 e segs, Recife, setembro, 1907.

(26) "Memória do distrito diamantino", pág. 253.

(27) Marius André, "La fin l'empire espagnol d'Amerique". Nouvelle Libraire Nationale, Paris, 1922, pág. 81.

(28) "Univers Israelite", 26 de julho de 1907, pág. 585.

(29) pedro Calmon, "História da Civilização Brasileira", pág. 142.

(30) Há sabor de cristão-novo no nome de Musqueira da Rosa...

(31) Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", Imp. Nacional, Rio de Janeiro, 1918, págs. 346-347.

(32) Joaquim Felicio dos Santos, op. cit. pag. 253.

(33) Antonio Rodrigues da Costa, "Consulta do Conselho Ultramarino à Sua Majestade no ano de 1732" **in** "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil", tomo VII, pág. 489.

Mundo levar o angustiado pedido de socorro dos Filhos da Viúva de sua Pátria às lojas adonhiramitas ou do rito francês, escocesas e iluminadas. Cá dentro do Brasil, afirmavam-se já alguns vislumbres de consciência nacional, embora ainda adstrita a localismos, no descontentamento dos brasileiros mais cultos vendo o seu paraíso, tão gabado **judaicamente** desde os "Diálogos das Grandezas", conforme o notava, de passagem, o francês Parny, preso à coroa de Portugal. Na França, começava a lavrar aquela febril agitação, assoprada pelas forças ocultas, prenunciadora da Grande Revolução, a qual ia incendiando os nossos patrícios em contato com a juventude revolta das escolas francesas.

Levados por essas idéias e entusiasmos, houve estudantes brasileiros na França que procuraram entabolar negociações para a nossa independência com potências estrangeiras, como José Joaquim da Maia, Domingos Vidal Barbosa, José Mariano Leal e José Pereira Ribeiro (34). Maia, de nome certamente herdado dos **forasteiros** de 1709, escreveu, em 1786, a respeito de seus propósitos libertadores, a Tomás Jefferson, embaixador dos Estados Unidos, o qual lhe concedeu uma entrevista romântica nas arenas de Arles(35). Foi bem um quadro em puro estilo do século XVIII: os conspiradores da liberdade no meio das ruínas clássicas! Jefferson recusou-se polidamente a entrar na combinação, alegando que seu país não estava ainda em condições de arcar com as responsabilidades de complicações com outras nações. Maia morreu mais tarde em Lisboa, sem nada haver conseguido.

A opressão metropolitana fazia-se sentir duramente em Minas, com a venalidade da magistratura, os vexames do fisco, o monopólio do sal e a proibição dos teares para favorecer a indústria do reino. A idéia da independência andava, como se diz, no ar. As idéias que andam no ar nunca nasceram por si. Alguém as sopra de qualquer parte. Não há geração espontânea na natureza e também não há na vida das sociedades. Corriam boatos desencontrados, como costuma acontecer sempre, quando as atmosferas sociais estão sobrecarregadas pelas toxinas que agem à socapa. As esperanças de libertação polarizavam-se em torno da figura prestigiosa do tenente-coronel Francisco Freire de Andrade, não pelo seu valor intelectual ou pelas suas convicções políticas, mas porque era o segundo comandante dos famosos Dragões das Minas e os poderia arrastar a um pronunciamento. Em Vila Rica, sede do governo da capitania, havia uma roda de homens cultos, participantes duma Arcádia Literária, a qual facilmente se tornaria o centro diretor de qualquer movimento de idéias a se objetivar em ação. Tornou-se, com efeito, e "envolto em tanto mistério que mal sabiam os conjurados do que nele se tratava, nem ao certo, as pessoas de que se compunha (36)".

Filtra-se o segredo maçônico nesta revelação histórica, que vem comprovar de modo incontestável o que afirma o probo Joaquim Felício: "A inconfidência de Minas tinha sido dirigida pela maçonaria (37)". Um autor judeu assegura que os judeus "tiveram muita influência no preparo material e **espiritual**" da conspiração (38). Nessa primeira tentativa republicana no Brasil, "o esforço judaico é inegável (39)". Vimos, anteriormente, que o Grande Oriente se estabelecera na Bahia. Pois bem, num capítulo das "Memórias do distrito diamantino", escrito, segundo confessa, em grande parte com informações hauridas do Senador Teófilo Ottoni, Joaquim Felício declara, textualmente: "Tiradentes e quase todos os conjurados eram pedreiros-livres. **Quando Tiradentes foi removido da Bahia (?), trazia instruções secretas da maçonaria para os patriotas de Minas.** Em Tijuco, o primeiro que se iniciou foi o padre Rolim, depois o cadete José Vieira Couto e seus irmãos (40)".

---

(34) J. Norberto de Souza e Silva, "História da Conjuração Mineira", Garnier, Rio de Janeiro, págs. 39-40.

(35) "Extratos da correspondência de Tomás Jefferson" **in** "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil", tomo pág. 289.

(36) J. Norberto, op. cit. pág. 60.

(37) "Memórias do distrito diamantino", pag. 253.

(38) Isaque Izeckson, "os judeus na Independência" **in** "Almanaque Israelita, 1935, pág. 20 Cf. Bartolomeu de Almeida, artigos no jornal católico "A Ordem".

(39) Izaque Izeckson, loc. cit.

(40) Joaquim Felício, op. cit. pág. 253.

O referido cadete faleceu no Tijuco, hoje Diamantina, em consequência de enfermidade contraída na cadeia de Vila Rica. Em 1868, ainda viviam pessoas que tinham assistido ao seu enterro e o viram, no caixão mortuário, fardado e revestido das insígnias maçônicas de mestre (41).

Da roda arcadiana de conjurados faziam parte o ouvidor Tomás Antonio Gonzaga, já promovido a desembargador; o velho Cláudio Manoel da Costa, que possuía muitas obras proibidas, que estudara e comentara a "Riqueza das Nações" de Adam Smith (42) e que se encarregara de preparar os "códigos fundamentais" da futura república; o poeta Inácio José de Alvarenga Peixoto; Diogo Pereira de Vasconcelos; o intendente Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira; os padres Miguel Eugênio da Silva Mascarenhas e Carlos Correa de Toledo, que liam versos e propagavam a idéia do republicanismo separatista, porque sua atenção não estava voltada para o todo brasileiro e sim para o torrão natal. As influências judaico-maçônicas manobravam seu idealismo patriótico.

O anúncio de uma **derrama**, finta geral do fisco cobrando tributos atrasados, certamente descontentaria muita gente e aumentaria o número dos prosélitos. A revolução deveria estalar nesse momento e entre seus planos figurava a **queima dos cartórios** (43), para fazer desaparecer os títulos de propriedade. Disso, todas as rebeldias assopradas da sombra têm cuidado com o maior empenho: circuncélios, albigenses, jaques, camponios de Maria da Fonte, em Portugal, balaios e quebra-quilos do Norte, comunistas russos. Outros revolucionários, como os de 1930, se apoderam dos cartórios, onde põem gente sua.

José Joaquim da Silva Xavier, alcunhado o Tiradentes por exercer a profissão de dentista, que se tornaria a figura principal da Inconfidência por todos os títulos, nascera em São João Del Rei e principiara a vida como **mascate** nas Minas Novas, onde estivera preso e ficara "sem crédito". Era filho do boticário Domingos da Silva

(41) Op. cit. loc. cit. A revelação é notável, devido ao alto conceito de quem a faz.

(42) Januario da Cunha Barbosa. "Parnaso Brasileiro", tomo II.

(43) J. Norberto, op. cit. pág. 70.

Santos e de Antônia da Encarnação Xavier. Em lugar do nome paterno, usava o materno. Tinha dois irmãos, ambos sacerdotes, que traziam nomes diferentes: Francisco Ferreira da Cunha e Daniel Armo Ferreira. Entrara, como recurso de vida, para a carreira das armas e, sem proteção, estacionara no posto de alferes da 6ª Companhia dos Dragões das Minas. As preterições lhe amargavam a alma. Tentara a mineração, sem proveito, e fizera a campanha do Sul, contra os invasores castelhanos. No Rio de Janeiro, procurara obter da indiferença do Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos a concessão do abastecimento de água e dos trapiches (44). Fazia o que se chama biscates em medições de terras. Era pouco ou nada simpático de aparência "feio e espantado", disse dele Alvarenga Peixoto. Quando no Rio, o populacho o vaiava por causa do físico incomum e por viver perguntando a esmo o que faria Minas feliz, depos na devassa o sargento-mor José Joaquim da Rocha.

Diz Isaque Iseckson que era possivelmente judeu, porque entre seus nomes há o de Silva, "preferido pelos judeus-portugueses, como o de Costa e Pinto (45)". Indício vago. Maiores se encontram na versatilidade de sua vida, na leviandade fanfarrona de seu temperamento, na inquietação constante de seu caráter, nas tentativas desatinadas de ganhos e concessões, na onomástica mutável de sua família, na profissão do pai (46) e no seu primeiro meio de existência como mascate. Nada disso, porém, é bastante para se fazer em sã consciência a afirmação de que fosse de raça judaica. O papel que assumiu na derradeira etapa da malfadada conspirata demonstra, pelo contrário, um espírito de sacrifício, um amor da responsabilidade e uma resignação altamente cristã, sem nada de comum com as atitudes dos judeus nessas ocasiões. Se o sangue de

(44) Op. cit. pág. 71.

(45) Loc. cit.

(46) É sabida a predileção dos judeus pela arte de curar e sua derivada, a farmácia. Mendes dos Remédios, Castro Boticário e muitos outros são cognômes que denunciam ainda hoje, pela profissão ancestral a origem judaica de seus portadores" - Rodolfo Garcia, "Os judeus no Brasil colonial **in** "Os judeus na história do Brasil", pág. 12.

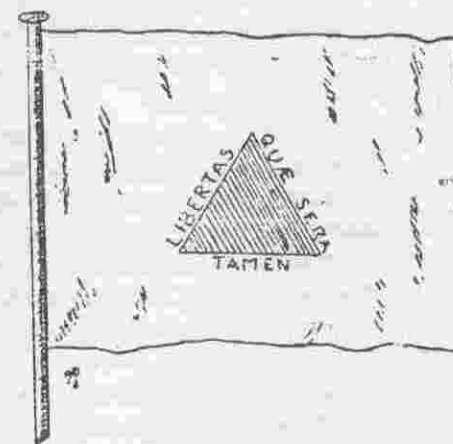
Israel porventura lhe corria nas veias, de tal modo o meio o purificara através das gerações que pôde praticar atos que o imortalizaram, tornando-o uma figura simbólica.

No Rio de Janeiro, Tiradentes pusera-se em contato com um moço mineiro que regressava formado da Europa, o Dr. José Alves Maciel, o qual, segundo o depoimento de Domingos Vidal, estivera na Inglaterra, buscando apoio para o levante de Minas Gerais. Durante a ausência do alferes, a 11 de junho de 1788, tomara posse, em Vila Rica, do governo da capitania, o Visconde de Barbacena, munido de autorização real para a cobrança da derrama, que os conspiradores esperavam ansiosamente para se manifestarem.

De torna viagem, Tiradentes passou na fazenda do opulento José Aires Gomes, coronel da cavalaria auxiliar na Borda do Campo, em companhia do ouvidor que ia substituir Tomás Antonio Gonzaga, Pedro José de Araújo Saldanha. Em conversa, expandiu-se sobre as novas idéias. Fez o mesmo na fazenda do Registro Velho, com o padre Manoel Rodrigues da Costa. O Dr. Maciel, que fora antes dele para Vila Rica, iniciara-o no mistério da conjura, afirma Joaquim Norberto (47), o que vai ao encontro da referência de Joaquim Felício sobre as instruções secretas ou a prancha trazida da Bahia. É impossível deslindar o segredo maçônico das origens da conspiração sem consultar os arquivos secretos da maçonaria. Por onde andarão os papéis desse tempo, se é que houve alguma coisa escrita?

O primeiro pensamento de Aires Gomes, medroso de complicações, porque as leis ordenavam a delação, foi le-

---

(47) Op. cit. pag. 12. É preciso respigar nos historiadores, todos eles desavisados da questão judaico-maçônica, os vestígios das atuações das forças ocultas. Sobre o Dr. José Alvares Maciel, lê-se o seguinte em Antônio Augusto de Aguiar, "Vida do Marquês de Barbacena", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1896, pag. 7:"... Organizou sociedades em Minas, Rio de Janeiro e S. Paulo com o intuito de, por meio delas, fazer a propaganda das idéias e preparar elementos, que na hora oportuna fizessem a revolução". Esse informe foi dado ao Marquês de Barbacena na sua mocidade, quando serviu em Angola, por um dos inconfidentes ali desterrados, que ele conheceu.

Bandeira da Inconfidência proposta por Tiradentes, com o Triângulo, do qual a **Linguagem Maçônica**, no "Livro Maçônico do Centenário", pág. 161, diz únicamente o seguinte: "Emblema da Divindade. Em sentido literal - chapéu". Em certas reproduções da Bandeira dos Inconfidentes, o Triângulo aparece encarnado. Clóvis Ribeiro, na sua obra sobre bandeiras e brazões do Brasil pinta-o verde.

O triângulo na posição em que aí está, pode ser visto no capitel da coluna J. (Jakin) uma das colunas do Templo de Salomão, no Tapete Rosa-Cruz publicado na pág 112 da obra "Compass der Weisen" de Ketmia Vere, o Barão Proeck, Berlim e Leipzig, 1779.

var o que ouvira ao conhecimento das autoridades. Tentou, sem resultado, por intermédio do desembargador Luis Beltrão. Por causa de seu involuntário silêncio, posteriormente se viu envolvido nas teias do processo. Tiradentes continuou a falar no assunto. Falou ao próprio tenente-coronel Freire de Andrade, seu comandante, que não gostou disso, e ao capitão Maximiano de Oliveira Leite, seu superior hierárquico, que o repeliu.

Enquanto isso, a derrama que devia servir de pretexto se anunciava e todos os conjurados iam se deixando levar por informes aéreos que os persuadiam da adesão do Rio de Janeiro. A **sombra** punha em prática, tecnicamente, um de seus truques costumeiros: animar uns com o pretenso apoio de outros. Tem-se visto o resultado dessa técnica em grande número de revoluções falhadas, mesmo nas mais recentes.

Estava tudo mais ou menos combinado. Na noite marcada para o levante, Tiradentes deveria sair à rua com alguns companheiros, aos gritos de **liberdade!** O povo, naturalmente, se juntaria alarmado. Freire de Andrade viria com a tropa saber o que havia, como se tudo ignorasse. Os conjurados arengariam aos soldados, que os seguiriam. Povo e milícia, fraternizando, dirigir-se-iam a Cachoeira do Campo, onde o Visconde de Barbacena assistia, e trariam sua cabeça (48).

Em importante reunião, na casa de Freire de Andrade, tomaram-se as últimas providências. Qual seria a bandeira da futura República? Tiradentes propôs, em campo branco, o **triângulo maçônico** significando as três pessoas da Santíssima Trindade. Estaria de boa ou má fé? Ter-lhe-ia alguém assoprado a idéia sob essa forma **despistadora**, a fim de ser aceita por eles e pelos outros, todos católicos, ou recorrera a ela de moto próprio? O problema não é de fácil solução. Fale a propósito o judeu Isaque Izeckson: "o triângulo da sua bandeira corresponde a uma metade da estrela hexagonal de David, Magsen David (49). O triângulo maçônico é o triângulo dos Pentáculos Cabalísticos, o triângulo de Salomão dos ocultistas, o infinito da altura ligado às duas pontas do Oriente e do Ocidente

---

(48) Op. cit. pág. 113.
(49) Loc. cit.

o triângulo visível da razão revelando o triângulo invisível, isto é, o ternário do Verbo, "origem do dogma da Trindade" para os magistas e cabalistas judaicos, o que justifica maçonicamente a explicação dada por Tiradentes É, afinal, um "supremo mistério" da cabala: "imagem simbólica do Absoluto", "a um tempo o emblema da força Criadora e da Matéria Cósmica", "o símbolo maçônico do Livre Pensamento", pela significação **literal**, é um simples **delta** ou **triângulo**; pela significação **figurada**, é o Equilíbrio, a Perfeição pela significação **esotérica**, é energia da Cabala, Trindade na Mística e Deus na Teurgia (50). Como admiravelmente se combinam e se completam as opiniões do judeu Isaque Izeckson com as do ocultista Eliphas Lévi e do alto maçom Dario Veloso, a quem recorremos para estas explicações do símbolo da Inconfidência! Diz-se-ia gente da mesma igrejinha, loja, sinagoga ou doutrina...

---

(50) Eliphas Lévi, "Dogma et rituel de la haute magie" tomo II, pags. 135 segs. Dario Veloso "Templo Maçônico", pags. 218-217, 225, e 228. Esse símbolo do triângulo, apesar de não parecer, exprime o disfarçado materialismo das concepções maçônicas. Quer dizer a **Energia** e **Deus**, a **Força Criadora** e a **Trindade,** a **Matéria Cósmica** e o **Absoluto**, porque o Deus da maçonaria segundo o prório Dario Veloso, cuja autoridade dentro da seita é notória, na op. cit. pags. 208-209, se enquadra neste conceito, que é conveniente ler com a maior atenção:

"A maçonaria, síntese das tradições superiores, reunindo sob as mesmas abóbadas homens de todas as crenças e pátrias soube conservar em seu simbolismo a história dos Deuses e das Ciências, respondendo consoladamente às interrogações das almas inquietas que aprendem a conhecer em um símbolo do Absoluto a imagem do Eterno. Ensina aos homens que as diversas imagens e formas representativas de Deus, são atributos da VERDADE ÚNICA, recordada no TRIÂNGULO PERFEITO, símbolo do Grande ARCANO, da CAUSA CÓSMICA. Assim concilia os mitos teogônicos das mais antigas religiões, proclamados nos cultos da Natureza, e o conceito de ENERGIA e MATÉRIA dos filosofismos contemporâneos".

Se isso não é materialismo...

A verdade é que o símbolo em questão faz revelações mais preciosas do que muitos documentos...

Ao Triângulo judaico-maçônico-cabalístico, Alvarenga Peixoto acrescentou o mote LIBERTAS QUAE SERA TAMEN, a Liberdade, posto que tardia, o que não exprime a verdade, porquanto é inegável que a capitania mineira ainda não estava preparada para ser livre, quanto mais antes...

Tinha havido, antes, reuniões com muito falatório inconseqüente no escritório do guarda-livros João Rodrigues de Macedo, pessoa "altamente protegida" pelas autoridades, reuniões a que sempre comparecia Tiradentes com o cônego Luiz Vieira. Também ia ali o **irlandês** (?) Nicolau Jorge, nome de Sírio ou judeu, empregado da Junta Real dos Diamantes e morador no Tijuco, que costumava, nas discussões, defender os ingleses contra os norte-americanos, cujas idéias os conjurados aprovavam totalmente. João Rodrigues de Macedo andava apavorado com aquelas conversas e desabafava seus medos com o tenente-coronel Basílio de Brito, "o mais dissimulado de todos os homens deste mundo (51)", o qual, com toda certeza, levou logo o caso com todas as minúcias ao conhecimento do Visconde de Barbacena. O governador ouviu-o em silêncio, mandou chamar João Rodrigues a Cachoeira e deu-lhe, como hoje vulgarmente se diz, um **vomitório**. E sua desconfiança já despertada ficou mais atiçada ainda.

O velho contratador ou arrematador dos dízimos, Domingos de Abreu Vieira, compadre de Tiradentes, viu-se

---

O mesmo materialismo maçônico se disfarça nestas palavras do maçon Mario Gitahy de Alencastro: "A fórmula do Grande Arquiteto do Universo envolve possivelmente (sic!) a afirmação da Divindade. Mas o que a não aceitar poderá ver em seu enunciado o simples reconhecimento da **força cósmica natural** (o grifo é nosso) de que promanou a existência do Universo, ou pelo menos (sic!) sua organização", **in** "A Constituição Adotada", no "Livro Maçônico do Centenário", ed. do Grande Oriente do Brasil, Rio de janeiro, 1922, pag. 252. Segundo o Catecismo do grau de Cavaleiro Escocês, o Grande Arquiteto é a Natureza. Cf. R. Leforestier "Les Iluminés de Baviére et la Franc-Maçonnerie", Hechette, Paris, 1915, pág. 277.

(51) Joaquim Norberto, op. cit. pág. 127.

também envolvido na conjura somente por ter hospedado o padre José da Silva de Oliveira Rolim, do Tijuco, maçon, mandante de crimes de morte e contrabandista de diamantes (52). O padre era homem de grandes posses e podia ser muito útil ao projetado movimento. Andava muito despeitado com o governo por não lhe despachar um requerimento de seu interesse. Ligou-se a Tiradentes, maçônicamente, segundo Joaquim Felício; porque o alferes, segundo Joaquim Norberto, "não hesitava em falar do levante fosse onde fosse e com quem fosse". A este último historiador não passou nem de longe pela cabeça a idéia da maçonaria. Se ele e outros houvessem orientado suas pesquisas nesse rumo, muita coisa interessante se poderia saber.

Tomás Antonio Gonzaga, de partida para a Relação da Bahia, noivava com a formosa órfã Dona Maria Joaquina Dorotéia de Seixas, que se imortalizou nas suas endechas arcadianas sob o pseudônimo de Marília de Dirceu. Diz-se-ia que mais tangia a lira e pensava no amor do que na trama da conjuração, que pagou com o desterro.

Subiam a mais de três mil contos, "soma enorme para a época", os quintos do ouro em atraso (53). A maior parte dos magnatas das minas estava em alcance para com o erário. Alguns historiadores dizem que o povo murmurava. O povo é uma hipótese que, nas histórias políticas, serve para cobrir muita coisa. Na verdade, os graúdos é que andavam murmurando e provocando adesões, conforme iam se espalhando pelos vários rincões das Gerais.

Avolumavam-se os boatos do levante por ocasião da derrama. Foi quando entrou na conjura, procurando sondar os ânimos, o coronel Joaquim Silvério dos Reis. Tiradentes partira outra vez para o Rio de Janeiro, a fim de tratar de seus requerimentos de águas e trapiches. Durante sua ausência, o coronel deu a denúncia ao visconde que, logo, para evitar qualquer pretexto de sedição, suspendeu a derrama, fingindo ignorar de todo o que estava passando. O traidor era natural de Leiria, em Portugal,

---

(52) Op. cit. págs. 129-131.

(53) "Instruções do ministro Martinho de Melo a Barbacena" **in** " Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil", tomo VI, pág. 36.

e possuíra grande fortuna, feita **rapidamente**, mas estava em grande atraso com o fisco. Era um dos "maiores maganões que tinham passado para a América (54)". Tornou-se espião com "a máscara da amizade".

Os judeus que procuram chamar a si vultos famosos de nossa história bem poderiam ficar com esse Iscariote. O cognome dos Reis, que usava, era comuníssimo nos marranos portugueses. Depois da tragédia, repelido de todos, disfarçou-se, tomando mais um cognome inteiramente judaico: Montenegro. Passou a assinar Joaquim Silvério dos Reis Montenegro, no Maranhão, para onde se transferiu (55). Todo o seu procedimento foi judaico em contraposição com o do infeliz Tiradentes, que morreu cristamente no cadafalso, levando a sua humilhação ao ponto de oscular o verdugo. O descendente de judas recebeu os trinta dinheiros da traição. Outro denunciante foi o dissimulado Basílio de Brito Malheiro do Lago, cujos negócios andavam muito perturbados (56). Serviu também de espião e de terceiro delator o mestre-de-campo Inácio Correa Pamplona.

Joaquim Silvério prestou-se ao infame papel de vir ao Rio de Janeiro para ser "a terrível sombra do pobre Tiradentes ", morando em frente à casa onde se hospedara e pondo-se em comunicação com ele. Barbacena e o Vice-Rei, queriam, com toda a certeza, conhecer quais os elementos de que dispunham os conjurados na capital e aos quais a gabolice do alferes não se cansava de aludir. Os esbirros da polícia vigiavam e acompanhavam os passos do leviano, que, aconselhado pelo delator, a quem se abria confiante, pensou em fugir. Depois de procurar desesperada e infrutiferamente refúgio seguro, acolheu-se à casa de Domingos Fernandes, na rua dos Latoeiros, atual Gonçalves Dias, de onde mandou recado a Joaquim Silvério pelo padre Inácio Nogueira, ignorante da alhada em que se metia. Foi a viúva Inácia Gertrudes de Almeida que arranjara refúgio para o pobre Tiradentes. Sempre o óbulo da viúva...

---

(54) Joaquim Norberto, op. cit. pág. 189.

(55) Documento autógrafo, datado de 1818, existente no Museu Histórico Nacional, na sala da República, oferecido pelo desembargador Colares Moreira.

(56) Joaquim Norberto, op. cit. pág. 192.

D. Luiz de Vasconcelos, de acordo com o visconde de Barbacena, esperava o estouro da revolta na capital, mas nada ocorria. O padre Inácio foi preso e confessou onde o alferes estava. Então, foi este preso e bem assim todos quantos tinham tido com ele a menor ligação.

Na noite de 17 para 18 de maio, um vulto misterioso todo embuçado, percorreu as ruas escuras de Vila Rica, e, batendo à porta dos conjurados, os preveniu de que tudo estava descoberto, decerto para que se pusessem a bom recato e queimassem documentos comprometedores (57). Era o **poder oculto** que procurava salvar o segredo do movimento e a melhor gente que dele participava, no intuito de reservar forças para melhor oportunidade. Nunca se conseguiu saber que vulto foi esse, quem o mandou e de onde veio...

No dia 22, os conspiradores foram presos e postos em rigorosa incomunicabilidade, em Minas. Prendia-se no Tijuco o **irlandês** Nicolau Jorge. Aprendiam-se todos os seus livros e papéis. O padre Rolim meteu-se pelos matos mas foi agarrado. Atulharam-se as masmorras de gente de prol e de gente obscura. Abriram-se devassas, que agora se chamariam inquéritos, no Rio de Janeiro e em Vila Rica, devassas imperfeitas, demoradas e cheias de "proteções escandalosas". É impossível com a documentação existente verificar essas proteções do **mistério**. Longos interrogatórios e longas acareações. Limitou-se quanto se pode o direito de defesa, abertamente. Não se podia limitar a defesa oculta. A maior parte da gente a conspiração parecia um sonho de poetas, espalhou-se, talvez propositalmente essa opinião; porém os ministros do reino nela pressentiam a ameaça contra os tronos, que rosnava soturnamente no século da Enciclopédia. Instintivamente, portanto, redobraram os rigores. O terrível processo durou mais ou menos dois anos.

Transido de pavor, o velho Claudio Manoel suicidou-se no cárcere. Fora o codificador das constituições fundamentais da futura República. Há quem desconfie que sabia demais e precisava emudecer para sempre. Talvez não resistisse aos interrogatórios e revelasse o que mais valia calar. Por isso, o **suicidaram**... Tomás Antônio Gonzaga negou sempre tudo, formalmente. Alvarenga desman-

---

(57) Op. cit. pág. 248.

dou-se em jeremiadas, culpando os amigos que o haviam metido no cipoal. Houve quem fizesse versos laudatórios ao taciturno Barbacena, para movêlo à compaixão. A covardia mesquinhou aqueles homens. Mas, quando todos assim se abaixavam, a figura de Tiradentes se exalçou na história de maneira inconfundível. Herói ou doido, já alguém o havia julgado. Todo herói tem alguma coisa de doido por ser fora da craveira comum. Impávido, ele assumiu inteira responsabilidade, descarregando sobre os próprios ombros as culpas dos demais.

A 6 de junho de 1790, D. Luiz de Vasconcelos, carregado de serviços ao Brasil e, sobretudo, ao Rio de Janeiro, passara o cargo a D. Luiz José de Castro, conde de Rezende, cujo caráter estava mais de acordo com a maneira de proceder do Visconde de Barbacena. O governo real, querendo acabar com as delongas do processo e unificá-los, mandou que fosse feito na capital da colônia, onde os réus deviam ser sentenciados para escarmento dos povos. Veio de Lisboa uma Alçada na fragata **Golfinho**, em dezembro de 1790, quando já se espraiava em França a maré revolucionária em caminho para o Terror. A Alçada condenou quatorze dos principais conjurados à morte, comutando-lhes, depois, a rainha D. Maria I, a pena em degredo para as possessões da Africa. Alguns foram mandados para Fernando de Noronha, a carpir saudades no presídio marítimo. Outros sofreram penas menores. A soberana queria perdoar a todos, levada pela piedade de seu coração; os ministros, ressequidos pela razão de estado, impediram-lhe o gesto magnânimo (58). O canhão maçônico da Bastilha e da Ponte Nova retumbava nos seus ouvidos de guardas fiéis do trono, apavorando-os.

As honras de "primeira cabeça" do levante teve-as Tiradentes. Foi o único que a comutação não alcançou. Enforcado. Esquartejado. A casa de moradia arrasada e seu terreno salgado. A memória declarada infame para que a punição continuasse no tempo. Uma forca de altura desmarcada. Execução aparatosa com baraço, pregoeiro, procissão e tropa formada. Morreu com grande resignação

(58) Southey, "História do Brasil", tomo III, págs. 678 e segs.

cristã (59). Ao carrasco, o negro Capitania, que se emocionara, beijou as mãos e os pés, em sinal de humildade (60).

Vítima das forças ocultas que se aproveitaram do idealismo dos inconfidentes para impelí-los à revolta, subiu sozinho os íngremes degraus do patíbulo. Não acompanharam os mestres das lojas com seus aventais e bandeiras, nem os judeus que se aninhavam nas trevas da conjura e o querem reclamar para seu sangue (61). Calados, afundaram-se no mistério dos embuçados noturnos, a fim de preparar outras conjuras e novas vítimas. Os consolos da legião cristã é que não desampararam o Grande Mártir na hora extrema em que o homem passa dos enganos do mundo para a verdade das auroras eternas.

Veremos que Tiradentes tinha razão em afirmar que contava com elementos para sublevar o Rio de Janeiro. Eles falharam; mas existiam.

Mal se passavam quatro anos e as autoridades deitavam a mão à meada maçônica que se tecia no Rio de Janeiro. Foi a Inconfidência de 1794, cujos autos estão guardados na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Segundo o depoimento do denunciante e principal testemunha, José Bernardo da Silveira Frade, em casa do mestre de retórica Manoel Inácio da Silva Alvarenga era costume reunir-se uma **academia** (62), a qual, depois de ser proibida pelo Vice-Rei, passou a realizar assemblé-

(59) Joaquim Norberto, op. cit. págs. 409-410, 416.

(60) Idem, idem, pag. 413.

(61) Vimos que é um autor judeu quem faz questão desses dois pontos, nas trevas de todas as conjuras, na verdade, sempre estão os judeus. Como não estariam na brasileira, se haviam participado da norte-americana ou inspiraram? Salomão Pinto e Jacob Pinto, dois judeus portugueses de New Haven, no Connecticut, desempenharam revelante e **oculto** papel na guerra da Independência Ianque V. J. Lúcio de Azevedo, "História dos cristãos-novos portugueses"., pag. 434. Veja-se no "Livro maçônico do Centenário" o retrato de Washington revestido das altas insígnias de pedreiro-livre.

(62) Quando tratarmos das conspirações e revoluções pernambucanas, de 1801, veremos como a maçonaria começou a trabalhar ali sob a mesma forma de academias,

ias particulares. Concorriam a esses conciliábulos bacharéis, médicos, professores. Entre eles, o cristão-novo Amarante, boticário, nos fundos de cuja botica se realizavam as sessões maçônicas, em que se liam papéis, afirma a citada testemunha, "na língua francesa aonde se tratava da Revolução da França, e havia vários discursos sobre sua liberdade, sobre os quais fizeram os mesmos assistentes várias reflexões tendentes a fazer odiosas as monarquias, mostrando grande paixão contra elas e inclinação às repúblicas, encarecendo a felicidade que os povos gozam nas mesmas (63)". Os freqüentadores do conventículo costumavam louvar o estado da França revolucionária e atacar a Religião (64). Os principais deles eram os médicos Jacinto e João Marques, e o boticário Agostinho Martins (65). A medicina e a farmácia eram as grandes profissões judaicas da época.

A tal **academia**, cujo verdadeiro nome era Sociedade Literária do Rio de Janeiro e que se tornara suspeita às autoridades, que determinaram seu fechamento, tinha estatutos, antes oficialmente aprovados pelo Vice-Rei. "Por eles não iria nem um acadêmico à cadeia (66)". Mas, entre os papéis sequestrados a Manoel Inácio da Silva Alvarenga, poeta e retórico, havia estes **estatutos secretos**, que dão o que pensar: I) A boa fé e o segredo, de modo que ninguém saiba do que se tratou na Sociedade; II) Não deve haver superioridade alguma nesta Sociedade, e será dirigida igualmente por modo democrático; III) O objeto principal será a filosofia em toda sua extensão, no que se compreende tudo quanto pode ser interessante; IV) Não se trabalhará somente sobre matérias novas, mas também sobre as já sabidas; porque será útil conservar e renovar as idéias adquiridas e comunicá-las aos que tiverem falta desses conhecimentos. As demais cláusulas são de menor importância (67). As que citamos caracterizam bem a natureza da associação.

Essa pequena inconfidência carioca, que parece sem grande valor histórico, é todavia um magnífico ponto de ligação entre os acontecimentos de Minas e os da Bahia que lhes vão suceder. Os de Pernambuco se seguirão aos da Bahia. E, assim, temos em mão toda a série das seguidas tentativas maçônicas de um clima para a realização, não de uma Independência do Brasil, mas de uma "Independência Maçônica" como declarava, com todas as letras e a sua assinatura, o Patriarca José Bonifácio de Andrade e Silva, em 1832 (68).

É ainda a prova de que as forças subterrâneas que haviam agido em Minas contavam com elementos no Rio de Janeiro e, depois de abandonarem os Inconfidentes à forca e ao degredo, prosseguiam infatigáveis no desenvolvimento de seus planos, mascarando-se com rótulos literários, como os comunistas e maçons de hoje ainda se escondem em bibliotecas populares, sociedades de cultura e centros estudantis ou **comitês** antiguerreiros e antifascistas... Essa gente, se tivesse um pouco mais de imaginação, mudaria de tática...

---

areópago, sociedade literárias.

(63) "Anais da biblioteca Nacional", tomo XLIII-XLIV, pags. XLIV=XLV.

(64) Op. cit. pag. XLVI.

(65) Depoimento de Diogo Francisco Delgado, nos Autos da Devassa guardados na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

(66) "anais da Biblioteca Nacional", tomo XLIII-XLIV. Introdução escrita pelo grão-mestre da maçonaria brasileira Sr. Mario Bhering, pág. XLV.

(67) Autos da devassa já citados.

(68) Documentaremos a afirmação oportunamente, quando tratarmos da nossa independência.

CAPÍTULO XI

O diabo coxo e o bode preto

A maçonaria entrou em cena na Inconfidência mineira, disso resultando o suplício de Tiradentes em 1790. Oito anos depois, levou mais gente ao patíbulo, na Bahia, onde primeiro se estabelecera o Grande Oriente e de onde fora mandada a prancha para a conspiração mineira. O povo baiano também já havia sofrido o assalto à riqueza pelos mercadores judaicos do mesmo modo que os maranhenses e pernambucanos, embora em menor escala. Ao tempo da guerra dos mascates e logo após a dos emboabas, rebelara-se, tendo à frente um magistrado municipal, contra os **portugueses**, isto é, os cristãos-novos portugueses, "que monopolizavam o comércio em grosso e eram acusados de levantar os preços ao seu arbítrio (1)", queimando-lhes as casas e só se aquietando com a promessa da anistia e de melhorias do custo da vida. Imagine-se que, nessa ocasião, o sal, por exemplo, foi levantado de pataca e meia a duas patacas e um quarto, de 480 réis a 720. Em 1798, muitos homens deste mesmo povo tentariam rebelar-se para a conquista do Estado, proclamando a República, sugestionados da sombra pelo mesmo poder oculto que sugestionara os inconfidentes.

A história essa denomina conjura à conspiração dos alfaiates, porque a maioria de seus membros exercia essa profissão. Melhor deria denominá-la a conspiração das coincidências, porque, além da reunião de tantos profissionais da tesoura e da agulha, todos os denunciantes se chamavam Joaquim José e ela coincidiu com a estadia de franceses na Bahia e com a passagem de um estrangeiro misterioso, do qual mal se fala de relance.

A Pedro Calmon parece "que alguns homens poderosos se agitavam por trás dos alfaiates e era **maçônico** o segredo que os unia (2)". Os homens de mais valia implicados no conluio, misteriosamente protegidos, como se sente examinando o processo, safaram-se sem perigo; a ralé foi degredada para África ou pendurada na forca, como instrumentos humanos que de nada mais serviam, já que fora a trama descoberta. Houve mesmo quem morresse no cárcere, quase como o velho Cláudio Manuel da Costa.

Se o movimento da independência norte-americana influíra no ânimo dos mineiros, a influência da Revolução Francesa é ainda mais visível no dos baianos, embora suas tendências se afirmassem, segundo a documentação existente, "mais socialistas do que políticas (3)". Os conspiradores agarrados e condenados eram, na grande maioria, humildes homens de cor, forros, libertos ou escravos. Suas proclamações não se referiam ao povo brasileiro, mas ao povo baiano. Pretendiam implantar a República Baiana. Datavam-nas da Bahia Republicana. Tudo demonstra que não estavam imbuídos de um espírito nacional e sim regional, insuflado pelos que, jogando para o futuro, já achavam conveniente a secessão do todo brasileiro, sonho antigo e pertinaz das forças ocultas que palparemos por este livro afora. Usavam de fórmulas nos cartazes de propaganda, como se diz hoje, denunciadora de maçonismo gaulês rousseauniano: " A liberdade consiste no estado feliz, no estado livre de abatimento... A França está cada vez mais exaltada... O pontífice já está abandonado e desterrado (4)". Sente-se até a má tradução do francês: aquele **abatimento** quer, com certeza, dizer constrangimento, mas a língua não ajudou. Demais, que tinha a Bahia com o Pontífice, que mal lhe fizera o Papado, tão longe? O Santo Padre aí denuncia à distância o **foetor judaicus**. Em quase todos os papéis apreendidos se repetia a divisa maçônica: "Liberdade, Igualdade, Fraternidade". Referiam-se, além do mais, ao "socorro estrangeiro". O palavreado não podia ser de simples artesãos e soldados milicianos, todos ignorantes, que foram indigitados como seus autores. Ele pressupõe necessariamente uma mão oculta e cavilosa, que se retirou com todas as cautelas, silenciosamente, logo que a rede poli-

---

(1) Pedro Calmon, "História da Civilização Brasileira", pág. 138.

(2) Op. cit. pág. 146.

(3) Varnhagen, "História Geral do Brasil", tomo II, pág. 292.

(4) Op. cit. págs. 293-295.

cial pescou os pobres conjurados.

Tiveram a honra de cabeças e soldados Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas, e o alfaiate e cabo de milícias João de Deus do Nascimento. Estes e os demais foram espionados e denunciados pelo capitão de Henriques, Joaquim José de Sant'Ana, pelo soldado de granadeiros de 1ª linha, Joaquim José de Siqueira e pelo pardo forro, oficial de ferrador, Joaquim José da Veiga. Três Joaquins a somar ao Joaquim Silvério de Vila Rica...

Em agosto de 1798, o governador D. Fernando José de Portugual, Marquês de Aguiar, ordenou as prisões e a abertura do processo. Lendo a documentação do mesmo, impressa em dois volumes pela Biblioteca Nacional, sente-se pesar um silêncio tumular sobre as causas fundamentais da conspirata, mas com certa atenção se vão identificando os elementos circunstanciais da prova da ação de qualquer coisa secreta. No seu depoimento de testemunha-denunciante diz o pardo Joaquim José da Veiga que o alfaiate João de Deus do Nascimento o convidara para a trama, porque convinha que "todos se fizessem **franceses** para viverem em igualdade e abundância". Acrescenta que os conjurados tinham em vista matar o governador, destruir todas as **pessoas públicas**, certamente as autoridades e notáveis do lugar, pôr os presos em liberdade e saquear os mosteiros, para todos ficarem ricos, saindo da miséria (5). Até parece que haviam recebido uma diretiva atual do Komintern. Da maçonaria daquele tempo à Terceira Internacional de hoje, a técnica judaica desses golpes não criou nada de novo...

Segundo a denúncia do capitão de Henriques, com toda a certeza de raça negra, Joaquim José de Sant'Ana, os conspiradores prometiam a libertação dos escravos e pretendiam "reduzir o povo a uma igualdade sem distinção de qualidade" (6). Sente-se aí o cheiro socialista das teorias maçônico-revolucionárias de Baboeuf. Além dos três espiões, depuseram muitas testemunhas, na maioria acordes em atribuir aos réus o desejo de estabelecer "um

---

(5) "A Inconfidência da Bahia", ed. da Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, 1921, tomo I, pag. 8.

(6) Op. cit. tomo I, pag. 12. Varnhagen, "História Geral do Brasil", 3ª ed. integral, tomo V, pag. 24.

O Bofomet, Bafomet, ou melhor, BAPHOMET dos Templários, que o povo acredita ser o Bode Preto da maçonaria, segundo as estampas das obras de Eliphas Levi e de Stanislas de Guaita. É um símbolo da Cabala. Seus cornos, orelhas e barba formam a estrela invertida de cinco pontas, que figura em vermelho na bandeira da Revolução Baiense de 1798. A mesma estrela está de ponta para cima na sua testa. É a que os positivistas e maçons de 1889 impuseram como brazão à nação brasileira, arrancando-lhe a esfera armilar e a cruz de Cristo. No ventre do Bafomet, vê-se, por trás do caduceu de Hermes, de Mercúrio, o AZILUTH, o arco-íris da bandeira dos revolucionários de 1817 No braço que se ergue, a palavra SOLVE; no que se abaixa a palavra COAGULA, Albert Poisson explica-as no seu livro "Théories et symboles des alchimistes": SOLVE, isto é, dissolve, abre, tortura, fere, destrói as resistências; COAGULA, isto é reune, assemelha, condensa, constrói sobre o que foi vencido. É uma verdadeira síntese da ação judaico-maçônica no mundo, ferindo e destruindo pelas revoluções, para construir o domínio universal de Israel. Segundo a posição dos braços - **solve**, destrói o que está em cima; **coagula**, condensa o que está embaixo...

governo democrático". Uma delas, pessoa prudente e de prol, o ex-ouvidor Francisco Vicente Viana, aludiu com segurança ao "levantamento com saques e morticínios (7)".

Dos acusados que eram numerosos, exerciam a profissão de alfaiate os seguintes: o pardo livre e cabo de milícias, João de Deus do Nascimento; o pardo livre, Manoel Faustino dos Santos Lira; o pardo livre e soldado de granadeiros da linha, Inácio da Silva Pimentel; o pardo livre e soldado da mesma tropa, Romão Pinheiro; o pardo escravo, Luiz de França Pires; o pardo livre e soldado de milícias, José do Sacramento; o pardo escravo, José Pires; o pardo livre, Gonçalo Gonçalves de Oliveira; e um único homem branco, João Fernandes de Vasconcelos. Além desses, vários sargentos, soldados, artesãos, escravos, geralmente homens de cor. E, por trás o bacharel cirurgião Cipriano Barata, o professor Francisco Moniz Barreto de Aragão, o tenente de artilharia José Gomes de Oliveira Borges e o tenente de 1ª linha Hermógenes de Aguilar (8). Mais atrás, quem?

O exame dos altos de sequestro que possuíam os infelizes **alfaiates** enche os olhos de água. Pobreza extrema! Cadeiras velhas, roupas usadas, botões de metal, míseros instrumentos de ofício, pequenas arcas ou baús, potes e canecos, retalhos de fazenda. O único que tinha algum dinheiro estava com oito mil réis no bolso! Do próprio Cipriano Barata, homem formado, somente arrecadaram livros, entre os quais um volume do "Infame Volney". Um dos tenentes era mais abastado: livros, fardas, dois ou três móveis de jacarandá, meia dúzia de pratos de pó-de-pedra e dois escravos. O negro mina, coitado! guardava um vale de 100 mil réis que depositara em mãos alheias, suadas economias de seus trabalhos nas folgas para completar os 300 mil réis de que carecia para se alforriar. Dos mais, rezam os documentos: "não possuíam bens de qualidade alguma". Outros eram tão miseráveis que somente tinham a roupa do corpo e viviam da caridade pública. A liquidação da arrematação dos bens sequestrados produziu para a justiça 36 mil réis (9)!

---

(7) Op. cit. tomo II, pág. 27.
(8) Op. cit. tomo I, págs. 90-91.
(9) Op. cit. tomo I, págs. 97 e segs.

Foram os panfletos de propaganda que despertaram a atenção das autoridades, causando reboliço no povo pela sua liguagem absolutamente inédita. Atribuía-se a autoria desses " papéis libertinos" ou " libelos revolucionários", destinados a ir pouco a pouco acostumando a plebe "às idéias de liberdade (10)", ao soldado Luiz Gonzaga das Virgens. Na verdade, a justiça viu, com certa agudeza, ao que tendiam aqueles manifestos pregados pelas esquinas e verificou que a letra era a do citado soldado; mas não pode procurar, ou não o quis, de onde viera o original que lhe fora dado a copiar. Aquela mais do que conhecida literatura rousseauniana e maçônica não podia brotar espontaneamente do cérebro de um pobre granadeiro de 1ª linha daquelas priscas eras...

É curiosíssimo encontrar no depoimento de João de Deus do Nascimento a confissão de ligações com um oficial **inglês** e coxo, que, de passagem do Rio de Janeiro para Lisboa, estivera na Bahia, hospedado em casa do sargento Joaquim Antonio da Silva (11). Mais curioso é isso aparecer incidentemente e por-se uma pedra sobre o caso, sem que ninguém se lembrasse de indagar quem era esse asmodeu e o que viera fazer na Bahia. Como o vulto embuçado dos avisos de Ouro Preto, mudo e incógnito, sumiu-se para sempre na sombra de onde saíra um instante...

Também o pardo escravo Luis Pires tinha **um livro manuscrito, traduzido do françês para o português, com** o **qual tratava de desabusar os rapazes religiosos,** a fim **dos conspiradores adquirirem número suficiente** para **uma revolução** (12). Esse manual maçônico, digamos a coisa sem ambages circunlóquios, peça essencial da acusação, não figura nos autos, desapareceu como o inglês e o vulto, sem que ninguém conseguisse por-lhe os olhos em cima. Era, certamente, com ele que se faziam as iniciações dos rapazes que se **desabusavam,** conseguindo o aumento de número para projetado levante

---

(10) Op. cit. tomo I, pág. 169. Na tecnologia de hoje a isso só chamaria criação **de um clima revolucionário**. Os termos mudam; a coisa é a mesma.
(11) Op. cit. tomo I, pág. 275.
(12) Op. cit. tomo II, pág. 77. J. C. Fernandes Pinheiro. "A conjuração de João de Deus" **in** "Revista Popular", Rio de Janeiro, tomo VIII, págs. 219 e segs.

Aos ajuntamentos, que se realizavam sempre à noite, em lugar deserto ou na casa de um dos principais, parece que compareciam alguns oficiais franceses prisioneiros transferidos da ilha de São Tomé para o forte do Barbalho e que tinham a cidade por menagem. O pretexto dessas reuniões era a bebedeira e a rapaziada (13). Os banquetes - é bom não esquecer - fazem parte do ritual maçônico e possuem uma linguagem litúrgica especial. A casa que mais se prestava a essas reuniões era a de Lucas Dantas, porque ele "gostava do sistema dos franceses". Aliás os pobres republicanos baianos, coitados! Como ressalta dos depoimentos, queriam ser todos franceses...

Por causa dos "papéis libertinos", que puseram a pacata cidade colonial em polvorosa, foi logo preso o soldado Luiz Gonzaga das Virgens. Temendo que denunciasse a trama, o pardo João de Deus do Nascimento, que era "petulante e soberbo" (14), quis precipitar o movimento para libertá-lo e entornou o caldo.

As garras da justiça real largaram facilmente cirurgiões, professores e oficiais, que sofreram somente os vexames do cárcere da devassa. Fecharam-se, porém, cruelmente, sobre os miúdos. Na forca do largo da piedade, balançaram-se os corpos dos pretensos cabeças da intentona: Luis Gonzaga das Virgens, João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas e Manuel Faustino dos Santos Lira, que contava apenas 16 anos de idade.

Vitimou-os a idéia que lhes meteram na cabeça de parias que sonhavam com uma ordem social nova e melhor. Os inspiradores maçônicos da idéia nada sofreram. Os judeus, inspiradores, nem foram ao menos suspeitados. O tal **inglês**, apesar de capenga, já andava longe... Asmodeu, sócio de Bafomet, o Diabo Coxo, comparsa do Bode Preto...(15).

---

(13) Op. cit. tomo II, pag. 78; Braz do Amaral. "A Conspiração Republicana da Bahia em 1798" **in** "Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro", tomo 99, pags. 344-402.

(14) Op. cit. tomo II, pag. 175.

(15) A tradição popular que afirma o culto de um Bode Preto nas lojas maçônicas provém da do ídolo denominado **Bophomet**, adorados nos "capítulos secretos" dos Templários. V. Raynouard, "Monuments historiques relatifs à la condamnation des Chevaliérs du Temple", Paris, 1813, pags. 84 e 231; Th. de Cauzons, "La magie et la sorcelerieen France", Paris, tomo II, pág. 245. O ídolo era monstruoso e os seus adoradores deveriam beijá-lo. Segundo o ritual **in virga virilis et in fine spinse dorsalis**. V. Jules Gavirol, "Históire de la magie em France" e Gustavo Barroso. "O Quarto Império". José Olímpio, Rio de Janeiro, 1935, pags. 100-101. A palavra cabalística Bophomet ou melhor. Baphomet da ao contrário TEM-O-H-P-A-B, que se explica da seguinte maneira: TEMPLIOMNIUM HOMINUM PACI ABBAS, e significa "O pai do Templo - Paz Universal dos Homens". É o Bode de Mendés V. Henry Robert Petit, "Le drame maçonique" pág. 72.

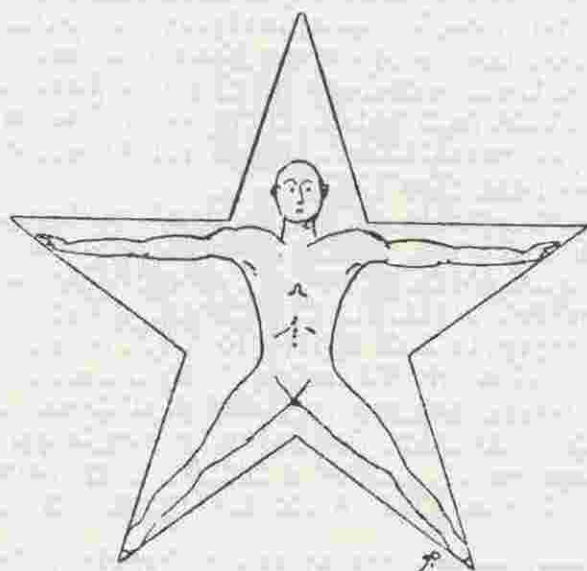
Um dos mais interessantes documentos sobre a conspiração dos alfaiates que nos chegou às mãos foi decerto o modelo ou projeto de sua bandeira. Por ela se vê, quando se entende o simbolismo maçônico, quem inspirava os conspiradores. Basta saber lê-la para compreender os fundamentos judaico-maçônico-socialistas da conjura. Consta de três palas, duas azuis e uma branca no meio. Nesta, uma grande estrela encarnada de cinco pontas, com a ponta ímpar voltada para baixo. Entre as pontas da grande estrela, cinco estrelinhas, também vermelhas, mas de pontas voltadas para cima (16).

É a mesma estrela do brazão atual da Rússia soviética, porém invertida. Quando essa estrela não é invertida, tem raios entre as pontas, denomina-se na cabala judaica REMPHAM, a Estrela Flamejante, a Estrela Flamígera, como escrevia José Bonifácio (17), ou a Estrela Fulgurante. É o sinal do Microcosmo do Universo Pequeno contido no homem, emblema do homem divinizado sobre a terra que deve dominar. Sem raios, é simplesmente o símbolo do homem em si, porque o contém, corporalmente, dentro de suas linhas (18). A cor encarnada significa que

---

(16) F. Borges de Barros, "Anais do Arquivo Público e Museu da Bahia", vol. IX; Clovis Ribeiro. "Brazões e bandeiras do Brasil", S. Paulo, 1933, págs. 134-135.

(17) Manifesto do Grande Oriente, publicado em 1832.

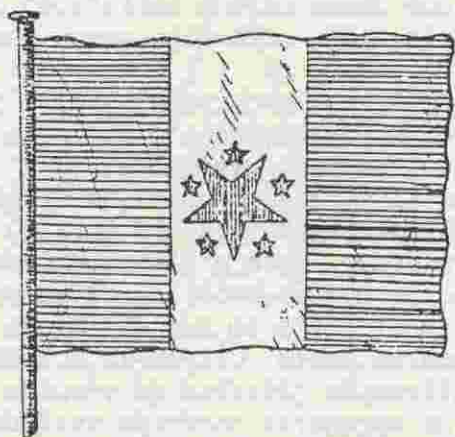
(18) Henri Durville, "Os mistérios da Maçonaria e das sociedades secretas", ed. do "O Pensamento", S. Paulo, 1929, pág. 63.

Estrela de Cinco Pontas, símbolo do ser humano, que é delimitado pelo seu contorno. Vermelha e invertida, é a estrela da bandeira da conjuração dos alfaiates baianos. Vermelha e de ponta para cima, é a estrela da Rússia Soviética. Rodeada de raios, é a estrela flamejante, que hoje serve de brazão à República dos Estados Unidos do Brasil. A estrela de Cinco Pontas, símbolo do ser humano, tal qual aí está, foi tirada da obra de Henri Durville, "Os mistérios da maçonaria e das sociedades secretas", pág. 63.

suas conquistas se realizarão pela violência, pelo fogo e pelo sangue. Dada a revolução baiana, mostra bem as tendências socialistas que nela foram observadas. Esta, porém, aponta para baixo e, assim é o hieroglifo cabalístico do Bofomet templário-maçônico-judaico, exprimindo alegoricamente Lúcifer, chefe das legiões infernais. É a expressão do absoluto cativeiro do espírito na matéria. É o espírito que desce para a satisfação unicamente das coisas materiais, seja como for, sendo isso o ideal de existência (19).

Naturalmente, na bandeira baiana, a grande estrela invertida e rubra representa a massa e as pequeninas de ponta para o ar, os seus dirigentes.

Os símbolos, para quem os saiba discenir, ensinam mais do que muitas páginas de história. O autor maçônico Dario Veloso escreve sobre o simbolismo de modo a não deixar dúvidas de que devemos invocá-lo para explicar os pontos de nossa história em que as forças secretas, que dele usam, tomaram parte. Citemo-lo abundantemente. " O símbolo é a afirmação discreta da verdade não revelada". "Os símbolos da maçonaria encerram verdades profundas, maravilhosos segredos, ensinamentos que só devem ser conhecidos pela iniciação sistemática e progressiva". "A franco-maçonaria conserva a ciência dos santuários e os símbolos do esoterismo, que recebe e transmite por iniciação". É pelo simbolismo que a maçonaria conserva e transmite a ciência da antigüidade, o segredo das tradições, a moral dos santuários, a norma social dos homens livres e de boa vontade". "Na maçonaria, os objetos que nos apresentam a contemplação tem simbolismo característico, sintético, a um tempo velando e revelando princípios, verdades científicas ou morais, em seu silêncio eloqüente, insinuante e vitorioso através dos tempos,

---

(19) Todas essas explicações cabalísticas podem ser estudadas na importante obra do ocultista e maçon Eliphas Lévi, "Les mystéres de la Kabballe", ed. Nourry, Paris, 1920, pág. 51. O autor é das melhores autoridades sobre o assunto. Quanto à cor vermelha, diz Adolf Franck, judeu, na sua obra célebre "La Kabballe" que é, de acordo com o livro cabalístico **Zohar**, a síntese cromática da vida natural, o domínio dos instintos.

Bandeira da Revolução maçônica-socialista dos alfaiates. Vê-se na pala branca central a estrela vermelha de ponta para baixo. Diz à propósito Eliphas Lévi em "Les Mystéres de la Kaballe". pg. 51: "De cette étoille renversée et déchue on a fait le chef des démons Lúcifer"; "Rempham ou l'étoile flamboyante renversée, dont on a fait depuis une tête d'ane". Tudo isso justifica perfeitamente o título que demos ao presente capítulo.

das iniciações, dos mistérios. São símbolos: o sol. a lua, as estrelas, o triângulo esplendente...(20).

Temos, no decorrer desta história secreta, de interpretar constantemente muitos símbolos e alegorias do judaísmo-cabalista-maçônico. Somos por isso obrigados a documentar fartamente o assunto, a fim de que não haja suspeita de que inventamos coisas do arco-da-velha. Recorramos além do Sr. Dario Veloso, que é autoridade nacional, às autoridades maçônicas estrangeiras. A "Biblioteca Maçônica", por exemplo, diz: "Devem-se entender por símbolos certas figuras ou imagens alusivas a um sentido moral. O triângulo, o esquadro, o compasso, a régua, o Sol, a Lua, as estrelas, as estátuas são símbolos de que usaram os primeiros sábios persas para ocultar o sentido real do seu pensamento". Na opinião de Barlet," o simbolismo é verdadeiro pela grande lei da analogia, que repete em todos os graus da civilização um mesmo princípio sempre fecundo" (21). Para Papus, o símbolo pertence originariamente à escrita da linguagem: designa uma idéia (22)". Segundo Eliphas Lévi, "os símbolos maçônicos constituem em seu conjunto uma síntese religiosa (23)". E o citado Dario Veloso ainda acrescenta: "todo símbolo, qualquer que seja a espécie, a obra, a idade e o tempo, uma vez concebido por um iniciado, contém três sentidos, três interpretações distintas: **literal**, **figurada** e **esotérica**. No sentido literal, exprime o objeto que representa em suas analogias e generalidades. No **sentido figurado**, representa idéia, princípio, em suas analogias com o pensamento que o mesmo objeto desperta, pela propriedade que lhe são inerentes. No sentido **esotérico**, encerra verdade profunda, é **chave**, variável em seu significado convencional, apenas sabido pela revelação iniciática, de Iniciado a Iniciado, confidencial, cabalisticamente... O símbolo, quando compreendido, grava no espírito e recorda ao iniciado os ensinamentos mais complexos e transcedentes (24)".

---

(20) Dario Veloso, "O Templo Maçônico", págs. 52, 53, 141, 204 e 206.

(21) "Essai sur l'évolution de l'ideé".

(22) "Traité méthodique des sciences occultes".

(23) "Le livre des splendeurs".

(24) Dario Veloso, op. cit. págs. 207-208.

Recorremos à interpretação dos símbolos maçônicos pelas poderosas razões expostas e mais porque " o simbolismo se baseia nas idéias mais racionais, mais profundas, misteriosas e evidentes, ao mesmo tempo (25)".

Um ano antes da conjura baiana, em 1797, estabelecera-se na velha cidade do Salvador a sociedade secreta dos Cavalheiros da Luz, entre os quais pontificava o padre Agostinho Gomes, que se tornou famoso em todos os movimentos ocultos da época e escapou ao cadafalso, graças às suas boas artes e dos comparsas (26). Os infelizes alfaiates pagaram sozinhos o pato. A grande estrela vermelha invertida foi sacrificada. As estrelinhas pequenas, também vermelhas, salvaram-se com armas e bagagens para tentarem novos golpes... Com certeza, "papéis libertinos" e símbolos cabalísticos tinham sido assoprados pelos Cavalheiros da Luz, que agiam nas trevas, aos pobres pardos milicianos que liam os cadernos do tenente Hermógenes (27), íntimo dos oficiais franceses, "sobre princípios liberais", cuja linguagem empolada e ressoante de palavras como **liberdade** de expressões como **liberdade do homem** e **direitos do cidadão**, deslumbrou-lhes as mentes primárias e os pendurou na forca...

---

(25) Landriot, "Le Symbolisme", pág. 85.

(26) Mario Bhering, introdução ao tomo XLIII-XLIV dos "Anais da Biblioteca Nacional", pág. XL. Cf. Braz do Amaral, op. cit.

(27) Braz do Amaral, op. cit.